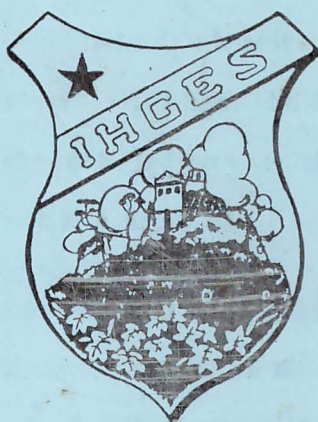


REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1984

Nº 35

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO

Fundado em 12 de junho de 1916

DIRETORIA — 1983-1985

Presidente: Alberto Stange Júnior

1º Vice-Presidente: Manoel Xavier Paes Barreto

2º Vice-Presidente: Renato José Costa Pacheco

3º Vice-Presidente: Ormando de Moraes

Secretário Geral: Elmo Elton Santos Zamprogno

Secretário Adjunto: Gabriel Augusto de Mello Bittencourt

Tesoureiro: Nilo Martins da Cunha

Responsável pela Biblioteca: Celso Perota

Comissão da Revista: Annibal Athayde Lima, Fernando
Achiamé e Reinaldo Santos Neves

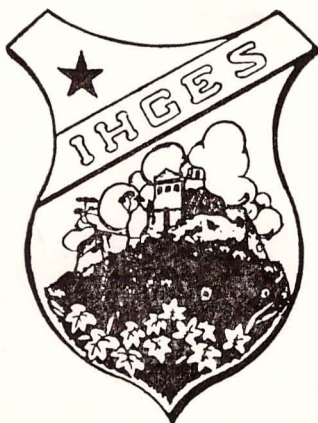
A Revista é publicação periódica, editada sob a responsabilidade da Diretoria da Casa do Espírito Santo (IHGES) e sob os auspícios do Governo do Estado do Espírito Santo.

Distribuição gratuita a escolas do Estado.

Os interessados em aquisição de números avulsos deverão dirigir-se à

Caixa Postal 1561 — CEP 29.000 — Vitória — ES

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1984

Nº 35

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO**

ANO 1984

Nº 35

Í N D I C E

Estudos e ensaios

Um álbum de família perdido — Levy Rocha	5
Rosa Helena Schorling: a primeira pára-quedista do Brasil — Elmo Elton	9
A economia açucareira na visão de Antonil — Gabriel Bittencourt	15
Aspectos jurídicos e administrativos da História da Capitania do E. Santo na 2ª metade do Século XVI — João Euripedes Franklin Leal	31
A História de um erro: O Primeiro Escritor Capixaba — Oscar de Almeida Gama Filho	45
Samuel Levy em Cachoeiro de Itapemirim — Egon e Frieda Wolff	55
A Chave do Futuro — Fernando Achiamé	61

Discursos e Conferências

João Calazans — Veríssimo de Melo	65
Discurso de posse — José Vieira Coelho	73
E eles eram assim... — Nelson Abel de Almeida	75

Documentos para nossa história

Informação sobre a capitania do E. Santo em 1811 — Francisco Manuel da Cunha	95
Uma exploração do Rio Doce e seus afluentes do norte — William John Steains (tradução de Reinaldo Santos Neves)	103

Noticiário

A cargo do DD Secretário Geral Elmo Elton	129
---	-----

Nossos sócios

(ver na secretaria)

Normas para publicação	133
------------------------------	-----

ESTUDOS E ENSAIOS

UM ÁLBUM DE FAMÍLIA PERDIDO

Levy Rocha

Recebi, como presente, um álbum de família adquirido em Anchieta de um mascate de beira de calçada pela veranista brasiliense d. Ivone Carraro de Mendonça a quem agradeço. É objeto merecedor dum especial estudo. So lamento as dificuldades em identificar as pessoas retratadas nas velhas fotografias de mais de cem anos. São fotos tipo "carte de visite" no tamanho clássico de 5,25 X 10,2 cm., colocadas sobre suporte de papelão. Algumas, já bem amareladas pela ação do tempo, outras em magnífico estado de conservação. Quase todas com o timbre dos fotógrafos ou seus ateliêes onde tiveram origem, considerados como os mais consagrados da época no país.

O álbum tem o formato de um dicionário escolar tamanho médio, encadernado em couro resistente. É externamente dourado até nas bordas e envolvido por ornatos em cravação tipográfica de duas faixas de frisos e pequenas vinhetas em cruz de malta partindo das presilhas de metal amarelo já destroçadas. Na contracapa conserva a etiqueta da loja comercial donde proveio: Livraria Soares e Irmão — Objetos de escritório — Rua da Alfândega, 6.

As 25 folhas duplas com janelas abertas no cartonato e emolduradas em dourado, na parte de baixo permitem a introdução em gaveta de duas fotografias verso a verso. No lugar das legendas estão impressas as iniciais em maiúsculas: "A. L. B. S. G. D. E." parecendo referência do fabricante parisiense.

A página do provável patriarca da família tem anotado o nome: Belizardo da Nóbrega. No verso da foto o timbre: The Temple of Art.

Uma fotografia sem carimbo do artista de um senhor alto, figura nobre, sentado, descansando o braço esquerdo numa mesinha de tampo circular, deixando à mostra a corrente do relógio d'algibeira presa ao bolsinho do colete, tem a seguinte anotação à tinta: Tirado no Maranhão, no dia 16 de fev. de 1870.

Restam as poucas anotações das 1^{as} páginas que devem ser atribuídas a alguma pessoa da família: Neta de Belizario da Nóbrega: Isabel Pereira de Oliveira, 10.06.1974. Não fomos muito além dessas escassas informações. Soubemos existir em Vila Velha, ES, pequeno ramo empalidecido dessa árvore genealógica de provável origem maranhense e foi só.

Quanto às demais fotografias, são de chamar a atenção outras senhoras nos seus ricos trajes, fotos gravadas em decalque indicativo do atelier. Carneiro e Smith.

A leitura do excelente livro de Boris Kossoy, **Origens da Fotografia no Brasil — Século XIX**, edição MEC/Funarte, 1980, é para nós como bengala de guia de cego.

Carneiro e Smith, The Temple of Art, conhecido como “o fotógrafo americano”, estabelecido à rua dos Latoeiros, 60, foi estúdio de evidência nas décadas de 1850-1860 no Rio de Janeiro de 1860-1870 em São Paulo onde manteve atelier na rua do Príncipe, 222, sendo a firma sucedida por Carneiro e Gaspar. Mantinham em Paris casas à rua de Rivoli, 79.

The Temple of Art anunciava no **Correio Mercantil** do Rio, edição de 7.3.1858: “Retratos pelos seguintes processos: Melainótipo, ambrótipo, fotografia, darreótipo e stereóscopo”.

Convém recordar que as fotos em **daguerreotypie** eram estampadas em chapas de metal e as em **ambrotypie** eram gravadas em placas de vidro.

Dentre algumas páginas vazias do álbum uma conserva chapa de vidro em cuja superfície teria sido revelada uma foto em ambrotypo que se encontra inteiramente desvanecida.

Algumas fotos nítidas ressaltam competência dos mestres. São de ver: **A. Lecouteux-Photographe. Rua do Ouvidor, 134. Rio de Janeiro.** Atelier também conhecido **Photographie Parisienne**, que se evidenciou na década de 1860, segundo Boris Kossoy.

Outros artistas de mérito: Estabelecimento Fotográfico D. L. Cypriano. Retratista da Casa Imperial. Rua dos Ourives, 34. Rio de Janeiro, cujo nome completo era Diogo Luis Cypriano, daguerreotypista anunciante em 1852 na seção de pintores (miniaturista) com atelier na rua do Ouvidor, 88, sobrado. Era sucessor de Guilherme Telfer, atuou no Rio na década 1850-1860 e foi sucedido por Cypriano e Silveira (rua dos Ourives, 34) em 1870. Um dos seus trabalhos do álbum mostra em corpo inteiro um oficial do nosso Exército no uniforme de gala com a sua espada comprida. Três sinhazinhas fotografadas em trajes e poses absoluta-

mente idênticos, vestido escuro, corpete sem decote, cintura de vespa, os mesmos pregueados, as mesmas luvas brancas, o mesmo cacheado dos cabelos, poses que não discrepam do rigorismo clássico da época. Postura de pé, mão apoiada no espaldar esculturado de uma cadeira de palhinha junto a uma cortina. Valho-me ainda do douto Boris Kossoy a aclarar o caminho: “A **carte de visite** foi o exemplo típico da padronização do produto fotográfico como um todo, e que, em função de seu largo consumo pelas massas em todo o mundo, atingiu não só a forma externa como também seu conteúdo, através dos estereotipados cenários e poses dos retratados”. E continua: “Referindo-se aos cenários de fundo, comenta Gernsheim: Cada década, no período da **carte de visite**, e mais tarde no **cabinet** teve seus acessórios especialmente característicos. Nos anos 60 era a balaustrada, a coluna e a cortina...”

Outros fotógrafos cujo ateliê se tornaram tradicionais na segunda metade do século passado constam do álbum: Justiniano José de Barros. Rua do Ouvidor, 62, com duas fotografias estampando uma delas expressivo traje de senhora em vestido enfeitado com largas fitas; Meyer e Moscarella; Manuel Garcia — Fotógrafo. Rua 7 de Setembro, 76, com uma bela foto de dois jovens em uniformes de marinheiro; Alberto Henschel e Co. (Fotografia Alemã — Fotógrafos da Casa Imperial) que tiveram ateliê em Salvador, década de 1860 no Recife, década de 1870-1880, no Rio, onde se associaram durante alguns anos a outro profissional, e em São Paulo atuaram na década 1880. Aparecem no álbum com um único retrato original pelo relevo convexo do cartonado elipsoidal.

Pacheco ou Onsley Pacheco, artista que mantinha o prenome de Joaquim, “pintor de paisagens, fotógrafo da Casa Imperial, Cavaleiro da Ordem de Cristo de Portugal, premiado com a medalha de classe na Exposição Internacional do Porto e em outras exposições”, estabelecido na rua do Ouvidor, 102/40 nos anos de 1850-1890, é representado com cinco fotografias, algumas muito nítidas.

Uma foto tem como única identificação do artista o escudo imperial no verso. Autoria de Onsley Pacheco ou seria produção de D. L. Cipriano?

Quatro **cartes de visite** com o mesmo timbre: Fotografia e Pintura. Christiano Ph. Rua da Quitanda, 43, re-

cordam o artista Christiano de Freitas Henriques Jr. que manteve estúdio no Rio por volta de 1870, segundo nosso informante B. K.

Pela leitura do livro de Delso Renaut, Rio de Janeiro: A vida da cidade refletida nos jornais, em 1867... a arte fotográfica ainda não evoluiu a ponto de registrar os flagrantes vividos no convívio familiar. É comum a foto estática, de corpo inteiro, de cada membro da família, separadamente”.

Boris Kossoy ressalta que a **carte de visite** “tornou-se a moda mais popular que a fotografia assistiu em todo século passado”. E adianta: “Foram estes os anos da cartomania cuja moda tornaria célebres e milionários inúmeros fotógrafos”. Assim, apareceram os “álbuns artisticamente elaborados, em sua forma externa e interna, cujas espessas páginas continham abertura em forma de janelas onde se encaixavam as fotografias. E assim atingiu-se o ciclo mais importante na história do retrato: A democratização da imagem do homem através da fotografia”. E esclarece mais ao lembrar uma crônica (citada por Wanderley Pinho), crônica de Xavier de Novais escrita em 1863, comentando que o tradicional álbum de família e cofre de lembranças dos amigos ausentes desapareceram substituídos pelo álbum de fotografias. E evocou o fotógrafo mais afamado da Capital Federal naquela época, J. Insley Pacheco, “que tem tido a honra de copiar todos os narizes do Rio...” Segundo o cronista, todo mundo tinha “o álbum de família que se abre com a figura risonha do pai, e onde sucedem-se pela ordem rigorosa das idades o irmão conselheiro, o irmão aspirante da Marinha, a irmã que já solfeja a valsa da moda, “Il Baccio”, a irmã que mama ainda, cujo rosto se esconde junto da face escura da ama, retrata por concomitância...”

Pelas semelhanças que constatamos, só ficou faltando em nosso álbum o cliente “acessório do estúdio” — o escravo para completar a gama fisionômica dos diversos tipos humanos constituinte da “nobreza oficial” e da “elite agrária”.

ROSA HELENA SCHORLING

A PRIMEIRA PARA-QUEDISTA DO BRASIL

Elmo Elton

Rosa Helena Schorling Albuquerque, filha de João Ricardo Hermann Schorling (alemão) e de Rosa Wlasak Schorling (austriaca), nasceu em 15 de julho de 1919, em São Paulo de Biriricas, município de Cariacica, no Espírito Santo.

Em 19 de novembro de 1919, aos quatro meses de idade, passou a residir, com os pais, nas proximidades de Campinho, município de Domingos Martins, no mesmo Estado, onde vive até hoje.

De 1929 a 1936, estudou no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Colégio do Carmo), em Vitória, obtendo diploma de professora, após feito, ali, "cursos de pintura, datilografia, estenografia, economia e prendas domésticas".

Durante as férias escolares, em casa, "gozava de todas as regalias: aprendeu a nadar em piscina, a patinar, andar de bicicleta, motocicleta, automóvel e caminhão. A experiência em automóvel foi em um Oppel importado, de fabricação alemã, ano 1898, com direção do lado direito, câmbio e freio do lado externo".

Em 29 de março de 1932, com apenas doze anos de idade, após exames teóricos e práticos, recebeu, em Vitória, a carteira de motorista profissional, matrícula 1729, assinada pelo Chefe de Polícia, Dr. Antônio Honório Fonseca e Castro Júnior, sendo, assim, a primeira mulher no Espírito Santo, quiçá no Brasil, a conseguir tal documento.

Em 11 de junho de 1933 tirou carteira de motociclista. Atualmente, possui qualificação de motorista classe D.

Entre os anos de 1932/1933, sentiu despertado seu interesse pela aviação, isto quando viu, do pátio do colégio onde era interna, "um avião a baixa altura, fazendo demonstrações, era o DOX, aeronave alemã de seis motores".

Logo depois, demonstrou ao pai desejo de ser aviadora, mesmo sabendo que os aviões eram, até então, dirigidos por homens. João Ricardo, que fora mestre de balões na Alemanha, prometeu atender a sua pretensão, mas só depois que a filha obtivesse o diploma de professora.

Em 6 de dezembro de 1937, já diplomada, embarca, em Vitória, para o Rio de Janeiro, onde, a 15 do mesmo mês, toma contato direto com um avião, em vôo realizado no Aeroporto Santos Dumont, embora, ano antes, tivesse conhecido, em companhia do então secretário da Agricultura do seu Estado, Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, um hidroavião no ancoradouro de Santo Antônio, em Vitória.

Em 14 de junho de 1939, o Aero-Clube do Brasil lhe confere o brevê de piloto aviadora, sob o nº 505, logo se inscreve na Federação Aeronáutica Internacional, tornando-se, então, a primeira aviadora espírito-santense e a oitava do Brasil. As sete primeiras brevetadas foram: Tereza Marzo, Anésia Pinheiro Machado, Adda Leda Rogato, Madeleine Bureau Roince, Cecília Bolognani, Maria Aparecida Rezende e Floripes do Prado.

Após terminar o curso de pilotagem, seu noivo, Leonardo de Freitas Valle, não quer que ela continue na aviação, fazendo-a retornar ao sítio Rosenhausen, em Campinho, para que preparasse o enxoval de casamento. Trabalha, ali, por poucos meses, no Grupo Escolar Teófilo Paulino, quando, em agosto de 1940, recebe do então presidente do Aero-Clube do Brasil, coronel Ivo Borges, e de seu ex-instrutor comandante Gratuliano Ximenes de Oliveira, também de colegas aviadoras, convite para participar das provas aéreas femininas que seriam realizadas, pela primeira vez, no Brasil, durante os festejos da Semana da Asa.

Em 12 de setembro de 1940 Rosa Helena segue, novamente, via marítima, para o Rio, como representante do Aero-Clube do Espírito Santo. Leva consigo um memorial a ser entregue ao Presidente da República, o que o fez, solicitando um avião para o mesmo clube.

Durante os treinamentos antecipados para as provas que seriam realizadas naquela Semana (era seu instrutor o então comandante Rui da Costa Gama, genro do Presidente Getúlio Vargas), encontra-se com o noivo que a põe em prova: a escolha do avião ou dele. Rosa opta pelo avião.

Em 26 de outubro do mesmo ano, participa, com mais seis concorrentes, das provas aéreas femininas Cruzeiro do

Sul, conquistando o primeiro lugar. Recebe, então, a taça Rosa Trophy of pela Women's Internacional Association of Aeronautics, um cronômetro de ouro, horas de vôo, além de outros prêmios valiosos.

No programa das provas da Semana da Asa estabeleceu-se que haveria salto de pára-quedas para voluntários. Rosa logo se inscreve à demonstração livre e espontânea, — prova que realiza, com êxito absoluto, no dia 8 de novembro de 1940 (Semana do Estado Novo). Esse primeiro salto de pára-quedas por mulher brasileira ela o fez de uma altura de mil metros, na baía de Guanabara, de um avião Belanca (asa alta). O pára-quedas usado era de fabricação Switlich, 24 pés, de assento (U.S.A.). Assistiram a essa demonstração milhares de pessoas, altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, dentre as quais o comandante Isaac Cunha, chefe da Casa Militar da Presidência da República, e seu pai, de quem obtivera a indispensável autorização para realizar tal proeza. A imprensa de todo o país lhe tece os maiores louvores, com amplas reportagens ilustradas, seu retrato estampado em capas de nossas principais revistas.

Areobaldo Lellis, então dos mais acatados jornalistas espírito-santense, enaltecendo, assim como o fizeram outros conterrâneos, o pioneirismo de seu salto, conclui longo artigo com estas palavras: "... Rosa Helena, vencedora dos ares, que desceste lentamente dos céus brasileiros como fúlgida estrela que se desprendesse da constelação do Cruzeiro do Sul, para surgires nas águas bravias do oceano à semelhança das nereidas dominadoras dos mares, eu te exalto e te saúdo na grandeza e no esplendor de teu feito heróico, em que, cobrindo-te de glória, cobriste de glória o teu Espírito Santo e o teu povo". (A Gazeta, edição de 15 de novembro de 1940).

Em 1949, isto é, nove anos após seu pioneiro salto de pára-quedas, era fundada a Escola de Pára-quedistas do Exército — Núcleo Aero-Terrestre, em Deodoro, no Rio de Janeiro. Rosa Helena, logo inscrita nesse Núcleo, depois de oito meses de treinamentos intensivos (teorias e práticas) com militares, preenchidas todas as formalidades então exigidas, recebe seu brevê de pára-quedista em 29 de outubro de 1950.

Durante o tempo em que esteve naquela Escola realizou cento e trinta e seis saltos de treinamento, das mais diversas modalidades, incluindo saltos noturnos, com demonstrações, inclusive, nas praias do Flamengo e Copacabana, e, já brevetada, em solenidades cívicas, em vários Estados, também no Paraguai.



Rosa Helena Schorling, com seus equipamentos de pára-quedista, em foto de 1951.

Em 29 de junho de 1951 efetuou espetacular salto em Cachoeiro de Itapemirim (ES), quando da inauguração do campo de aviação local, ali presentes o governador do Estado, Dr. Jones dos Santos Neves, e Dr. Danton Bastos, presidente do Tribunal de Justiça, entre demais autoridades.

Em 15 de janeiro de 1955, data da morte de seu pai, assassinado em Campinho (João Ricardo era pessoa boníssima, culta, mesmo artista, engenheiro, relojoeiro e notável perito em montagem e conserto de armas), Rosa Helena retorna, definitivamente, para o sítio Rosenhausen, ficando aí, já que filha única, junto de sua genitora. Nesse mesmo ano

recomeçou a lecionar no Grupo Escolar Teófilo Paulino, ocupando, a partir de 19 de fevereiro de 1963, por um período de quatro anos, o cargo de diretora do citado educandário. Mais tarde, foi nomeada delegada de ensino.

Casou-se, em 12 de junho de 1960, com o tenente reformado do Exército, Raymundo Mendes Albuquerque, de quem teve um filho (João Raymundo), falecido em 6 de janeiro de 1962, com apenas cinco meses de idade. A senhora Rosa Wlasak Schorling, sua mãe, faleceu, aos oitenta e seis anos, em 24 de janeiro de 1978.

Atualmente só, completamente só, sem parentes e ninguém, a aviadora “revive com saudade os bons momentos de sua vida, revendo fotografias, relendo recortes de jornais e revistas que possui às centenas, entre as grossas paredes do casarão secular, que transformou em museu privativo, no sítio Rosenhausen”.

Rosa Helena Schorling Albuquerque, membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, é nome de merecida projeção nos meios desportistas e culturais de seu Estado.

Novembro/1981.

A ECONOMIA AÇUCAREIRA NA VISÃO DE ANTONIL

Gabriel A. M. Bittencourt

Professor de DH/CEG/UFES e membro
do IHGES, do Conselho Estadual de
Cultura, da SHL/ES e da Academia Es-
pírito-Santense de Letras.

1. Introdução.

Desde sua primeira edição, em 1711, foi o livro de Antonil considerado uma obra de capital importância para o estudo da economia colonial brasileira, dos dois primeiros séculos posteriores ao descobrimento.

Oferecia “aos que desejavam ver glorificado nos altares ao Venerável Padre Joseph de Anchieta Sacerdote da Companhia de JESU, Missionário Apostólico & novo Thaumaturgo do Brasil”. Sendo uma esplêndida descrição da economia colonial brasileira, contém “várias notícias curiosas do modo de fazer o assucar, plantar & beneficiar o tabaco; tirar Ouro das Minas; & descobrir as de Prata; E dos grandes emolumentos, que esta conquista da América Meridional da ao Reyno de Portugal com este, & outros generos, & contratos Reaes”. (1) Divulgando as rotas do ouro, temos aí o caráter fundamental do confisco da obra pelas autoridades laicas, preocupadas em manter incólume a parte mais importante da economia metropolitana, conforme José Honório Rodrigues, citando André Mansuy. (2)

(1) Conforme reprodução fac-similar da página de rosto da edição de 1711. CANABRAVA, A.P., «João Antonio Andreoni (Antônio João Antonil) Cultura e opulência do Brasil». In: ANTONIL, Andre João, **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. 2 ed. São Paulo, Nacional, (1976) p. 4.

(2) MANSUY, André, «André João Antonil — Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas». Texte de l'édition de 1711. traduction française et commentaire.

Escreveu Andreoni a obra em estudo na fase final de sua vida e com a experiência acumulada de um quarto de século no Brasil, não se conhecendo em que ano a redigiu. Contudo, sabe-se que foi antes de 1710, ano em que se registraram as licenças de impressão, sob o pseudônimo de André João Antonil, que constituiu-se numa incógnita por muitos anos. (3)

A identificação do autor de **Cultura e opulência** data de 1886 e coube a Capistrano de Abreu, que em carta escrita a Afonso d'E. Taunay narrou os incidentes da descoberta. Verificou Capistrano que o pseudônimo André João Antonil é o anagrama do próprio nome do autor que desejava manter-se desconhecido. Concluiu ser o L final do imperfeito anagrama relativo a Luca na Toscana, Itália, região natal do jesuíta. (4) A sua obra situa-se numa importante época de transição entre duas fases fundamentais da economia colonial brasileira: a do açúcar, da qual o autor presenciou ainda um dos últimos renascimentos, e a da mineração, que florescia com amplas repercussões em todos os ângulos da vida colonial, acarretando principalmente a ascensão irreversível do Centro-Sul em detrimento do Nordeste açucareiro. (5)

O objetivo do presente trabalho é o de analisar a primeira parte do livro de Antonil "na lavra do açúcar...", sem dúvida a ocupação econômica mais importante do Brasil colonial, reconhecido pelo próprio autor que lhe dedica maior número de páginas.

2. Fonte para o estudo do autor.

A obra de Serafim Leite, S. J., (História da Companhia de Jesus no Brasil, 10 vol. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938-1950), graças à investigação extensa nos arquivos da Companhia de Jesus, em Roma, permitiu conhecer melhor os trinta e cinco anos de Andreoni no Brasil, consagrados especialmente à administração. (6)

(3) CANABRAVA, op. cit. p. 24.

(4) Id., ibid. p. 26.

(5) Id., ibid. p. 30.

(6) Id., ibid. p. 10-11.

3. A propósito do autor.

Natural de Luca, na Toscana, Itália, nasceu aos 6 de fevereiro de 1649. Com apenas 18 anos de idade, em 20 de maio de 1667, entrou para a Companhia de Jesus embarcando para o Brasil em 1681. Era filho de João Maria Andreoni e Clara Maria. De seus antecedentes, anteriores à Companhia de Jesus, sabe-se que estudou Direito Civil na Universidade de Perúcia por três anos, o que lhe seria útil no trato dos problemas do interesse da Ordem, nos postos que ocupou de caráter administrativo. No seminário romano foi professor de Humanidades e repetidor de Retórica e Filosofia.

Embarcou para o Brasil, em 29 de janeiro de 1681, juntamente com o padre Antônio Vieira e, possivelmente sob sua influência, exercida durante sua longa estada em Roma, de 1669 a 1675.

Já em Salvador, em 15 de agosto de 1683, fez a profissão solene dos quatro anos de voto, recebendo-a do padre Alexandre de Gusmão. Passaria o resto dos seus dias a serviço da Ordem, sobretudo na Bahia, sem jamais deixar o Brasil. Exerceu vários cargos, onde se fazia notar profundos conhecimentos de latim e direito. Antes de professar os votos, já havia exercido as funções de professor de Retórica no curso de Humanidades e de diretor da Congregação dos Estudos, no Colégio da Bahia. Em 1688 era mestre dos Noviços e secretário do Visitador-Geral, padre Antônio Vieira, funções que exerceria por vários anos. Chegou a alta função de Provincial em maio ou junho de 1706, exercendo-a até junho de 1709, período em que visitaria as missões dos Tapuias do Rio Grande do Norte e do Ceará. Por duas vezes foi reitor do Real Colégio da Bahia e em 1711, na qualidade de consultor, enviava informações ao Padre-Geral.

Seja como secretário, reitor ou provincial, destacou-se sempre pelo apurado zelo burocrático como característica: se observa na estrutura da **Cultura e Opulência**, a tendência natural e a facilidade para coordenar e sistematizar informações e idéias várias. Já em 1688 organizou uma estatística de entrada no Noviciado desde 1566, ocupando-se no mesmo período em elaborar o catálogo dos Provinciais e a relação dos Mestres dos Noviços do Colégio da Bahia. Em 1701, coordenou a revisão de **O Costumeiro**, ou seja, o código dos usos e práticas da Província do Brasil.

Na questão da escravidão do indígena, em conjunto com outros padres estrangeiros, fez oposição à corrente do padre Antônio Vieira, defendendo a utilização do trabalho indígena em áreas onde as dificuldades econômicas tornava proibitiva a utilização da mão-de-obra escrava africana. Opôs-se consequentemente à ortodoxia jesuítica, em apoio às reivindicações dos paulistas, expressando uma convicção própria em consonância às condições econômicas da Colônia. Tal atitude, que não significava insensibilidade às tarefas do apostolado mas a capacidade de compreensão do contexto no qual estava inserido. Tal afirmativa iria comprovar-se anos mais tarde, quando, como Provincial, iria integrar-se na grande atividade missionária da Companhia, participando pessoalmente, nos sertões do Nordeste das missões jesuíticas, com grandes riscos para sua vida.

Ressalta-se ainda em sua existência a habilidade no trato de demandas e pleitos judiciais, com grandes proveitos para a Companhia, como por exemplo, no trato das questões relativas ao legado de Domingos Afonso Sertão, no Piauí.

Homem de ação, como tantos outros missionários seus antecessores, o campo onde iria consagrar-se não seria o da oração, da penitência e do apostolado. Afeito aos problemas seculares, aí se projeta vigorosamente sua personalidade, com a solidez e firmeza do autêntico conhecedor. (7) Jamais deixou o Brasil. Algumas vezes, porém, quase o fez, como por exemplo em 1693, quando decretou o Rei a proibição de ida ao Brasil de padres estrangeiros e lhes vedou as funções de secretário do Provincial, Mestre de Noviços e Superiores de Casas, Colégios ou Missões. Antonil sentiu-se diretamente atingido, ocupava o posto de Secretário do Provincial e propôs-se a deixar o Brasil para encaminhar-se para outra Província ou Missão. (8) Na Historiografia Brasileira reservou um lugar proeminente através do seu mais importante trabalho que é a **Cultura e opulência do Brasil**.

(7) Id. *ibid.* p. 9-12.

(8) Idem, *ibid.* p. 20.

4. A propósito do texto.

4.1. Publicações e traduções.

Publicada a primeira edição em 1711, foi quase totalmente destruída em observância a proibição e sequestro régio, salvando-se apenas raros exemplares, chegando alguns ao Brasil. (9)

Posteriormente várias impressões foram feitas: Em 1800, por iniciativa de frei José Mariano da Conceição Veloso, foi reimpressa apenas a primeira parte do livro sob o título **Extrato sobre os engenhos de assucar do Brasil e sobre o methodo já então praticado na factura deste sal essencial tirado da obra Riqueza e Opulência, para se combinar com o nosso methodo, que agora se propõe, debaixo dos auspícios de sua Alteza Real** (Lisboa, Typ. do Arco do Cego, 1800). A segunda edição integral foi publicada no Rio de Janeiro, por iniciativa de José Sylvestre Rebelo, (Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837). A terceira edição saiu em Macau, Typ. Noronha & Cia., 1898. A quarta edição impressa na Revista do Archivo Público Mineiro, Tomo IV, fascículo III e IV, julho a dezembro de 1899, por iniciativa de José Pedro Xavier da Veiga, (Belo Horizonte, 1900, p. 404-557). A quinta edição fez-se precedida do estudo do autor e da obra, por Afonso d'E. Taunay, sob o título "André João Antonil (João Antônio Andreoni S.J.) e sua obra. Estudo biobibliográfico" (São Paulo, Melhoramentos, Weissflog Irmãos Incorporados, 1923, 280 p.). A sexta edição foi publicada em Salvador, Livraria Progresso Editora, 1955, 253 p. e coube a sétima edição ao Rio de Janeiro, Div. Cultural, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, com anotações de Orlando Valverde, como separata do **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, 1963. A presente edição é a oitava. (10-11)

(9) Sabe-se existir um exemplar na Biblioteca Nacional de Paris, dois na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e um na Faculdade de Direito de São Paulo.

(10) CANABRAVA, op. cit. p. 30.

(11) Recentemente foi realizada uma nova edição de **Cultura e opulência do Brasil**; texto confrontado com o da edição de 1711, com estudo biobibliografia, por Afonso E. Taunay, nota bibliográfica de Fernando Sales, vocabulário e índices antroponímicos e de assuntos de Leonardo Arroyo. São Paulo, Melhoramentos; Brasília INL, 1976, p. 239.

4.2. Tema e estrutura do texto.

4.2.1 Tema.

O tema geral está indicado no título da edição de 1711, **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas, e minas, com várias notícias curiosas do modo de fazer açúcar; plantar & beneficiar o tabaco; tirar ouro das minas e descobrir as de prata.**

Antonil foi o primeiro que abordou quase essencialmente os aspectos econômicos da Colônia e a sua técnica de produção. As obras dos cronistas anteriores envolvem mais aspectos descritivos da flora, fauna, etnografia e geografia.

4.2.2. A estrutura.

Ao sumário do livro vê-se que o texto está dividido em quatro partes principais, precedidas por uma extensa introdução sobre o autor e sua obra e vocabulário com expressões usadas elaborado por Alice Piffer Canabrava.

Vamos repetir fielmente a estrutura do texto, demonstrando da seguinte maneira:

Cultura e Opulência do Brasil

Aos senhores de engenho e lavradores do açúcar e do tabaco e aos que se ocupam em tirar ouro das minas do Estado do Brasil 129

Primeira Parte

“Na lavra do açúcar Engenho Real moente e corrente” 131

Segunda Parte

“Na lavra do tabaco” 235

Terceira Parte

“Pelas minas de ouro” 255

Quarta Parte

“Pela abundância do gado e courama e outros contratos reais que se rematam nesta conquista” 305

4.2.3. Análise da primeira parte.

A primeira parte do livro versa sobre a produção açucareira; trata dos senhores de engenho, dos trabalhadores, e dos escravos. Não só escreveu Antonil um manual do produtor do açúcar como também analisa as técnicas do plantio de cana, a base da riqueza colonial, naquela época cheia de métodos inadequados.

O trabalho de Antonil se presta para que compreendamos a posição de alguns estamentos dentro da estrutura social colonial, como a posição ocupada pelo senhor de engenho, no topo da hierarquia social, um elemento semelhante à aristocracia européia. Assim iniciado capítulo I: "O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil, o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino". (12) Neste mesmo capítulo observamos uma verdadeira hierarquia bem definida de acordo com a divisão de trabalho e uso da terra.

"Dos senhores dependem os lavradores que têm partidos arrendados em terras do mesmo engenho, como os cidadãos dos fidalgos"... "Servem ao senhor de engenho, em vários ofícios, além dos escravos de enxada e fouce que têm nas fazendas e na moenda, e fora os mulatos e mulatas, negros e negras de casa ou ocupados em outras partes, banqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Tem mais, cada senhor destes, necessariamente, um mestre de açúcar, um banqueiro e um contra banqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho e para o espiritual um sacerdote seu capelão, e cada qual destes oficiais tem soldada". (13)

(12) ANDREONI, João Antônio, — (André João Antonil) — **Cultura e opulência do Brasil**. 2 ed. (texto da edição de 1711); Introdução e vocabulário por A. P. Canabrava. São Paulo, Nacional. (1976). p. 134.

(13) Id. *ibid.*, p. 139-140.

Assim justifica-se a posição ocupada pelo senhor de engenho como personagem principal e como tal devia ser "homem de cabedal e governo". (14) Isto é, capacidade de administração e conhecimento técnico e recursos econômicos.

Dentro desta sociedade escravocrata é analisada a situação dos trabalhadores livres e pequenos proprietários em dependência aos senhores de engenho, constituindo-se os lavradores de partido em importante grupo na economia açucareira, seja livremente ou em terras obrigadas ao engenho. Pessoas livres mas de poucos recursos para montagem de engenhos, ficavam numa situação muito grande de dependência quanto ao uso da terra e pela própria estrutura da produção açucareira. Os pequenos agricultores não tinham condições de se estabelecerem com pequeno capital e diminuto número de escravos. Contudo deve ter escrito a primeira parte de seu livro numa época favorável à produção açucareira na qual se multiplicavam os engenhos:

"assim, é para pasmar, como hoje se atrevem tantos a levantar engenhocas tanto que chegara a ter algum número de escravos, e acharem quem lhes emprestasse alguma quantidade de dinheiro". (15)

O Mercantilismo está implícito em seu livro, expresso no papel relevante dos produtos de exportação, limitando os de subsistência apenas à pecuária, numa época em que era básica a farinha de mandioca.

A unidade de produção a qual visitara e colhera material para o livro, era por assim dizer completa constituindo-se num "engenho real", típico da grande propriedade monocultora de economia de exportação. Já no Proêmio, diferencia os engenhos reais das engenhocas:

"Dos engenhos, uns se chamam reais, outros inferiores, engenhocas. Os reais ganharam este apelido por terem todas as partes de que se compõem e todas as oficinas, perfeitas, cheias de grande número

(14) Id. p. 139.

(15) Id. *ibid.*, p. 141.

de escravos, com muitos canaviais próprios e outros obrigados à moenda; e principalmente por terem a realza de moerem com água, à diferença de outros, que moem com cavalos e bois e são menos providos e aparelhados; ou pelo menos, com menor perfeição e largueza, das oficinas necessárias e com pouco número de escravos, para fazerem, como dizem, o engenho moente e corrente". (16)

Pode-se observar no período um processo de redistribuição da propriedade mais adequada para produção açucareira com a venda das terras cansadas ou de produção diminuída na área do Recôncavo.

A concessão de sesmaria, que caracteriza o processo formativo da propriedade rural brasileira, na época de Antônio, já havia promovido a alienação das terras mais adequadas à cultura da cana, na região:

"Se o senhor de engenho não conhecer a qualidade das terras, comprará salões por massapés e apicus por salões... Muitos vendem terras que têm, por cansadas, ou falta de lenha... Outros, obrigados a vender contra a vontade por causa dos acredores que os apertam, bem pode ser que ofereçam terras novas e fortes... porém, o comprador corre então outro risco de comprar demandas eternas, pelas obrigações e hipotecas a que tão por repetidas vezes sujeitas". (17)

Sempre presente o autor com manifestos conselhos de ordem prática de caráter jurídico, típico de sua personalidade.

A divisão do trabalho visa à especialização em cada uma das operações do processo de obtenção do açúcar e todos apresentam-se ligados por um elo comum de padrões de valores, capelães como mestre-de-açúcar, rapinas ou vaqueiros, todos recebem soldada:

"das pessoas e oficiais que há de admitir ao seu serviço... o primeiro, que se há de escolher... é o capelão... O que se costuma dar ao capelão cada ano

(16) Id. *ibid.* p. 133.

(17) Id. *ibid.* p. 143.

pelo seu trabalho... são quarenta ou cinquenta mil réis..." (18) "A soldada do mestre do açúcar nos engenhos que fazem quatro ou cinco mil pães,... é de cento e vinte mil réis". (19) "Ao feitor-mor dão nos engenhos reais sessenta mil réis". (20) "Ao purgador de quatro mil pães de açúcar, dá-se soldada de cinquenta mil réis..." (21)

Embora os trabalhadores livres tenham alcançado uma relativa importância na produção do engenho, a base da força de trabalho está no escravo:

"Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente". (22)

Os engenhos abasteciam-se com cana proveniente das terras do senhor, ou dos lavradores ou então da associação de ambos. Esta lavoura fundamentou-se essencialmente no trabalho escravo. Andreoni nos permite uma noção de seu número no grande engenho e a existência de uma economia de subsistência para sua manutenção:

"Toda escravaria (que nos maiores engenhos passa o número de cento e cinquenta e duzentas peças, contando as dos partidos) quer mantimentos e fardas, medicamentos, enfermaria e enfermeiro; e, para isso, são necessárias roças de muitas mil covas de mandioca". (23)

Considerado uma mercadoria, na época, Antonil aceita completamente a escravidão negra, e preconiza normas de conduta do senhor para o escravo, visando o zelo por seu patrimônio, pois o mesmo é um bem de capital:

"Aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir o dar couces, principalmente nas barrigas das mulheres que andam peçadas, nem dar pau nos es-

(18) Id. *ibid.* p. 149-150.

(19) Id. *ibid.* p. 156.

(20) Id. *ibid.* p. 154.

(21) Id. *ibid.* p. 157.

(22) Id. *ibid.* p. 159.

(23) Id. *ibid.* p. 140.

cravos, porque na cólera se não medem os golpes, e pode ferir mortalmente na cabeça a um escravo de muito préstimo que vale muito dinheiro e perdê-lo". (24)

Nessas páginas recolheu Antonil adágios famosos. Ilustra as condições de acordo com a origem étnica:

"que o Brasil é o inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e mulatas". (25)

Andreoni enfatiza a participação dos escravos nos rituais católicos visando a integração do escravo através da religião. Ainda invocando a religião, apela para os sentimentos, dando conselhos humanitários, para que se evitem castigos em demasia, contrariando a afirmação que:

"No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pano e pão. E, posto que começam mal, principalmente pelo castigo que é o pau, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada". (26)

Presta-se o trabalho como fonte para estudo da origem da contribuição negra à cultura brasileira:

"Os que vêm para o Brasil são os ardas. minas, congos, de São Tomé, de Angola, de Cabo Verde e alguns de Moçambique". (27)

E fala no nível cultural de alguns:

"Os de Angola, criados em Luanda, são mais capazes de aprender ofícios mecânicos... Entre os congos, há também alguns bastantes industriais". (28)

(24) Id. *ibid.* p. 152.

(25) Id. *ibid.* p. 160.

(26) Id. *ibid.* p. 160.

(27) Id. *ibid.* p. 159.

(28) Id. *ibid.* p.

Os frutos da miscigenação negra se faziam sentir expresso na ascensão social do mulato:

"Melhores ainda são, para qualquer ofício, os mulatos;... ordinariamente levam no Brasil a melhor sorte... tudo lhes sofrem, tudo lhes perdoam; e parecem que se não atrevem a repreendê-los". (29)

A economia açucareira subordinava-se a uma técnica agrícola primitiva, caracterizada pela ausência do arado, e, da força animal no trato da terra. Neste contexto sobressaía a escolha da terra, que é fundamental para o desenvolvimento da lavoura. Aliada ao alto custo do escravo, só produzia lucro se fosse de elevada fertilidade:

"As terras boas ou más são o fundamento principal para ter um engenho real bom ou mau rendimento. As que chamam massapés, terras negras e fortes, são as mais excelentes". (30)

Tudo isto se agrava com o emprego da "queimada", prática cultural de limpar o terreno, de origem indígena, com desastrosos resultados para a lavoura. Consequentemente, o tempo de duração do canavial era mínimo:

"Verdade é que, cansada a terra, perde também a soca o vigor, e depois de seis ou sete anos a cara se acanha e facilmente se murcha até ficar seca e azougada". (31)

Seus conselhos de ordem prática chega a atingir a família e a administração doméstica, propondo soluções aos problemas de relações pais e filhos, constituindo-se este capítulo numa série de observações preciosas ao estudo da vida familiar brasileira naqueles tempos. Costumes sociais são aí evidentes:

"São finalmente necessários, além das senzalas dos escravos... além das moradas do capelão... e umas casas para o senhor de engenho, com seu quarto

(29) Id. *ibid.* p. 160.

(30) Id. *ibid.* p. 175.

(31) Id. *ibid.* p. 176-177.

separado para os hóspedes que no Brasil, falto o totalmente de estalagens, são contínuos..." (32) "A hospitalidade é uma ação cortês e, também virtude cristã, e no Brasil muito exercitada". (33)

As técnicas de produção do açúcar são pelo autor minuciosamente detalhadas. Desde o transporte para o engenho, a moagem, número de pessoas por seção. Minucia as atividades de cada um. Orienta a utilização de madeiras e nos deixa ver sua posição de material-chave. A despeito do progresso da metalurgia, era a madeira predominante como material para construção das máquinas simples, assim como em quase todos os setores do engenho, bem como na construção de canoas, barcos, e lenha, o único combustível utilizado. Tudo isso tornava muito requisitado o "carapina".

Além da grande contribuição como fonte para o estudo de técnicas primitivas de fabrico de açúcar, Antonil deixa ver o fabuloso processo predatório que se desenvolveu nas zonas açucareiras com graves prejuízos para a ecologia e ainda a chocante situação dos cativos, implacavelmente fadados a uma curta existência, pela intensa exploração de seu trabalho:

"Junto à casa da moenda, que chamam casa do engenho, segue-se a casa das fomalhas, bocas verdadeiramente tragadoras de matos, cárcere de fogo e fumo perpétuo e viva imagem dos vulcões, Vesúvio e Étnas e quase disse do Purgatório ou do Inferno. Nem faltam perto destas fomalhas seus condenados que são os escravos bouventos e os que têm corrimentos, obrigados a esta penosa assistência para purgarem com suor violento os humores gálicos de que têm cheios seus corpos. Vêem-se aí, também, outros escravos, facinorosos, que, presos em compridas e grossas correntes de ferro, pagam neste trabalhoso exercício os repetidos excessos da sua extraordinária maldade, com pouca ou nenhuma esperança de emenda. O alimento do fogo é a lenha, (32)

(32) Id. *ibid.* p. 140-141.

(33) Id. *ibid.* p. 164.

e só o Brasil, com a intensidade das matas que tem, podia faltar, como fartou por tantos anos... a tantas fomalhas, quantos são as que se contam nos engenhos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, que comumente moem dia e noite, seis, sete, oito e nove meses do ano". (34)

A produção açucareira tem no Brasil um importante capítulo de sua história, onde aqui é desenvolvido a níveis nunca visto, mas tal desenvolvimento em grande parte de nível quantitativo. Os altos preços do mercado era o que mantinha ascendente a produção. O custo da produção, em virtude de técnicas rudimentares e o alto custo da mão-de-obra, era bastante elevado. Entende-se nestes aspectos a crise da lavoura açucareira a qual se percebe ao fim do período de que trata a obra, provocada pelo alto custo dos bens de produção, principalmente dos escravos, requisitados pela economia ascendente da mineração e, a concorrência externa representada pelas Antilhas, ocupando uma melhor posição ante os mercados europeus:

"De vinte anos a esta parte mudaram-se muito os preços, assim do açúcar branco como o mascavado e batido. Porque o branco macho, que se vendia por oito, nove e dez tostões a arroba, subiu depois a doze, quinze e dezasseis, e ultimamente a dezoito, vinte e vinte e dois e vinte e quatro tostões; e depois tornou a dezasseis... A necessidade obriga a vender barato e a queimar (como dizem) o açúcar fino, que tanto custa aos servos, também a falta de navios é a causa de se não dar por ele o que vale. Mas, o ter crescido tanto nestes anos o preço do cobre, ferro e pano, è do que mais necessitam os engenhos, e particularmente o valor dos escravos que não querem largar por menos de cem mil réis, valendo antes quarenta e cinquenta mil réis os melhores, é a principal causa de haver subido tanto o açúcar depois de haver moeda provincial e nacional e depois de descobertas as minas de ouro, que serviram para enriquecer a poucos e para destruir a muitos, sendo as melhores minas do Brasil os canaviais e as malhadas, em que se planta o tabaco". (35)

(34) Id. *ibid.* p. 194-195.

(35) Id. *ibid.* p. 226-227.

Analisa finalmente a produção brasileira, fornecendo dados pelos quais se pode avaliar a produção, suas principais regiões produtoras e respectivos números de engenhos. Das 37.020 caixas de açúcar produzidos, 14.500 eram produzidas pelos 146 engenhos baianos; 12.300 pelos 246 pernambucanos e 10.220 pelos 136 fluminenses. Custando uma caixa de 35 arrobas do melhor açúcar, o "branco batido", na alfândega de Lisboa, rs. 69\$488, em princípios do século XVIII, perfazendo a exportação brasileira de açúcar um total de rs. 2.535:142\$800, cifra bem considerável para uma escassa população.

Sintetiza Antonil a primeira parte de seu livro de uma maneira curiosa, de uma forma espirituosa, em que segue os diversos processos pelos quais passa o caldo até se metamorfosear no produto final e daí a mesa do consumidor.

5.0. Conclusão.

Ao terminar esta análise, sentimos a importância de **Cultura e opulência do Brasil** para a compreensão da economia colonial, notadamente da primeira parte, relativa à economia açucareira, em grande parte responsável pela formação de nossa estrutura colonial.

Como homem de sua época, e ligado à uma formação social dominante, Antonil aceita a estrutura sócio-econômica mas, com convicções próprias, de acordo com as condições econômicas da Colônia, que ele tão bem compreendia. Neste âmbito encontramos o seu grande mérito, o de vislumbrar toda uma situação econômica. Evidentemente não realizou uma análise econômica, mas forneceu os dados imprescindíveis para o estudo de nossa formação econômica.

Fontes:

- 1) ANDREONI, João Antônio, — (André João Antonil) — **Cultura e opulência do Brasil**. 2 ed. (texto da edição de 1717); Introdução e vocabulário por A.P. Canabrava. São Paulo, Nacional, (1976).
- 2) CANABRAVA, A. P., — "João Antonio Andreoni (Antônio João Antonil) **Cultura e opulência do Brasil**". In: ANTONIL, André João, **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. 2 ed. São Paulo, Nacional, (1976).

3) **ANTONIL, André João, Cultura e opulência do Brasil:** 2.ª ed. texto confrontado com o da edição de 1711, com um estudo biobibliográfico, por Affonso E. Taunay, nota bibliográfica de Fernando Sales, vocabulário e índices antroponímico, toponímico e de assuntos de Leonardo Arroyo. 2.ª ed. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.

Sintetiza Antonil a primeira parte de seu livro de uma maneira curiosa, de uma forma esquemática, em que segue os diversos processos pelos quais passa o caldo até se transformar no produto final e daí a massa do consumidor.

Para terminar esta análise, sentimos a importância de **Cultura e opulência do Brasil** para a compreensão da economia colonial, notadamente da primeira parte, relativa à economia açucareira, em grande parte responsável pela formação de nossa estrutura colonial.

Como homem de sua época, e ligado à sua formação social dominante, Antonil aceita a estrutura adocico-econômica mas, com convicções próprias, de acordo com as condições econômicas da Colônia, que ele não pode compreender. Neste âmbito encontramos o seu grande mérito, e de vista para toda uma situação econômica. Evidentemente não se limitou a uma análise econômica, mas forneceu as bases indispensáveis para o estudo de nossa formação econômica.

Fontes:

- 1) **ANDRÉ JOÃO ANTONIL** — (André João Antonil) — **Cultura e opulência do Brasil**, 2.ª ed. (texto da edição de 1711); Introdução e vocabulário por A. P. Canabralva. São Paulo, Nacional, (1976).
- 2) **CANABRALVA, A. P.** — "João Antonio Andronil (Antônio João Antonil) **Cultura e opulência do Brasil**". In: **ANTONIL, André João, Cultura e opulência do Brasil**, por suas direções e notas. 2.ª ed. São Paulo, Nacional, (1976).

ASPECTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS DA HISTÓRIA DA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVI

João Euripedes Franklin Leal

**Ex-professor da Universidade Federal
do Espírito Santo e da Universidade
Federal Fluminense — Paleógrafo.**

Muito importante para a História do Espírito Santo é um conjunto de documentos catalogado na Biblioteca Real da Ajuda de Lisboa, como “Do Desembargo do Paço”, T. IV — Códice 44 XIV-6, que encontrei quando do uso de bolsa de estudo concedida pela Fundação Calouste Gulbenkian, em Portugal.

O documento inicia com o traslado da Carta de Doação da Capitania do Espírito Santo a Vasco Fernandes Coutinho, que, já bastante conhecida, dispensa maiores comentários.

A grande importância deste conjunto de documentos é contestar a informação errônea sobre o primeiro donatário do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, que é apresentado em toda a historiografia brasileira como tendo morrido na indigência, esmolando quase. Mas, se Frei Vicente do Salvador exagerou na afirmativa inicial, seguida pelos demais historiadores até a atualidade, podemos apresentar razões que, calcadas nestes documentos, dão-nos uma visão diferente dos fatos.

Primeiramente Vasco Fernandes Coutinho — pai — era o donatário, na época de sua morte, da Capitania do Espírito Santo, que legou a seu filho e que valia uma pequena fortuna.

Havia ele apenas renunciado ao cargo de Capitão-Mor, mas nunca o de Donatário. Ainda mais, seu filho, Vasco Fernandes Coutinho, possuía, como é apresentado em seu testamento, parte de um engenho em “Taquary”, próximo a Vitória, com plantações, gado e escravos. Era ele o único

filho que sobreviveu ao pai, que aparentava, por citações em diversos documentos, ter grande amor filial, era homem de posses e não deixaria o pai, se fosse o caso, passar por privações como as contadas pela historiografia capixaba. Verdadeiramente, o primeiro donatário do Espírito Santo não se encontrava em boas condições de saúde e de finanças, mas ele ainda recebia os rendimentos a que tinha direito pela Carta de Doação e pelo Foral que recebera de D. João III, o que ajuda a comprovar sua não indigência.

Ainda importante é a solução final para a dúvida em torno do nome da esposa de Vasco Fernandes Coutinho (filho), que a historiografia apresenta ora como sendo D. Luiza Grimaldi, ora Grinaldi e ora Grinalda. Esta última forma é a encontrada nos documentos subseqüentes que iremos apresentar.

Outra solução de valor para a história capixaba refere-se à data em que Vasco Fernandes Coutinho (filho) passou a governar a Capitania do Espírito Santo, que havia herdado de seu pai homônimo.

A data, que tradicionalmente se segue, é 1563, quando na verdade apenas dez anos depois, em 1573, é que o herdeiro da Capitania tomou posse. A comprovação desta faz-se usando as datas dos documentos apresentados e a da elaboração do testamento, ato de vontade sempre realizado por "pessoas de bem", que em viagens pelo oceano, ainda pouco conhecido e por terras distantes e incultas, era tomado por precaução para evitar problemas maiores à família e ao destino de seus haveres e bens.

Assim, antes de partir para o Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho (filho), como era natural, fez seu testamento, que datado de Lisboa em 19 de abril de 1573, comprova a afirmação acima, ainda confirmada pelo desenrolar do processo em que ele moveu, para poder se apossar da Capitania do Espírito Santo.

ANALISE DOS DOCUMENTOS

O longo e burocratizado processo para a obtenção da Provisão-Real destinada a colocar Vasco Fernandes Coutinho (filho) na posse de sua herança, iniciou-se com um Alvará-Real datado de Lisboa, 10 de novembro de 1567, cujo conteúdo essencial é o seguinte:

“avendo respeito aos serviços de Vasco Fernandes Coutinho fidalgo de minha casa capitão da Villa do Spiritu Sancto nas partes do Brasil e avendo tam-bem respeito a me pedir dom Martinho Perejra ej por bem e me praz por elle possa nomear e nomee na dita capitania a Vasco Fernandes Coutinho seu filho sem embargo...”

Foi então reconhecido como herdeiro de seu pai, Vasco Fernandes Coutinho, mas o estafante processo, como era normal, continuou para a tomada de posse da Capitania do Espírito Santo.

Uma apostila a este Alvará foi feita por El-Rei em Almeirim a 10 de dezembro de 1568, reafirmando a validade do Alvará atrás descrito e ordenando que:

“... a pessoa que servir de capitão da dita capitania a não sirva mais e a entregue a Vasco Fernandes filho do dito Vasco Fernandes Coutinho e isto por lhe elle ter nomeado conforme o dito alvara e mando aos Juizes e Vereadores, e procuradores e pouvo da dita capitania que depois de Vasco Fernandes ter a posse della lhe obedeção em tudo e por tudo, e cumprão seus mandados como a seu capitão”.

Em outro documento deste processo, El-Rei, em Apostila reafirmou o direito do herdeiro, que, apesar de ser filho fora do matrimônio, foi considerado como tal, por não ter seu pai nenhum filho legítimo vivo e ainda declarou que:

“... a qual posse lhe seraa dada por Mem de Saa do meu conselho e governador nas partes do Brasil estando na dita capitania e em sua ausencia lhe dara o ouvidor Della e os Juizes e vereadores da Villa do Spiritu Sancto...”

Mas El-Rei condicionou a posse da Capitania:

“E porem o dito Vasco Fernandes Coutinho não podera jr aa dita Capitania, nem usar dela sem ser casado e levar provisão minha para isso...”

Esta provisão real foi datada de Almejrym, oito de janeiro de 1569 e, em resposta, Vasco Fernandes Coutinho (filho) declarou a 18 de janeiro de 1570 que:

“elle supplicante he ja casado, e tem satisfeito aa provisão e mandado de V. A. e pode livremente jr tomar posse da dita capitania...”

Pediú então que El-Rei lhe passasse a provisão para tomar posse da Capitania.

Cumpridas as condições que El-Rei exigira, foi então passada a Provisão-Real para a tomada de posse da Capitania do Espírito Santo, pelo seu segundo donatário Vasco Fernandes Coutinho (filho).

Na Provisão-Real, declarou El-Rei que, por petição do herdeiro, mandava dar-lhe posse da Capitania, já que era casado e que o seu pai havia feito a nomeação, como herdeiro único, por não ter outro filho vivo.

Em seguida diz a Provisão-Real:

“... me apraz por elle Vasco Fernandes Coutinho ser nomeado na dita capitania como dito he e por ser casado se lhe dee a posse della e a sirva e use da tal capitania conforme ao alvara e appostillas acima declaradas e aa doação qual a tem seu pay”.

Em continuidade, ordenou ao Governador do Brasil que lhe desse posse da Capitania e que fosse logo, que a pessoa que servisse de capitão-mor no Espírito Santo entregasse sem dúvida, nem embargo, a Capitania e que os Juizes, Vereadores, Provedores, e Povo do Espírito Santo obedecessem seus mandados,

“... sob pena que fazendo o contrario, ou não lhe largando a capitania, e dilatando lhe a entrega della lhe pagarem todas as perdas e dannos que por isso receber e allem disso lhe mandarej dar a mais penna que ouver por meu serviço...”

Ao final desta Provisão-Real, para tomada de posse da Capitania do Espírito Santo, temos a data de Évora, 19 de janeiro de 1570, que é significativa para situar o início de seu governo, como donatário do Espírito Santo, em 1573, pois

a nenhum donatário era permitida a posse de seus domínios sem antes ter recebido a Provisão-Real para tanto.

Logicamente, a data de 1563, até hoje atribuída como o início do governo do segundo donatário do Espírito Santo, é irreal.

Vasco Fernandes Coutinho (filho), tendo legalizado sua herança e possuindo a Provisão-Real para a posse na Capitania do Espírito Santo, iniciou as providências para embarcar para o Brasil e fez seu testamento, peça essencial para quem se arriscava a uma empreitada, onde a vida poderia ser perdida, tanto na viagem, como na nova terra.

O TESTAMENTO DE VASCO FERNANDES COUTINHO — FILHO

Este Testamento, após a tradicional invocação a Santíssima Trindade, diz textualmente:

“E estando Vasco Fernandes Coutinho Capitão e governador que sou da minha capitania do Spiritu Sancto na costa do Brasil de caminho para a dita capitania para onde ora vou com minha mulher e casa, não sabendo o que Deos ordenara de mym nesta viagem nem a hora em que ele sera servido levar me desta vida, estando com todo o Juizo e entendimento que elle me deu, ordeno meu testamento e ultima vontade na maneira seguinte...”

Este testamento foi escrito em Lisboa a 4 de abril de 1573 e complementado por um adendo no dia 19 seguinte.

As datas apresentadas por este testamento e reconfirmadas em documento posterior, como teremos oportunidade de preciar, confirmam o ano de 1573 como o início do governo de Vasco Fernandes Coutinho (filho) e não a data tradicionalmente apontada, 1563, pela historiografia capixaba.

Muito interessante é a apreciação do desenrolar deste testamento, que nos dá uma visão da realidade do século XVI, em Portugal.

Continuação do texto:

“Primeiramente encomendo minha alma a Deos que a criou e lhe peço que pelas Sanctissimas Chagas de Jesus Christo seu filho e Deos nosso seja servido que quando esta alma sajr desta carne pecadora a receba na gloria para que a crjou, e peço ea Virgem Sanctissima Senhora nossa que ela com toda a corte celestial seja minha intercessora diante de seu divinnissimo filho e me tome debaixo de sua guarda e amparo”.

O testamento segue pedindo que, em caso de morte do testador na viagem para o Espírito Santo, Gaspar de Vide ou Brás Gonçalves, mande fazer “hum officio de nove lições com hua missa cantada” na igreja matriz da Villa da Victoria, pagando o de costume, além de officio de nove lições em Lisboa com suas vésperas, missa cantada com coro, subdiácono, incenso, esmolas e ainda mais trinta missas rezadas pela sua alma de seu pai Vasco Fernandes Coutinho e pelas pessoas às quais deve obrigações. Estas missas seriam pelas Chagas de Jesus Cristo em número de cinco, à Nossa Senhora da Conceição em número de nove, ao Santíssimo Sacramento, cinco, à Santíssima Trindade, três, e oito pelos Apóstolos, dando de esmola por cada missa, cinquenta réis.

Vasco Fernandes Coutinho (filho) ainda acrescenta de esmola à Misericórdia de Lisboa, cinco Cruzados, para que mandasse rezar cinco missas pelas Chagas de Nosso Senhor e uma cantada pela Visitação de Nossa Senhora.

Após declarar a amizade que tem ao testamenteiro e de pedir fiel cumprimento do testamento, Vasco Fernandes Coutinho (filho) tratou da problemática da sucessão na Capitania:

“... se eu fallecer sem haver filho de Dona Luiza minha molher deixo por successor da dita Capitania a hum filho de Ambrosio de Aguiar Coutinho meu primo que não seja o morgado, mas o segundo e fallescendo o segundo o apos elle de modo que venha a hum seu filho não sendo morgado, mas vindo a fallecer todos e que fique soo hum que herde seu morgado em tal caso este que o herdar herde e succeda na dita capitania...”

A este herdeiro exigiu que pagasse, em até dois anos, as dívidas dele e de seu pai e que desse a D. Luiza Grinalda, sua esposa, uma tença de 10.000 réis e a D. Anna sua sobrinha, outra tença de igual valor, pagas pelos rendimentos da Capitania do Espírito Santo.

Prevendo uma possível negativa do herdeiro, acima declarado, de não cumprir o estipulado, modificou a doação e apresentou ainda como seu possível sucessor o parente mais próximo de seu pai que preenchesse todas as condições propostas.

Fez o testador uma ressalva no que se refere ao pagamento de seus credores, que se não aceitassem seu pagamento pelo modo já declarado, poderiam penhorar outros bens seus, desde que não fossem os da Capitania do Espírito Santo.

A relação dos credores segue no testamento, sendo os seguintes: Antonio Gonçalves Cabeça, morador em Viana de Caminha, duzentos e vinte e tantos mil réis; Garcia D'Avila, da Bahia, duzentos mil réis de cobre dadas para construir seu engenho no Espírito Santo; Micer Rafael, de Ilhéus, quarenta mil réis, para compra de escravos (mas para o pagamento desta dívida deixou com Manoel Cordeiro 14 ou 15 escravos); Pero Furtado, de Porto Seguro, quarenta mil réis, para comprar peças de serra. A estas dívidas foram somadas as de seu falecido pai e que ainda não tinham sido pagas: a um "velho" de Lisboa que não sabia o nome, a quantia de cinquenta ou sessenta mil réis; aos herdeiros de João Lobato e aos herdeiros de Antônio Cardoso outras contas que no seu entender já estavam pagas pelo seu pai que lhes entregou um barco em pagamento, assim como a redísima de muitos anos da Capitania além do crédito que possuía com Cristóvão Paez pelo contrato de pau-brasil. Pediu ainda, Coutinho (filho), que se pagasse todas suas dívidas apresentadas desde que justificáveis. Ainda neste teor, disse ter Henrique Roiz Barcellos lhe emprestado dinheiro e "outras cousas", mas que ele o devia rendimentos da metade do engenho Taquary, que possuía próximo a Vitória, com o qual era sócio na metade das terras, roças, escravos.

Vasco Fernandes Coutinho (filho), que possuía ainda a Capitania do Espírito Santo, disse não ter recebido dote pelo seu casamento com D. Luiza Grinalda, mas somente

vinte mil réis de tença. Declarou em seguida ser sua mulher herdeira da metade de seus bens e a outra metade da sobrinha D. Anna, a qual pediu para entrar para um convento em Portugal, mas que, se desejasse casar, que o fosse com pessoa honrada, pois se assim não acontecesse, nada herdaria e todo o espólio ficaria para D. Luiza Grinalda, sua esposa.

Pediu ainda que dos rendimentos do engenho, que possuía em sociedade com Henrique Roiz Barcellos, em Taquary, próximo a Vitória, tirasse um valor para "hum frontal que mando que se ponha na igreja de Sancta Caterina que estaa na Villa Velha onde se dara pela alma de meu pay que Deos perdoe".

Dando por acabado o testamento, em Lisboa a 4 de abril de 1573, revogou quaisquer outros testamentos e codicillos que tivesse feito por serem estas suas últimas vontades, mas, lembrando de novas disposições, acrescentou que a sobra de seu crédito junto a Henrique Roiz Barcellos se mandasse a Lisboa para ser dado a uma Freira de Évora, residente no Convento do Paraíso, que o ajudou com orações, sendo conhecida de suas cunhadas, também freiras neste convento.

Declarou ainda que pelo casamento com D. Luiza Grinalda recebeu, por Provisão-Real, uma capitânea de uma nau da Índia, tendo ainda a provisão, que deixa para sua esposa, assim como a herança que recebeu de Diogo Fernandes Vaz. Mas, no caso de morte de D. Luiza, tudo deveria passar para as suas quatro irmãs, para que repartissem, sendo que apenas a capitânea da nau da Índia deveria ser devolvida ao Rei, a fim de concedê-la a outro.

Finalizando o testamento, pediu Vasco Fernandes Coutinho (filho), que se desse ao testamenteiro pagamento pelo trabalho e que o frontal "que mando que se de a Sancta Catherina da Villa Velha seraa de chamalote carmesim, ou de tafeta da mesma cor de maneira que a meu testamenteiro lhe bem parecer".

Terminado o testamento, assinou-o Vasco Fernandes Coutinho (filho) e o testamenteiro Jerônimo Ruiz, em Lisboa a 19 de abril do ano de 1573.

Tudo pronto, organizada a expedição, partiu Coutinho com sua esposa, criados e bens para o Espírito Santo na monção de 1573 e chegando a sua Capitania entregou o Alvará com a ordem do Governador do Brasil, D. Luis, para o cumprimento da Provisão-Real e o escrivão da Câmara da Vila de Nossa Senhora da Vitória, fez o seguinte registro:

“... foi aceptado pelos officiaes da camara, Juizes e vereadores e povo e registrada por my escrivão da cama desta Villa de Nossa Senhora da Victoria no livro dos registros aas folhs sete aos quatorse dias de agosto de mil quinhentos setenta e tres anos”.

Iniciou assim, Vasco Fernandes Coutinho (filho) seu governo, como segundo donatário do Espírito Santo. No interregno entre este governo e o do primeiro donatário, havia governado a Capitania o Capitão-Mór Belchior de Azeredo, que também é, às vezes, apresentado como donatário, mas para tanto precisava de Provisão-Real, Doação e de ser herdeiro da mesma, o que absolutamente não o foi, sendo apenas um governo provisório com o título de Capitão-Mór, que é distinto do de Donatário.

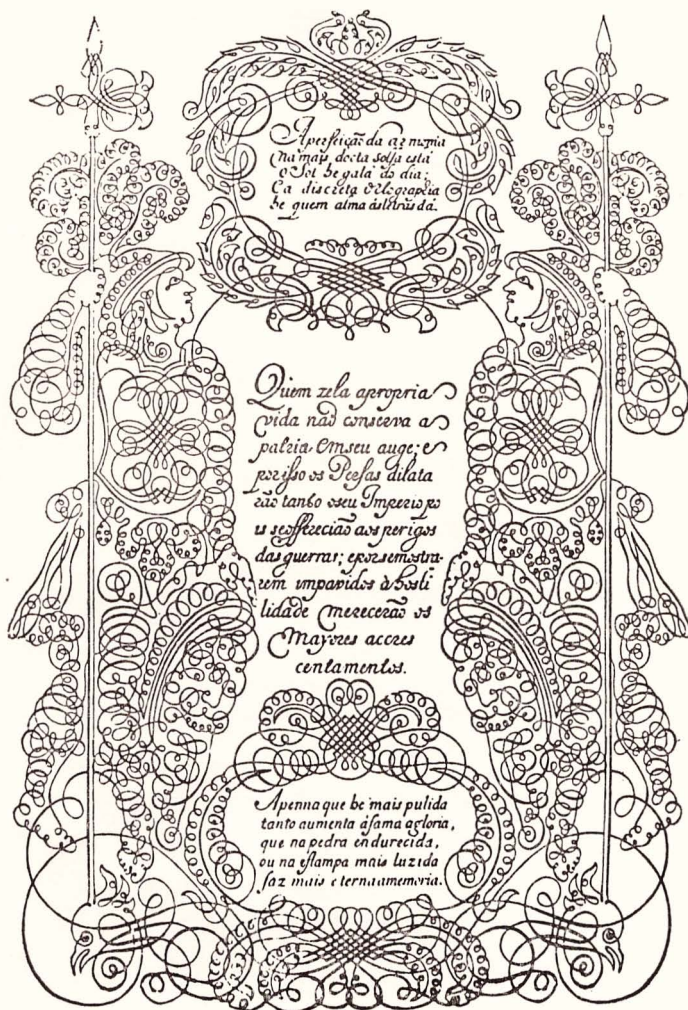
Por testemunho de eclesiásticos e autoridades metropolitanas, os atos praticados por Vasco Fernandes Coutinho (filho) mostram-no como trabalhador, justo e prudente.

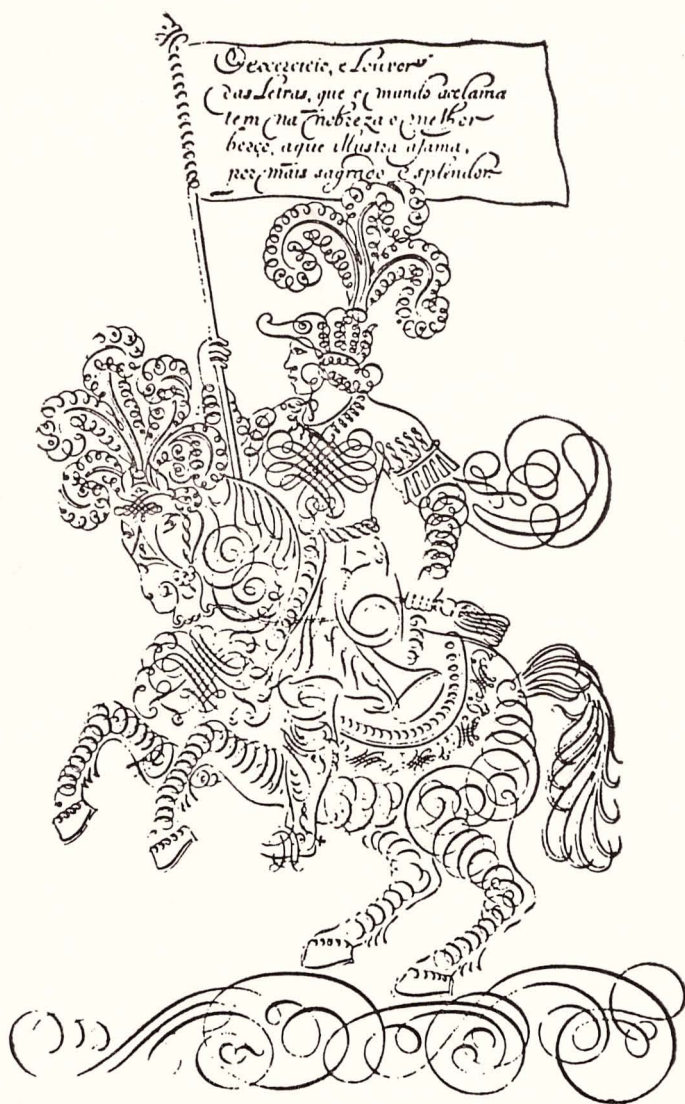
Tudo pronto, organizada a expedição, partiram Gonçalves com sua esposa, e com a filha para o Espírito Santo na noite de 15 de 1875 e chegando a sua Capitania entraram o Alvará com o nome de Governador de Itapicuru, D. João para a comarca da Província Real e o capitão da Câmara da Vila de Nova Beberibe da Viçosa, fez o seguinte registro:

"... foi recebido pelas officinas da camera, luteas e verdeas e por a registrada por my escrivão da camera desta Villa de Nova Beberibe da Viçosa no livro dos registros nas folhas 203 e 204 e 205 e 206 de agosto de mil e oitocentas e setenta e tres annos."

Logo depois, Vasco Fernandes Coutinho (filho) seu governo, como segundo donatário do Espírito Santo, no seu termo entre este governo e o do primeiro donatário, havia governado a Capitania o Capitão-Mór Belchior de Azevedo, que também é ás vezes, apresentado, como donatário, mas para tanto precisava de Provisão Real, Dação e de ser herdeiro de mór, o que absolutamente não o foi sendo este mas um governo provisório com o título de Capitão-Mór, que é distincto do donatário.

Por testamento de entesadas e autoridades mór-polliticas, os atos praticados por Vasco Fernandes Coutinho (filho) mostram-se como verdadeiros, justos e prudentes.





Deveres, e Louros
das Leiras, que o mundo aclama
tem na trezeza o melhor
herde, a que ilustra a fama,
por mais sagrado e esplendor



A HISTÓRIA DE UM ERRO:

O PRIMEIRO ESCRITOR CAPIXABA

Oscar Gama Filho

Este ensaio é, antes de qualquer coisa, uma advertência ao historiador. Até que ponto, ele perguntará em suas entrelinhas, a história é real e até que ponto ela é ficção? Até que ponto a história é um reflexo da necessidade social de construção de um modelo ideológico? Até que ponto ela, registrando, perpetua, confirma e reprime? Mas que essas perguntas permaneçam nas entrelinhas, de onde não pretendo, pelo menos por enquanto, retirá-las.

Tratarei, neste trabalho, de examinar as pretensões de dois candidatos ao título de primeiro escritor capixaba. Um deles, Gonçalo Soares da Franca, é bastante conhecido, patrono da cadeira nº 12 da Academia Espírito-santense de Letras e até agora considerado como o primeiro poeta local. Outro, Manoel de Andrade de Figueiredo, calígrafo, educador e poeta (autor de poemas visuais), é desconhecido pela historiografia capixaba. Só recentemente eu o descobri, em uma pesquisa patrocinada pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida.

1 — Gonçalo Soares da Franca

A mais recente e completa obra a respeito da poesia capixaba, *Poetas do Espírito Santo* (Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES/PMV, 1982), de Elmo Elton, informa:

“É certo, porém, que, no século dezessete, se registra o aparecimento de autor nascido na Capitania do Espírito Santo — Gonçalo Soares França (1632-1713), (...) mas é certo, ainda, que ninguém, pelo menos em nossos dias, conhece, sequer, um verso desse capixaba, citado apenas por uns poucos historiadores e dicionaristas. (1)

(1) ELTON, Elmo. *Poetas do Espírito Santo*. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES/Prefeitura Municipal de Vitória, 1982. p. 5.

As palavras de Elmo Elton resumem os principais dados que a historiografia capixaba possuía sobre Gonçalo Soares da Franca, reunidos durante os séculos XIX e XX. Interessado em Gonçalo, descobri que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro adquiriu os inéditos da Academia Brasilica dos Esquecidos, fundada na Bahia em 1724, e da qual Gonçalo havia sido um dos principais membros. Lá estão até hoje, sob o título de **Conferências da Academia Brasilica dos Esquecidos**, em três grandes tomos manuscritos guardados nas latas 461, 462 e 463, contendo ensaios e poemas de vários acadêmicos, dentre eles Gonçalo Soares da Franca. Sua dissertação sobre a **História Eclesiástica do Brasil** está nos **Códices Alcobacenses** da Biblioteca Nacional de Lisboa. Além disso, vários poemas seus constam de códice da Biblioteca de Évora, em Portugal.

Mas Gonçalo Soares da Franca já possuía trabalhos publicados desde o século XVIII, na obra de Sebastião da Rocha Pita intitulada **Breve Compêndio e Narração do Fúnebre Espetáculo que na Insigne Cidade da Bahia, Cabeça da América Portuguesa, se Viu na Morte de El-Rei D. Pedro II de Gloriosa Memória**, S. N. (Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1709. 92 p.). O livro, de inspiração bajulatória, dedica as páginas 25 a 44 aos seguintes poemas de Gonçalo: uma glosa à quinquagésima estrofe do Canto IV de **Os Lusíadas**, de Camões, que denominou “na morte de El-rei Dom Pedro Segundo Nosso Senhor”; o soneto “Fala a Bahia à suntuosa Eça, que de lutos, & luzes fabricou a mesma cidade nas exéquias de El-rei Nosso Senhor (...)”; o soneto “Epitáfio en el Mausoleo del Serenissimo Rey Don Pedro Segundo nuestro Señor”; o soneto “Descrição do Túmulo de El-rei (...)”; o soneto “Epitáfio no sepulcro de El-rei (...)”; o soneto “Pondera-se a única razão de alívio no universal sentimento da morte (...)”; a décima “A Bahia muda”; a décima “A Bahia sentida”; a décima “A Bahia admirada”; a décima “A Bahia saudosa”; seguem-se doze epigramas sobre o tema da morte de D. Pedro II e um poema denominado “Inscrições para as quatro figuras superiores da Eça”.

O pesquisador Luís Silveira também publicou, na revista **Brasília**, textos de Gonçalo em seu artigo intitulado “Documentos para a História Literária da Baía” (Documentos para a História Literária da Baía. In: **Brasília**. Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra, 1942. 850 p. — Volume I). Entre as páginas 561

e 564 há dois bons sonetos satíricos e quatro maus sonetos apologéticos de Gonçalves. São eles, respectivamente, "Descrição de Sergipe del Rei"; "Vida de Sergipe del Rei"; "A um Pintor (retratando o padre Antônio Vieira)"; "A Morte do Padre Antônio Vieira"; "A D. João de Alencastro"; "Ao Suntuoso Templo do Colégio da Bahia".

Um outro poema de Gonçalves foi publicado na p. 714 das **Obras Completas de Gregório de Matos; Crônica do Viver Baiano Seiscentista** lançado pela Editora Janaina, de Salvador, em 1968 (III volume). Gonçalves mandou pedir um livro emprestado a Gregório de Matos, que o enviou acompanhado da décima "Na República, Senhor, de antigas gentilidades, achareis as divindades". Gonçalves, depois de ler o poema que acompanhara o livro, fez, de improviso, uma décima chamada "Resposta que mandou o poeta Gonçalves Soares da Franca de repente e pelas mesmas consoantes". Impressionado com o seu talento, Gregório treplicou com um soneto em que o elogiava, chamando-o de "sol dos estudantes".

No livro **Poesia Barroca**, de Péricles Eugênio da Silva Ramos (São Paulo), Melhoramentos, 1967, p. 121-124), há, também, três sonetos e um epítáfio escritos por Gonçalves.

Tudo estaria bem (mas não está) se Gonçalves fosse capixaba (mas não é). Afonso Costa, em **Baianos de Antanho** (Rio de Janeiro, Pongetti, 1955), fornece uma boa biografia sua:

"Pertencia de origem aos negreiros, aos Francas, aos Barbalhos, aos Cortes-Reais, que tanto enalteceram a Baía (sic) e assim aparentando com o famoso cabo de guerra Luís Barbalho Bezerra, igualmente com o seu contemporâneo, também padre, também poeta, João Álvares Soares da Franca, conhecido como sendo o **Soares Baiense**. Quinto filho varão de Luís Barbalho de Negreiros e de Luisa da Franca Corte-Real, teve nascimento em 1677, pois que o batizaram a 10 de janeiro de 1678 e, segundo o costume, entre o nascimento e o batismo não se davam grandes distâncias. (2)

(2) COSTA, Afonso. **Baianos de Antanho**. Rio de Janeiro, Pongetti, 1955. p. 100.

Francisco Adolfo de Varnhagen, no tomo III de seu **Florilégio da Poesia Brasileira** (2ª ed., Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1946) também menciona Gonçalves. Em nota de rodapé, na página 259, referindo-se aos poemas de Sebastião da Rocha Pita, baiano de nascimento, diz:

“Tanto estas poesias do historiógrafo baiano, como as de seu compatriota, o licenciado Gonçalves Soares da Franca, são tomadas do raríssimo folheto (que possuímos) impresso pelo próprio Rocha Pita em Lisboa, no ano de 1709, com o título de **Breve Compêndio** (...) (3)

Afrânio Peixoto, em suas **Noções de História da Literatura Brasileira** (Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1931), afirma:

“Gonçalves Soares da Franca nasceu na Bahia em 1676 e faleceu depois de 1724 (...) (4)

Pedro Calmon, na **História da Literatura Bahiana** (2 ed., São Paulo, José Olympio, 1949), noticia que ele pertencia a “uma das grandes famílias da terra” (isto é, da Bahia):

“(...) filho de Luís Barbalho de Negreiros e D. Luísa Corte Real, neto paterno de Francisco de Negreiros Sueiro e D. Cosma Barbalho e materno de João Álvares Soares da Franca e D. Catarina de Franca”. (5)

O argumento que parece decisivo, porém, é a citação de uma obra contemporânea a Gonçalves, a **Biblioteca Lusitana**, de Diogo Barbosa Machado, publicada em 1742. No Tomo II, no verbete GONÇALO SOARES DA FRANCA, o autor informa:

(3) VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Florilégio da Poesia Brasileira**. 2 ed., Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1946. p. 259. (Tomo III)

(4) PEIXOTO, Afrânio. **Noções de História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1931. p. 105.

(5) CALMON, Pedro. **História da Literatura Bahiana**. 2 ed., São Paulo, José Olympio, 1949. p. 52.

“natural da Bahia de Todos os Santos, filho de Luiz Barbalho de Negreiros e D. Luiza Cortereal. Estudou as ciências escolásticas no Colégio da Companhia de Jesus, sua pátria, e depois de sair nelas suficientemente instruído, recebidas as ordens de presbítero, se aplicou à lição da História sagrada, e profana, e tanto nela se distinguiu que mereceu ser eleito Acadêmico supranumerário da Academia Real instituída em o ano de 1721”. (6)

Entre os bons historiadores brasileiros, o único a citar Gonçalves como capixaba é Pereira da Silva, que provavelmente deu origem ao erro. João Manuel Pereira da Silva, no tomo I de seu **Parnaso Brasileiro** (Rio de Janeiro, Laemmert, 1843), menciona vários poetas distintos mas que estavam caídos no esquecimento, entre eles Gonçalves Soares da “França” (e não, “da Franca”, como é a grafia correta, o que prova que ele estava mal informado):

“(...) e Gonçalves Soares da França, natural do Espírito Santo, e compositor de outro poema intitulado — Brasiléa, ou descoberta do Brasil — eis aqui poetas distintos. (...)” (7)

A partir de então, dissemina-se o duplo erro: a grafia incorreta “da França” (que passou a ser usada apenas depois da publicação do **Parnaso Brasileiro**) e o local de nascimento do poeta.

A primeira coletânea de poetas capixabas, o **Jardim Poético**, de José Marcelino Pereira de Vasconcelos, de 1856, reproduz os dois erros:

“Ainda hoje se fala no poeta Gonsalo Soares da França, natural do Espírito Santo; mas onde existem as suas poesias? quem as zelou? ninguém: morreram todas como folhas verdes, que em princípio

(6) MACHADO, Diogo Barbosa. **Biblioteca Lusitana**. Lisboa, oficina de Ignácio Rodrigues, 1742. s. v. Gonçalves Soares da Franca. (Tomo II).

(7) SILVA, João Manuel Pereira da. **Parnaso Brasileiro ou Seleção de Poesias dos Melhores Poetas Brasileiros**. Rio de Janeiro, Laemmert, 1843. p. 27. (Tomo I).

de inverno o vento arranca; sendo um mistério da divindade o não ter morrido o nome de seu autor. (...)" (8)

A maior prova de que José Marcelino foi influenciado pelo **Parnaso Brasileiro**, obra famosíssima na primeira metade do Oitocentos, é um anúncio publicado no **Correio da Vitória** de 12.4.1856, em que J. M. P. V. (José Marcelino Pereira de Vasconcelos) informa que está aberta a assinatura da obra **Parnaso Capixaba ou Coleção de Poesias Antigas e Modernas**, já no prelo. Percebe-se, assim, que o título inicial do **Jardim Poético**, que seria publicado ainda em 1856, era **Parnaso Capixaba**, quase uma cópia do nome **Parnaso Brasileiro** usado por Pereira da Silva.

Em sua **Província do Espírito Santo, sua Descoberta, História Cronológica, Sinopse e Estatística**, de 1879, Basílio Carvalho Daemon acrescenta, aos dois erros de Pereira da Silva, um terceiro: a sua data de nascimento, como veremos em seguida. Gonçalo nunca poderia ter nascido em 1632, pois não teria, se tal fosse verdade, forças para, com 92 anos, participar da Academia Brasileira dos Esquecidos, que ele ajudou a fundar em 1724 (data sobre a qual não paira a menor dúvida histórica). Façam as contas: quem nasceu em 1632 teria 92 anos em 1724. E no Brasil de então, raramente alguém passava dos cinquenta anos de idade. Vejamos o texto a que se fez referência:

"1632 — Nasce n'este ano nesta Capitania o ilustrado Gonçalo de França, que mais tarde tomou ordens sacras e que não poucos serviços prestou às letras pátrias". (9)

Afonso Cláudio, na **História da Literatura Espírito-Santense**, de 1912, repete o triplo engano, referindo-se a Gonçalo Soares da França, nascido na capitania do Espírito Santo em 1632.

Está criado mais um vulto histórico: sem apoio em nenhuma fonte primária, os intelectuais capixabas já não duvi-

(8) VASCONCELOS, José Marcelino Pereira de. **Jardim Poético**. Vitória, Tipografia de Pedro Antônio d'Azeredo, 1856.

(9) DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo, sua Descoberta, História Cronológica, Sinopse e Estatística — Descoberta, História e Estatística da Província do Espírito Santo**. Vitória, Tipografia do Espírito-Santense, 1879. p. 112.

dam de que alguém falhou e dão, como prova de sua crença, honras e distinções ao baiano. Não há quem diga, ao menos, "talvez tenha nascido" ou "supõe-se que". O benefício da dúvida incomoda, pois deixa um branco, um vazio, e o vazio é o trono onde se senta o inesperado. Uma boa alimentação, à base de certezas, é um ótimo preventivo da mudança social.

2 — Manoel de Andrade de Figueiredo

Não deixa de ser interessante que, um mês depois da **Exposição de Poemas Visuais** organizada por Fernando Tagiba, da qual participei, venha a se descobrir que o primeiro escritor capixaba foi autor de poemas visuais, que são, aliás, procedimentos antiquíssimos na história da literatura. Os gregos os denominavam de **technopaignia** e Símias de Rodes produziu vários textos em forma de asa, ovo e machado. Os latinos os chamavam de **carmen figuratum** (ou seja, poema figurativo). Guillaume Apollinaire (1880-1918) preferia intitulá-los de caligramas. Venâncio Fortunato (530-c.600) criou poemas em forma de cruz; George Herbert (1593-1633), em forma de altar e de asa; William Blake (1757-1827), em forma de Rosa; o brasileiro Fagundes Varela (1841-1875), em forma de cruz; Lewis Carrol (1832-1898), em **Alice no País das Maravilhas**, tem um poema em forma de rabo de rato; os poetas barrocos portugueses e brasileiros (séculos XVII e XVIII) trabalharam a forma inúmeras vezes.

Parte desses trabalhos dos barrocos está incluída em **A Experiência do Prodígio**, de Ana Hatherly (Lisboa, 1983, Imprensa Nacional/Casa da Moeda), que tem por subtítulo "Bases Teóricas e Antologia de Textos-Visuais Portugueses dos Séculos XVII e XVIII". Este subtítulo, aliás, é injusto, pois o livro inclui um poema do baiano Gregório de Matos e dois do capixaba Manuel de Andrade de Figueiredo (retirados de sua **Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever & Contar**). Hatherly nos informa que Manuel de Andrade de Figueiredo, junto com Manuel Barata, foi um dos principais cultores da escrita e da caligrafia em Portugal, tendo falecido com cerca de 61 anos.

Diogo Barbosa Machado, no Tomo III de sua **Biblioteca Lusitana**, publicado em Lisboa em 1752, afirma o seguinte sobre Figueiredo:

“Natural da Capitania do Espírito Santo, situada na América, filho de Antônio Mendes de Figueiredo que governou a dita Capitania, e exercitou o ofício de pagador da gente militar em Sofala, e de sua mulher Maria Coelha. Foi insigne na arte de formar diversos caracteres com a pena da qual teve por discípulos as pessoas da primeira Hierarquia desta Corte, e querendo eternizar o seu magistério na posteridade, publicou **Nova Escola para Aprender a ler, escrever, e contar**, Lisboa por Bernardo da Costa de Carvalho 1722. fol. Está ornado este livro de diversos Abecedários, uns de letra redonda, e outros de troncos de árvores engenhosamente fabricados, e de traslados de diversas letras. Faleceu em Lisboa a 4 de julho de 1735”. (10)

Seu pai, Antônio Mendes de Figueiredo, foi Capitão-mor do Espírito Santo de 1667 a 1671.

A **Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever & Contar** foi publicada em Lisboa, no ano de 1722, e contém o retrato do autor, gravado por Picart (possui 156 páginas, além de diversas ilustrações). Esta obra transforma Figueiredo no primeiro capixaba nato a ser escritor, poeta, calígrafo e educador. Mesmo em Portugal, é a primeira obra do gênero, como diz o autor na dedicatória a D. João V:

“A primeira Escola de ler, e escrever que em Portugal se faz pública, não pode deixar de buscar o Patrocínio nos Reais pés de Vossa Majestade (...)” (11)

No prólogo, Figueiredo fala sobre o livro, explicando sobre suas partes e o objetivo de cada uma delas:

(10) MACHADO, Diogo Barbosa. **Biblioteca Lusitana**. Lisboa, oficina de Ignácio Rodrigues, 1752. s. v. Manoel de Andrade de Figueiredo. (Tomo III).

(11) FIGUEIREDO, Manoel de Andrade de. **Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever & Contar**. Lisboa Ocidental, oficina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722.

"Vai repartida esta Escola em quatro Classes ou tratados (...). No primeiro se ensina com facilidade a ler o idioma Português por tais regras, que industriado delas o principiante não cairá nos muitos erros, que por falta deste ensino se costumam dar na leitura, & na escrita. No segundo se dão a conhecer os diversos caracteres, que ao presente se usam, & de que os curiosos se podem aproveitar, tomando conhecimento de suas regras para as escreverem com perfeição. No terceiro se contém a Ortografia Portuguesa (...). No quarto se ensina a Aritmética, não só por pertencer às escolas, mas porque muitos desejam aplicar-se a esta Arte, & depois de crescidos não o fazem, por não tornarem a sujeitar-se aos Mestres como meninos; & como dos volumes impressos se não podem valer, porque supõem já os princípios, até estes ponho com as explicações necessárias para que cada um possa aprender sem se sujeitar a Mestre". (12)

Há, entre os exercícios para os alunos, poemas visuais assinados por Andrade. O primeiro deles está escrito no estandarte que um cavaleiro carrega. É uma quintilha isossilábica de sete sílabas:

"O exercício, e louvor
das letras, que o mundo aclama
tem na nobreza o melhor
berço a que ilustra a fama,
por mais sagrado esplendor". (13)

Encontramos de novo duas quintilhas heptassílabas na gravura nº 21. também com a assinatura de Andrade. Estão dispostas em vinhetas guardadas por dois soldados:

"A perfeição da harmonia
na mais doura solfa está
o sol é gala do dia;
e a discreta ortografia
é quem alma às letras dá". (14)

(12) Id., *ibid.*

(13) Id., *ibid.*

(14) Id., *ibid.*

"A pena que é mais pulida
tanto aumenta à fama a glória,
que na pedra endurecida,
ou na estampa mais luzida
faz mais eterna memória". (15)

Observe o leitor que, apesar de estar atualizando a ortografia, mantive a grafia da palavra "pulida", como licença poética, para que não se perdesse a rima imperfeita com "luzida". Assegurando que estes poemas são de Manoel de Andrade de Figueiredo, encontramos escrito na última gravura, a de número 44:

"Manoel de Andrade de Figueiredo fez, escreveu
e inventou na era de 1718". (16)

(15) Id., *ibid.*

(16) Id., *ibid.*

SAMUEL LEVY EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Egon e Frieda Wolff (1)

Mesmo que Samuel Levy não seja um nome fora do comum constatou-se um número invulgar deles no Brasil, entre 1843 e 1885.

Do primeiro Samuel Levy, francês, registrou-se sua chegada ao Rio de Janeiro, vindo dos Estados Unidos, em 27 de junho de 1843 (Diário do Rio de Janeiro — DR), e sua partida, em 20 de julho, para Itaguaí (DR), então importante centro fluminense de cafeicultura.

Outro Samuel Levy, também francês, aportou no Rio chegando de Havre em 1855 (DR, 19-2), junto com vários correligionários, seguindo alguns meses depois para o Sul, em companhia de Izidore Levy, Joseph Louis Levy, Léon Dreyfus, Alphonse Worms (DR, 19-7-1855).

Em 1871, por ocasião da guerra franco-prussiana, notou-se a presença de vários franceses de nome Samuel Levy, simultaneamente, em Juiz de Fora e Petrópolis, contribuindo para as vítimas da guerra (Jornal do Commercio — JC, 11-2-1871), enquanto o Samuel Levy, em Itu, Estado de São Paulo, era o agente do consulado francês para angariar fundos com o mesmo objetivo (JC, 19-3-1871).

Pouco antes, em 19 de janeiro de 1871 (JC), chegou ao Rio um americano deste nome, pelo navio "Northamerica", voltando uma semana depois, para Nova Iorque (JC, 27-1-1871), talvez em viagem de turismo.

De Santos veio, em 1872, o "hebraico Samuel Levy" (DR, 8-10), cuja nacionalidade não foi averiguada.

Mais um americano em 1879 (Gazeta de Notícias — GN, 13-1), e 1880 (JC, 21-5), e um brasileiro, que seguiu para São Mateus (JC, 10-5-1885), levam o total a nove homônimos, aos quais se une mais um, o Samuel Levy que fez de Cachoeiro de Itapemirim sua residência até o seu falecimento.

(1) Ampliação do artigo «Un juif lorrain émigré an Brésil» in *Archives Juives*, nº 2, ano 16, número 2.

Desde 1856, notam-se viagens deste Samuel Levy para Campos e mais ao Norte, num total de mais de vinte, no decorrer dos próximos treze anos. No Rio era sócio, em 1865, da firma **Samuel Levy & Dagremonte** (DR, 8-7-1865). Depois, estabeleceu-se em Cachoeiro de Itapemirim diminuindo a frequência das suas viagens para o Rio de Janeiro.

Fundou a firma **Samuel Levy & Braga** (DR, 9-6-1874), comércio de fazendas e ferragens, capital Rs. 9:520\$050, porém, a sociedade foi desfeita em 1877 (DR, 24-7). Mas mesmo assim, cinco anos depois, em 1882, ainda corria no Juízo Municipal da cidade uma ação contra Albano de Souza Lima, devedor de uns seiscentos mil-réis cujos credores eram os antigos sócios Samuel Levy e João Marques de Carvalho Braga. O Cartório do 2º Ofício, João Athayde, continua guardando a documentação centenária.

Depois da dissolução da sociedade, em 1877, Samuel Levy continuou com firma individual, estabelecido no Largo de São Pedro. O cabeçalho de uma fatura de 1880, indica que trabalhou com "fazendas, roupa feita, armarinho, ferragens, calçado, chapéus, louça, molhados, sal e mais gêneros do país". Também tinha "armazém para receber café de um e outro lado do rio".

Mais tarde, estabeleceu outra firma, **Samuel, Filho & Pinheiro**, com seu filho Alfredo Levy e Luís da Silva Pinheiro.

Aliás, além do filho Alfredo teve ainda uma filha, Carly Levy, nascida em 1885. A história da família encontra-se no testamento de Samuel Levy que ele depositou no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1897, na Primeira Pretoria do Distrito Federal. Uma cópia existe no Cartório Braga, em Cachoeiro de Itapemirim, cujo titular, Dr. Edmar Baião nos forneceu uma cópia seguindo o texto na íntegra:

"Este é o meu testamento e ato da minha última vontade. Declaro que professo a religião israelita em cuja fé tenho vivido. Sou francês, nascido em Erstroff, Departamento de Mosela, filho de Jacob Levy e Fromende Coblentz, ambos já falecidos. Declaro que sou solteiro e que não tenho herdeiros necessários. Reconheço como meus filhos, como se nascidos fossem de legítimo matrimônio os seguintes: — Alfredo Levy, filho de Deolinda, nascido em vinte e seis de setembro de mil oitocentos e setenta e um, e Carly Levy, filha de Jacintha, nascida em oito de junho de mil

oitocentos e oitenta e cinco, ambos batizados na freguesia de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, sendo o primeiro batizado em quinze de setembro de mil oitocentos e setenta e dois e a segunda em vinte e dois de janeiro de mil oitocentos e oitenta e seis. São seus padrinhos o Senhor Antonio Maria Coutinho e Silva e Dona Ambrosina Coutinho Silva e o Senhor João Marques de Carvalho Braga e Dona Felícia Souto da Rocha Braga, e assim reconhecidos os ditos meus filhos terão sobre a minha herança, direitos e ações os mesmos direitos que os filhos legítimos que por ventura eu possa vir a ter. Declaro que as mães dos meus filhos são mulheres solteiras e entre mim e elas nenhum impedimento existe, se não o de religião diversa, sendo que a mãe de meu primeiro filho já é falecida. Declaro mais que os ditos meus filhos foram batizados segundo o ritual romano, cuja religião professam. Declaro ainda que a minha firma individual nada deve e que tenho uma casa comercial na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, que gira sob a firma Samuel, Filho & Pinheiro, da qual são meus sócios solidários o meu filho Alfredo Levy e Luís da Silva Pinheiro, de acordo com o contrato; que além do meu capital na sociedade sou credor de diversas quantias à firma e que individualmente possuo outros títulos de crédito, como sejam apólices da dívida pública geral dos Estados Unidos do Brasil, ações de Companhias, estando todos estes títulos em poder de meu particular amigo e procurador o Senhor Joaquim Teixeira Guimarães, e peço aos meus herdeiros que o ouçam em todas as dificuldades de sua vida. Possuo mais a propriedade onde está estabelecida a casa comercial e uma outra propriedade rural, sita na freguesia de Cachoeiro de Itapemirim, além de terras em diferentes lugares do Estado do Espírito Santo, e diversos devedores que constam dos meus livros particulares e comerciais de firmas existentes. Nomeio meus testamenteiros aos seguintes Senhores: em primeiro lugar o meu filho Alfredo Levy, em segundo a Antonio da Rocha Júnior, em terceiro a Luís Paulo Azeredo de Araujo, e em quarto o Tenente-coronel Francisco Marques y Gordia, e a todos dou como abonados e livres de prestar fiança. Da herança de meus bens deixo a Zelia, viúva de meu irmão Jonas Levy, moradora em Namur, na Bélgica, a quantia de dois contos de réis, em moeda papel do Brasil; deixo aos filhos de meu finado irmão Joseph Levy, moradores em Luxemburgo, a quantia de cinco contos de réis, na mesma moeda acima; deixo aos filhos de minha irmã Roza, casada com Isaac Cahen, moradores em Thionville, em Lorena, Ale-

manha, a quantia de cinco contos de réis, na moeda acima. Deixo aos filhos de minha irmã Bennete Cahen, casada com Jules Cahen, moradores em Arlon, na Bélgica, a quantia de cinco contos de réis, ainda na mesma moeda dos outros legados, e não terá parte a minha sobrinha Flora, por já tê-la contemplado anteriormente com uma dotação equivalente. Deixo a Jacintha, mãe de minha filha Carly, pelos bons e leais serviços que me tem prestado, uma casa no Largo de São Pedro na cidade de Cachoeiro de Itapemirim e ocupada atualmente pelo meu sócio Luís da Silva Rocha, e mais três apólices da dívida pública geral dos Estados Unidos do Brasil, do valor nominal de um conto de réis cada uma e juros de cinco por cento em papel, sendo que as apólices — ela as gozará em usufruto — passarão a minha filha Carly, e na falta desta, em plena propriedade aos meus legítimos herdeiros. Os remanescentes de minha terça parte serão convertidos em apólices da dívida pública geral dos Estados Unidos do Brasil, das quais terão o usufruto meus filhos Alfredo Levy e Carly Levy e por falecimento destes a seus filhos em plena propriedade, e na falta destes aos meus legítimos sucessores. Declaro em tempo que pelos serviços domésticos e governo da casa da minha residência estabeleci o ordenado de quatrocentos mil-réis anualmente à Jacintha, cujas quantias lhe são creditadas em conta anualmente, em conta de meus livros comerciais. O meu enterro será feito com modéstia, pois assim tenho vivido, encerrado em caixão, vestido com as roupas de meu uso e sepultado no lugar designado aos que professam a minha religião. Nomeio tutor da minha filha Carly Levy ao meu amigo Luís Paulo Azeredo Araujo, desejando que ela receba sólida moralizada educação. Peço aos meus filhos que não gastem mal o pequeno patrimônio que lhes deixo, por ter sido adquirido com minha economia e honestidade. E assim tenho disposto o meu testamento para vigorar depois da minha morte, estando eu em perfeito juízo e peço às justiças do país que o cumpram e facam cumprir tão inteiramente como nele se contém, visto ter feito sem constrangimento nem coação, porém muito de minha livre e espontânea vontade. E por esta forma dou por concluído o meu testamento e as disposições de minha última vontade e por este revogo qualquer disposição, que por ventura haja feito anteriormente, esperando que seja cumprido como nele se contém, tendo-o mandado escrever por pessoa de minha confiança, lendo-o e achando conforme. Declaro em tempo que conquanto seja nascido, em Franca, todavia sou brasileiro, por ter aceito a grande naturalização.

Rio de Janeiro, quatorze de setembro de mil oitocentos e noventa e sete. Samuel Levy”.

Seguem-se as formalidades de aprovação pelo tabelião do Distrito Federal, com as assinaturas das testemunhas, abertura do testamento depois do falecimento de Samuel Levy, publicação do despacho, etc.

O filho Alfredo morreu um ano depois de Samuel ter feito o testamento, em 26 de novembro de 1898. Seu túmulo, no Cemitério Municipal da cidade, o primeiro à esquerda, encontra-se em perfeito estado de conservação.

Samuel Levy faleceu em 8 de dezembro de 1899. O atestado de óbito (livro 3, folha 60, nº 227) tem o seguinte teor:

“Aos nove dias do mês de dezembro de mil oitocentos e noventa e nove, nesta cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, em meu escritório compareceu Américo Alexandrino Coutinho e Silva, e apresentou o atestado seguinte: Atesto que faleceu hontem, às cinco horas da tarde, em consequência de acesso de apoplexia, Samuel Levy, de cinquenta e nove anos de idade, solteiro, negociante, natural de Alsácia, residente nesta cidade. Atestado do Doutor Raulino Francisco de Oliveira; e para constar lavrei este termo que assina o apresentante”.

Um ligeiro reparo: Samuel Levy já tinha completado sessenta anos; Erstroff faz parte da Lorena, porém, no Brasil, todos os israelitas daquela região foram considerados “alsacianos”. Pode-se acrescentar ainda que a grande maioria era de fato oriunda da Lorena.

Seu túmulo, na quadra 2, em muito bom estado, tem a seguinte inscrição:

A Memória
de
SAMUEL LEVY

Nasceu em 2
De Novembro de 1839
Falleceu
em 8
De Dezembro de 1899

Gratidão de sua Filha
Carly

Carly, filha da escrava Jacintha (cujo nome completo era Maria Jacintha da Penha), casou-se, em 1900, com um Sr. Ramos, falecendo ela octogenária. Uma rua da cidade recebeu o nome de SAMUEL LEVY, sem que Prefeitura ou Biblioteca local pudessem fornecer algo a respeito.

Samuel Levy faleceu em 8 de dezembro de 1899. O Atestado de óbito (livro 3, folha 60, nº 327) tem o seguinte teor:

"Aos nove dias do mês de dezembro de mil oitocentos e noventa e nove, nesta cidade de Cachoeira de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, em meu escritório compareceram Américo Alexandrino Coutinho e Silva, e apresentaram a atestado seguinte: Atesta que faleceu hereiro, às cinco horas da tarde, em consequência de causas de apoplexia, Samuel Levy, filho de Aldeia, residente nesta cidade. Atestado de honra por Raulino Francisco de Oliveira; e para constar lavrei este termo que assinamos e apresentamos."

Um ligeiro reparo: Samuel Levy já tinha completado sessenta e nove dias antes do parto da Lorenza, porém, no Batismo, todos os batistas daquela região foram considerados "católicos". Pode-se acrescentar ainda que a grande maioria era de fato católica da Lorenza. Sem dúvida, na quarta 2, em muito bom estado, tem a seguinte inscrição:

A Memória
de
SAMUEL LEVY
Nasceu em 2
De Novembro de 1839
Faleceu
em 8
De Dezembro de 1899
Gratidão da sua Filha
Carly

A CHAVE DO FUTURO

Fernando Achimé

O conceito de patrimônio cultural ampliou-se bastante nos últimos anos. Devido, em parte, ao fato de os homens terem aumentado em muito o conhecimento sobre si mesmos e sobre o mundo que os rodeia. Cresce entre nós a consciência de que a terra é finita e que todos estamos num único barco. Patrimônio cultural, agora, abrange o meio ambiente, a técnica e os artefatos. Ou seja, o caju, o modo como se fabrica o vinho de caju e esta própria bebida.

É fácil justificar a natureza e o meio ambiente como pertencentes ao primeiro conjunto de elementos considerados como patrimônio cultural. Sem as pedras, depois de cortadas e aparelhadas, não poderíamos construir novos espaços. Sem o ferro e a madeira não faríamos navios que, por sua vez, necessitam do elemento líquido natural para navegar. Itaipu é, em certo sentido, um enorme templo erigido em honra a uma deusa — a água — suprema protagonista daquele agenciamento, porque faz a hidrelétrica funcionar e lhe dá sentido. Se a água move moinhos a terra, no dizer de um poeta, “me acompanha aonde vou”. A terra fornece matrizes para a montagem de diversos cenários. O homem sempre esteve presente em cenários: nas montanhas onde mora, nas planícies onde planta, nos teatros de guerra, nas campanhas onde campeia, nos morros, praias e desertos. Somos irremediavelmente marcados pelo mundo físico que nos rodeia. Diferentes das paisagens pintadas, que devemos contemplar com certo distanciamento físico, as paisagens naturais impedem uma atitude distanciada de nossa parte, por estarmos dentro delas. É certo que o barro vem do chão e do barro os seres humanos procedem e para ele retornam. Mas neste meio tempo utilizam-no para criar muitos artefatos. Sem o barro, como fazer as cidades, as xicaras, as cerâmicas e algumas peças de computador? Também através dos insetos e animais nos humanizamos. Uma borboleta não nos alimenta o corpo, mas a contemplação de seu voo, e a meditação sobre isto, nos torna mais humanos. Do boi tudo se aproveita, até o berro, reproduzido em cantigas e aboios

que compõem as criações sonoras dos vaqueiros. Destas carnes bovinas são feitos homens de barrigas satisfeitas para contemplar orquídeas, construir máquinas ou criar monalissas. Também a atual capacidade dos humanos de destruir o meio ambiente faz com que a conservação ou o desaparecimento de elementos naturais sejam alternativas colocadas para uma opção humana. E, deste modo, carregada de valores culturais.

Existe um outro grupo de elementos pertencentes ao patrimônio cultural e que, por sua natureza, são intangíveis. Compreendem os sabedores e quereres, muito do que vai por dentro das nossas cabeças. Saber fazer uma muqueca capixaba, tornar um amontoado de papéis em arquivo intelegível, esculpir pios de caça, conduzir grandes caminhões ou abstrair-se nas altas cogitações matemáticas ou filosóficas constituem nosso patrimônio. Você planeja o trânsito, eu curo doenças, eles jogam tênis e todos nós vivemos. De forma semelhante os quereres se traduzem através de gestos e atitudes específicas, socialmente determinadas. As maneiras que utilizamos hoje para namorar são diferentes das que os habitantes destas terras usavam faz mil anos. Lá e cá bons e maus jogos há.

O outro grupo de elementos pertencentes ao patrimônio cultural engloba os artefatos. Vale dizer, o resultado da interrelação entre a natureza e o saber fazer. Artefatos são todos os objetos criados pelo conhecimento humano. As pirâmides, os talheres, os foguetes, as igrejas, as imagens dentro destas igrejas, as pinturas sobre estas imagens, as tintas usadas nas pinturas, os ingredientes formadores das tintas. Não só objetos de exceção: a espada do herói, a caneta da princesa, a bengala do literato. Ou produzidos para a elite: mobiliário de época, pratarias, comendas, baixelas. Não só construções de pedra e cal: fortalezas, igrejas, palácios. Mas também a panela de barro, a casinha de pau-a-pique, o monjolo, o conjunto habitacional, os livros didáticos, os discos de bossa nova. Ou objetos que possuem utilidade comunitária: a concha acústica, uma ladeira, um viaduto, um jardim, um embarcadouro. Ainda mais se estes objetos estiverem investidos de uma carga afetiva e sentimental comum a todos. Como em geral acontece com registros fotográficos e sonoros dos aglomerados urbanos.

Tudo isto constitui nosso patrimônio cultural e sabemos que o Estado do Espírito Santo é, neste aspecto, muito

rico. A palavra patrimônio tem como radical pater, nome latino. É uma herança, portanto, que deve ser dignificada, enriquecida e transmitida àqueles que vierem depois de nós.

De nada adianta preservar todo este imenso acervo cultural se não lhe damos uma utilidade e uma destinação socialmente adequadas. Não se pode ficar somente na instância do registro, da mera acumulação de dados. Há que criticá-los com metodologia correta e adequada. E isto só pode ser feito por profissionais da História. ,

Para o Espírito Santo, quatro séculos e meio, contados a partir da colonização portuguesa, representam muito tempo em termos de quantidade. Mas são muito pouco em termos de qualidade: nossa História sempre foi marginal. Demais, nas mãos dos leigos ela vem sendo mal pesquisada, mal reconstituída, mal escrita, pessimamente divulgada, com as poucas exceções de sempre. Infelizmente a História é desconsiderada em nosso país e em nosso estado. Só encontra muita difusão aquela História oficiosa, para promover heróis e mitos, para ser papagaiada nos três graus de nosso ensino. E distorcer fatos, e omitir processos e encadeamentos e falsar situações de causalidade. História decaída, rolando na boca de todos que a utilizam com objetivos mesquinhos. Ao contrário do que ocorre com a História verdadeira, sempre torpedeada, pois liberta e confere sentido aos acontecimentos humanos. Porque nossa vida individual é breve, mas nossa História coletiva é longa, permanente.

Confunde-se muito História e memória. Esta é, ultimamente, bastante cultuada por ser estática e acumulativa. Aquela é, em geral, boicotada por possuir um caráter dinâmico e crítico, que costuma ser evitado. Não devemos nos restringir à jurisdição da memória, mas necessitamos ultrapassá-la e chegar à História. Em certo sentido a antiguidade já tinha encaminhado esta questão. As filhas de Zeus e da titânide Mnemósine (símbolo da Memória) eram as Musas, deusas que presidiam as artes liberais. Uma das Musas era chamada pelos gregos de Clio e, posteriormente, os romanos a escolheram para representar a História. A memória serve de base, origem e matriz para a História, criação posterior e mais elaborada.

Em toda atuação dos departamentos, divisões, institutos, conselhos, arquivos, bibliotecas, museus, instituições públicas e privadas e pessoas que se dedicam à preservação

do Patrimônio Cultural espírito-santense a História, e não a memória, deveria ser enfatizada. E quantos profissionais da História existem nestes locais? Poucos, pouquíssimos e ilegais, de vez que esta profissão nem é reconhecida por lei, em nosso país corporativista. E sem que os historiadores correlacionem e dêem conta dos diversos componentes do patrimônio cultural — que mantêm entre si forte travejamento — a nossa História corre o risco de continuar a ser uma estória mal contada.

A memória é seletiva, pois guardar tudo é o mesmo que nada guardar. Mas a História utiliza esta seleção e julga. Pertence, portanto, ao tempo em que é realizada. Cada época escreve sua História que, em constante refazer, é reescrita mais adiante utilizando os mesmos dados e documentos com outros métodos, outras ideologias e enfoques. Para um tempo novo haverá uma nova História. Só através dela é que abriremos o Futuro.

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

JOÃO CALAZANS

Veríssimo de Melo (1)

O escritor João Calazans “baixou” em Natal, — desculpem o termo, — aí pelos idos de 1970. Trazia-nos apresentação de Ascenso Ferreira, de quem era íntimo e fraterno amigo. Já publicara, no Recife, um número de sua revista “CRÍTICA” (Política e Literatura) dedicada inteiramente ao poeta. Vinha a Natal distribuir sua revista e arrecadar meios para editar novo número em homenagem a Luís da Câmara Cascudo.

Com ele, estivemos uma tarde na residência patriarcal de Mestre Cascudo, que o recebeu efusivamente. Calazans expos seus planos da edição de “CRÍTICA”, tendo Cascudo se prontificado a ajudá-lo.

Nos dias subseqüentes, entre um copo de uísque e uma cerveja, fomos apresentando Calazans aos nossos amigos, intelectuais e comerciantes. A todos Calazans comunicava seus planos e pedia ajuda. Fácil foi arrecadar o resultado dos anúncios, para editar, em poucas semanas, a revista. Tal foi o êxito da publicação, que Calazans teve idéia inédita no mundo: resolveu publicar uma segunda edição da revista... E o incrível é que o conseguiu, obtendo quase o mesmo sucesso anterior.

Nessa época, João da Calaza, — como o chamara, certa vez, Rubem Braga, — estava eufórico. Sempre juntos, visitávamos, à noite, amigos comuns, para conversar sobre literatura. Ele nos dedicava amizade fraternal. Nós o admirávamos pelo seu talento, espírito liberto de preconceitos, cultura literária.

(1) Parte da palestra proferida na UFES, em Vitória, a convite do prof. Renato Costa Pacheco, então presidente da Fundação Cultural do Espírito Santo. Publicada em complementação à crônica «Vultos de nossa história», João da Calaza, editada no número 31/33.

Aos poucos, fomos conhecendo a vida de João Calazans em detalhes. Era casado, morando no Recife, — rua Tomé Gibson, nº 315, em Boa Viagem. Tinha uma filha, de quem sempre falava com carinho, Terezinha Calazans. Ela se iniciava nas atividades artísticas, — palco e música popular, — tendo gravado bom compacto, com as primeiras Cirandas que ouvimos. Outro filho dele, um jovem, era técnico em rádio e TV, morando em Maceió.

Calazans nos falava de sua vivência em Belo Horizonte, — tempo atrás —, talvez a época áurea de suas atividades intelectuais. Fora editor e tinha orgulho em proclamar que editara livros de gente importante, em Minas Gerais, entre os quais Milton Campos. Depois, com a ascensão de Juscelino Kubistchek ao Governo de Minas, começou a debacle financeira de Calazans. Seu crédito foi cortado no Banco do Estado e a firma foi à falência. Porisso, não perdoava Juscelino. Dizia horrores do ex-presidente da República. Sobreviveu em Minas, como professor de literatura, aposentando-se mais tarde.

* * *

Na mocidade, contou-nos que fizera concurso para o Itamaraty, obtendo aprovação, juntamente com doze a quinze outros aspirantes à carreira diplomática. Quando começaram as nomeações, colegas seus, que tinham obtido classificação muito inferior à sua, foram sendo chamados. Ele, nada. Impaciente, obteve audiência com o Ministro das Relações Exteriores e expos a sua reclamação. O Ministro ouviu-o em silêncio, concluindo com estas palavras:

— Vou nomeá-lo para o consulado do Brasil em Tampico, no México.

Resposta de Calazans:

— Para Tampico, não quero não, sr. Ministro! Toda semana há um terremoto por lá e mata centenas de pessoas...

E assim se encerrou a tentativa de Calazans em seguir a carreira diplomática.

* * *

Calazans tinha muito orgulho de sua terra natal. Fazia questão de proclamar que era capixaba. E muitas vezes nos dizia, fazendo blague:

— O Espírito Santo só deu até hoje três grandes homens: Eu, Rubem Braga e Luz del Fuego...

* * *

Não temos dados biográficos mais completos de João Calazans. Apesar da nossa intimidade, não sabemos o ano em que nasceu. Aparentava sessenta e poucos anos, quando o conhecemos. Magérrimo, alto, — um metro e noventa de altura, — era a encarnação de D. Quixote. Na sua novela “PEQUENO BURGUEZ”, editada pela Liv. José Olympio, Rio de Janeiro, 1952, não há maiores informações sobre o escritor. Apenas referências aos seus trabalhos publicados: “O NEGRO NA ARTE E NA VIDA SOCIAL” (Cruz e Souza e Luiz Gama), São Paulo, 1932; “O MODERNO PENSAMENTO LUSITANO”, — Conferência, — Vitória, 1936; e a notícia de dois trabalhos inéditos: “A ILHA EM PÂNICO” e “HISTÓRIA LITERÁRIA DO ESPÍRITO SANTO”.

João Calazans, depois de “fardado”, como costumava dizer, — era de uma irreverência total. Tornava-se inconveniente nos seus radicalismos. Socialista teórico, contáva-nos que, no passado, fora ativista, sendo forçado a exilar-se em Portugal, durante certa época. Nas discussões literárias, era intransigente nos seus pontos de vista.

No auge dos sucessos das edições de “CRÍTICA”, em Natal, ele bebia muito uísque. Certa vez, fomos acordá-lo no Grande Hotel, pelas sete da manhã. Quando abriu a porta do apartamento, ainda com os olhos de sono, saudou-nos com alegria e logo gritou, da porta, para o garçon, pedindo uísque.

— Já vai começar, Calazans? — indagamos.

Resposta dele:

— E eu sou preguiçoso?...

Na rua, ao sair dos bares, quando avistava uma mulatinha, apontava-lhe o indicador e exclamava, com escândalo:

— Tá, tá, tá... Mulher feia comigo é na bala!

As moças pulavam, apavoradas...

* * *

Na residência de um escritor, em Natal, Calazans exaltou-se numa discussão em torno de Camões, chegando a agredir, com palavras, um dos presentes. Todos voltaram-se em protestos contra ele. Diante do vexame, nós só encontramos uma saída honrosa, afirmando:

— Calazans, está na hora da gente ir embora. Aqui estão todos contra você.

Ao que ele, olhando o copo de uísque, ainda cheio, à sua frente, contestou:

— Sob coação eu não saio!

E ficou ainda um bom pedaço, dialogando apenas conosco...

* * *

Diógenes da Cunha Lima, atual Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, também ajudou Calazans em Natal, dando-lhe apresentações para firmas importantes, das quais era advogado. Bem sucedido nesses contactos, Calazans recebeu o dinheiro dos anúncios, bebeu grande parte conosco e outros amigos, esquecendo-se, porém, por displicência, de publicá-los... Quando Diógenes o encontrou e pediu-lhe uma explicação, Calazans teve uma desculpa genial:

— Realmente, não houve espaço para publicar os anúncios de seus amigos. Mas, o dinheiro eu o consumi todo aqui em Natal, nos bares. Não levo um só tostão para Recife. O dinheiro continua circulando por aí e esses comerciantes vão ganhá-lo de novo...

* * *

Numa visita que fizemos ao seu apartamento, no Recife, vimos uma obra de arte extraordinária: um retrato de Calazans, ainda jovem, pintado por Cândido Portinari. Tinha sido amigo íntimo do grande pintor brasileiro, numa temporada em São Paulo.

Sobre o destino desse quadro, nos dizia ele que gostaria de doá-lo a uma instituição de cultura de Vitória, após

a sua morte. Valia, já na época, milhões de cruzeiros. Não sabemos o paradeiro daquele belo quadro de Portinari.

* * *

João Calazans foi grande amigo de Ascenso Ferreira. Contou-nos que, certa vez, estavam os dois num boteco, em Boa Viagem, alta hora da noite. Próximo a eles, — dois gigantes, — estava um marinheiro baixinho, bêbado, atrevido, dizendo pilhérias com Ascenso. João Calazans tomou as dores, dizendo:

— Mas rapaz, você deste tamanho, ter coragem de pilheriar com o poeta, um homenzarão deste!

Ao que o marinheiro contestou:

— Maior do que ele é o mar e eu mijo nele todo dia.

Ascenso adorou a resposta. Convidou logo o marinheiro para beber com eles e terminaram a farra de manhã...

* * *

Mauro Mota, na sua secção “Agenda”, do “Diário de Pernambuco”, registrou o falecimento de João Calazans, em 1976. Ele vinha doente de efisema, há muitos anos. Estava proibido de fumar, mas não de beber, — nos dizia.

Na nota de Mauro Mota, há um episódio inesquecível do escritor capixaba. João Calazans estava em dificuldades em Niterói. Amigos dele, para ajudá-lo, conseguiram um lugar de adjunto de Promotor, no distante município de Cantagalo. Calazans tomou posse em Niterói e passou, todos os meses, a receber o dinheiro.

O juiz da Comarca, depois de três meses de ausência do seu adjunto de promotor, fez reclamação ao Secretário de Justiça, que mandou apurar os fatos. Pessoalmente, o Secretário relembrou que ele tomara posse há três meses, recebia seus vencimentos em dia, mas nunca tinha pisado na Comarca. Por que?

Calazans assustou-se, exclamando:

— E era prá ir lá?...

* * *

Calazans tinha essas coisas. Era, porém, espírito generoso, amigo dos seus amigos até o sacrifício.

Andou às turras com Ascenso Ferreira, porque este achava que deveria participar dos lucros da revista com que Calazans o homenageara...

Temos carta de Ascenso onde ele revela essa diferença com João Calazans. Ao mesmo tempo, — habilmente, — Ascenso aproveitava a oportunidade para nos cobrar cinco mil réis de um disco, que nos deixara para vender a um amigo... Dizia assim o poeta pernambucano:

— Quanto àqueles cinco mil réis do disco, guarde aí, para me entregar depois. Não entregue ao João Calazans, senão ele passa no papo!

* * *

Ao saber que reuníamos dados para uma palestra sobre João Calazans, o escritor Nilo Pereira nos enviou carta do Recife (7.9.1980) deliciosa, com depoimento sobre o intelectual capixaba:

“Meu caro Veríssimo: Antes que você vá à Argentina, tornando-se assim brilhante conferencista portenho, contei uma de Calazans, o louco de Albano, já que você se empenha numa biografia quase folclórica do referido vendedor (*) de Cascudo. Tenho lido seus artigos n’A República. Uma delícia. Calazans é um bom assunto. Quando estava alto era agressivo. Passada a tempestade, era outra critura: amável, irônico, agradável, otimista.

Eis outra estória dele: em 1937, entrava o nosso Calazans para a redação do JORNAL DO COMÉRCIO, do Recife, como repórter. Movimentava-se bem. Sua função consistia em fazer entrevistas. Ia aos navios, ouvia personagens importantes e “lascava” o dito, à sua maneira.

Duma feita, não conseguiu falar com o entrevistado. E escreveu apenas o seguinte, mais ou menos: “Entrevista impossível: o homem é **intuptível**...”

Caio Pereira, secretário do jornal, ainda comparecia à redação, apesar de doente. Era gramático ortodoxo, inabordável, indiscutível. Ficou furioso. Chamou Calazans à sua presença para uma “explicação pessoal”, como se diz no Parlamento.

— Que palavra é essa, Calazans? Isso não existe.

— É um neologismo meu, — retruca o repórter.

— Neologismo coisa nenhuma! Isso é maluquice. Está despedido.

Calazans, ouvindo a sentença, recuou espantado, e acrescentou, inchado de raiva:

— Criei essa palavra para o Senhor, que é **intuptível!** (cai o pano).

Calazans saiu, voltando à boemia solta, muito do seu agrado. Intercedi por ele. Era um extrovertido, disse eu a Caio Pereira. Não ofendia a ninguém. Voltou à redação. O adjetivo criado por ele teve efêmera duração. A verdade é que entre ele e o Secretário do jornal nunca houve, a rigor, bom entendimento. Vez por outra, à socapa, Calazans dizia baixinho: INTUPTÍVEL... E tudo parecia ir por água abaixo.

* * *

Em Vitória, após a leitura desta palestra para um grupo de alunos da U.F.E.S., Renato Pacheco contou-nos uma “blague” engraçadíssima de João Calazans. Um velho professor da Faculdade de Direito, o desembargador Paes Barreto, publicara em 1934 um livro com este título: “O CRIME, O CRIMINOSO E A PENA”.

Dia seguinte, Calazans, que tinha uma “birra” contra o desembargador, publicou num jornal isto a que chamou de crítica literária: “O Crime, — o livro; o Criminoso, — o autor; e a Pena, — o encalhe da obra nas livrarias...”

* * *

João Calazans, homem culto, escritor de talento, alma generosa e amiga, não teve tempo e nem sossego para realizar a obra literária que nos poderia ter dado. Sua vida foi terrivelmente atribulada e dispersiva. Além do seu livro,

"PEQUENO BORGUÊS" e sua revista, deixou-nos, contudo, lembrança inapagável de sua figura humana singular. Ele soube carregar, sob os ombros, como um bravo, sua adversidade. E lutou, lutou muito, até os últimos dias de sua vida, para sobreviver de cabeça erguida ante a fúria desencadeada pelos ventos do seu fado tão amargo.

Neste instante, na terra que ele tanto amava, rendemos nossa homenagem de profunda saudade à sua memória.

Calazans saiu, voltando à boemia solta, muito do seu agrado. Intelectual por ele. Era um extrovertido, class em a Calazans. Não ostentava a ninguém. Voltou à redação. O adjetivo criado por ele teve efêmera duração. A verdade é que entre ele e o Secretário do Jornal nunca houve, a rigor, bom entendimento. Vez por outra, à socapa, Calazans dizia: "Bastante INÚTIL". E isso parecia ir por água abaixo.

* * *

Em Vitória, após a leitura desta palestra para um grupo de alunos da U.F.V.E., Renato Pacheco contou-nos uma "história" engraçadíssima de João Calazans. Um velho professor da Faculdade de Direito, o desembargador Paes Barreto, publicara em 1934 um livro com este título: "O CRIMINOSO E A PENA".

Logo depois, Calazans questiona uma "pista" contra o desembargador, publicando num jornal isto a que chamou de "Crítica Literária": "O Criminoso — o livro; o Criminoso — o livro; e a Pena — o encargo da obra nas livrarias..."

* * *

João Calazans, homem culto, escritor de talento, almejava a glória, não teve tempo e nem sossego para realizar a obra literária que nos poderia ter dado. Sua vida foi demasiado atropelada e dispersiva. Além do seu livro,

DISCURSO DE POSSE

José Vieira Coelho (1)

Justamente na expressiva data de hoje, que marca o episódio da Revolução Pernambucana de 1817 — um pedaço da História Política do Brasil — assinalada pela presença do denodado capixaba Domingos José Martins, tão bem documentada em 1974 pelo nosso companheiro Norbertino Bahiense, recebi a incumbência, sobremodo honrosa, de, nesta solenidade, agradecer, em meu nome e no de todos os demais agraciados, a eleição de sócios efetivos, desta Instituição, batizada com o epíteto de “Casa de Domingos Martins”.

Lamento não estarem presentes todos os galardoados de hoje, cujas ausências estão justificadas.

Mas não podem Vossas Excelências, componentes desta enobrecida Instituição, medir a expansão de júbilo, que efunde de nossos corações por tamanha e generosa dádiva que nos é concedida, qual a da incorporação de nossas pessoas no regaço desta importante comunidade.

Permitam-me ressaltar, dentre os eleitos, os nomes de Armando Duarte Rabelo, figura exponencial nas administrações estadual e municipal, e Orestes Secomandi Soneghetti, que se distinguiu nos setores financeiros de nosso Estado; de Ângelo Costalonga, jovem e brilhante Tenente-coronel da nossa briosa Força Militar, e também estudioso do Direito.

Feliz foi esta Instituição ao trazer ao seu convívio um Ailton da Rocha Bermudes, advogado dos mais brilhantes, filólogo notável, e que no setor administrativo tem emprestado eficiente colaboração na administração do Estado; também um Américo Menezes, ex-professor e hoje um expert nos estudos sérios da ecologia.

Ainda feliz foi o Instituto no acolher no seu seio José Moysés que brilha nas ciências médicas e nas letras capixabas.

(1) Pronunciado na Sessão Solene de 12.06.83.

Acertado foi ainda o Instituto ao agraciar José Garajau da Silva, que relevantes serviços presta ao Espírito Santo, servindo a grande Companhia Vale do Rio Doce. Também a Sebastião Pimentel Franco, atual administrador do Museu "Solar Monjardim", que na qualidade de pesquisador é figura importante ao Instituto Histórico.

Afinal, é merecedor de encômios ao acolher as figuras de Leandro Nader, Maria Beatriz J. Abaurre e Mario Bonzano, que trarão ao Instituto um cabedal de experiência adquirido no complexo setor educacional.

Como se observa, a Direção do Instituto Histórico e Geográfico, dadas as suas finalidades de proceder a estudos e investigações concernentes a história e a geografia, nos seus diversos ramos, procura trazer ao seu convívio figuras representativas dos vários setores do conhecimento humano, como já o fizera na sua criação conforme se vê da ata da sua fundação de 12 de junho de 1916 transcrita na sua "Revista" número 1 do ano 1, datada de 1917.

E tinha e tem razão de assim fazer, porque todos somos historiadores, visto que em todo ramo de conhecimento a História está sempre presente.

É ela que leva o estudioso às idades longínquas, fazendo-o caminhar através de terras já tão distantes para colher na experiência dos séculos, os elementos necessários à formação do acervo cultural.

É ela a "magestosa torre da experiência", que nos orienta, ensina e sobre nós impera.

Não foi sem razão que Cícero a chamou a "Mestra da Vida".

Senhor Presidente:

Recebemos com muita afetividade e carinho especial o honroso título de membro efetivo deste Instituto.

Com a alma nos lábios, nós — os agraciados de hoje — manifestamos ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, na pessoa de V. Exa., os nossos agradecimentos com a promessa de, abnegadamente, hoje e sempre, e em qualquer circunstância, trabalhar pelo prestígio e pelo progresso desta benemérita Instituição.

Muito obrigado.

E ELES ERAM ASSIM . . .

Nelson Abel de Almeida

No ano em curso de 1983 está trancorrendo, porque o tempo não pára nem mesmo para descansar, o Centésimo Sexagesimo Sexto aniversário daquele 12 de junho de 1817, quando sereno, audaciosa e corajosamente, um brasileiro, nascido em terras capixabas, caminhando para se colocar à frente de um Pelotão de Arcabuzamento na velha cidade do Salvador, então capital do Brasil, disse, desabridamente, aos soldados de D. João VI — “Vinde executar as ordens de Vosso Sultão; eu morro pela liberd . . .”.

A última palavra, ou seja a palavra Liberdade não fôra, integralmente, pronunciada porque, ao que se diz, o sacerdote que assistia aos últimos instantes de vida daquele herói, colocára a mão sobre a boca do mesmo para, possivelmente, evitar que, naquele instante final de sua vida, o bravo condenado à morte cometesse uma heresia, eis que quem pretendesse a Liberdade de sua Pátria, àquele tempo, devia ser considerado um hereje.

Esse herói, que viu à luz do dia na modesta e pobre Província do Espírito Santo, chamava-se Domingos José Martins e, a partir daquele 12 de Junho de 1817, passou ele a sintetizar, ao lado de Tiradentes e de outros bravos, os ideais de liberdade do povo brasileiro pelos quais, ainda nos dias de hoje, muitos brasileiros são sacrificados e violentados.

E a Província modesta, inexpressiva, ao tempo de 1817, a partir de 12 de Junho de 1917, quando se completou o centenário da execução do herói passou a relembrar a data, cuja comemoração também passou a ser feita nas outras Províncias que, ao tempo, concretamente, participaram daquele episódio heróico.

Aqui no Espírito Santo deve-se acentuar que, em cada 12 de Junho de cada ano, o Instituto Histórico e Geográfi-

co do Espírito Santo, ou a "Casa de Domingos Martins" como é ele conhecido, leva a efeito uma Sessão Solene, rememorativa do fato histórico e, nesta Sessão Solene, são recordadas as memórias dos sócios falecidos.

* Neste 12 de Junho de 1983 cumpre salientar o desaparecimento de um eminente consócio que foi Bancário, e também Advogado de renome, cujas origens estão naquele Estado brasileiro, conhecido de todos como o "Leão do Norte"; seus pais, também ali nascidos, exerceram profissões que exigem vocação, doação, dedicação e heroísmo.

O progenitor do consócio cujo nome declinarei, oportunamente, foi o Dr. Pedro Estellita Carneiro Lins, enquanto que a sua genitora foi a virtuosa Sra. D. Francisca Sampaio Lins, ambos naturais do Estado de Pernambuco; o casal viveu, parte de sua vida, fora de seu Estado natal, em Santa Catarina, onde o Dr. Pedro Estellita Carneiro Lins integrou a Magistratura Catarinense, enquanto a sua esposa se dedicava ao Magistério Particular, o que faz presumir ter o casal enfrentado dificuldade e vivido uma vida modesta e de dedicação recíproca, tanto que o Curso Primário do nosso eminente confrade foi feito no lar, com os seus pais.

Já o Curso Secundário ou Ginásial, ou do 2º. Grau, como se diz modernamente, foi iniciado na cidade do Recife, no Ginásio Pernambucano; transferindo-se os seus genitores para Santa Catarina foi ele, o nosso ilustre consócio, concluir o seu Curso Ginásial no Ginásio Santa Catarina, de Florianópolis, Ginásio esse sob a direção dos Padres da Companhia de Jesus, concluindo-o em 1910, com a idade de dezoito anos.

Prosseguindo em seus estudos, matriculou-se, após o necessário Exame Vestibular, em 1911, na Primeira Série da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro; em 1912 transfere-se para a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e, em 1915 está ele diplomado como Bacharel

em Ciências Jurídicas e Sociais. Era este o segundo diploma de sua vida escolar eis que, aquele tempo, todo estudante que concluía a Quinta Série ou o 5º Ano do Curso Ginásial recebia o título de Bacharel em Ciências e Letras.

É que outros eram os tempos, como outro era o Curso Secundário.

Concluído o seu Curso de Direito vai o confrade de quem estou tratando iniciar a sua vida como Advogado, profissão que, por toda a sua vida, foi exercida neste nosso querido Estado do Espírito Santo.

Dois anos depois de diplomado em Direito inicia ele a vida de Chefe de Família, ao contrair núpcias, em 30 de maio de 1917, na cidade de Muniz Freire, em nosso Estado, com a Senhorita Bráulia Machado Vieira, que passou a ser a Sra. Bráulia Vieira Lins.

Iniciou o nosso confrade a sua vida, como Advogado, funcionando na cidade de Palhoça em Santa Catarina, no Júri Correccional, embora ainda não estivesse diplomado em Direito.

Formado como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1916, no dia 14 de novembro, passou a exercer, efetivamente, a Advocacia em Cachoeiro de Itapemirim, sendo a profissão exercida no Cível, no Criminal, no Comercial e no Orfanológico que, àquele tempo, raros eram os que se especializavam em determinado ramo do Direito.

De outubro de 1919 a dezembro de 1920 foi Procurador Municipal de Muniz Freire, cargo de que, por iniciativa própria, se exonerou.

Foi Advogado da Letra "G" do Fanco do Brasil, tendo sido admitido em 8 de novembro de 1941, no quadro de Advogados do referido Banco, ao qual já vinha prestando a sua colaboração desde 24 de março de 1937 até 8 do referido mês de novembro de 1941, sendo de salientar que nunca sofreu um fracasso definitivo nas causas que patrocinou para o aludido Banco; também foi Advogado do Banco de Vitória (Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada) além de, no exercício da profissão que abraçou, ter defendido as mais diversas "instituições de assistência, educação e firmas comerciais" desta cidade de Vitória.

Procurador da Mitra Diocesana, integrou também o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (Secção do Espírito Santo), exercendo as funções de Vice-Presidente do mesmo Conselho, desligando-se do mesmo em 1954 espontaneamente.

Perlustrou, por alguns períodos, funções judiciárias propriamente ditas.

Assim, em 1926, foi indicado, em lista tríplice para o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Rio Pardo, hoje Iúna, tendo, entretanto, desistido da nomeação que o Presidente Florentino Avidos "quís fazer-lhe".

Funcionou, eventualmente, como Promotor Público em Cachoeiro de Itapemirim; integrou o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, como representante da Classe dos Juristas, exercendo esta função em 1946. Novamente, em novembro de 1946 foi nomeado, pela Presidência da República, para o Tribunal Regional Eleitoral (Classe dos Juristas), exercendo a função durante mais de cinco anos.

Participou da vida política dos Municípios de Rio Pardo, hoje Iúna, Muniz Freire, Cachoeiro de Itapemirim não se devendo esquecer que, de 1922 a 1924 foi Prefeito deste último Município, tendo sido ainda Deputado Estadual em duas Legislaturas, ou seja de 1928 a 1930 e de 1935 a 1937, quando preferiu, em definitivo, ausentar-se da vida política e se dedicar, exclusivamente, à uma vida de pensamento e de cultura, sob os seus mais variados aspectos.

Certo estou de que, a esta altura, este seletor auditório que está tendo a paciência de ouvir estes modestos comentários, já percebeu a quem se referem os mesmos, já sentiu que estou tentando, palidamente, retratar, nesta hora de saudades e recordações, a vida extraordinária daquele nosso eminente consócio que deixou, não tenho dúvidas em afirmar, bem marcada, bem assinalada a sua passagem entre os seus contemporâneos, entre aqueles que com ele conviveram e dele se aproximaram; certo estou que todo este seletor auditório já sentiu que estou, aqui, ainda que palidamente, tentando assinalar algumas passagens da vida daquele chefe de família exemplar, daquele homem telemente ao Senhor e que viveu exemplificando a todos os que com ele conviveram e que, em vida, foi Augusto Emilio Estellita Lins, foi, para os de sua intimidade, apenas Augusto de Lins, sempre afável, sempre bem humorado, sempre pronto a servir, a "dar de si sem pensar em si".

Ele viveu uma vida de intensa cultura. Nos idos de 1937, há quase meio século, reuniu-se a Carlos Xavier Paes

Barreto, a Arquimimo Martins de Matos e a Ciro Vieira da Cunha, para reorganizar e reativar a Academia Espírito Santense de Letras, pois atravessava ela um período de inerte e intenso marasmo.

Foi ele o fundador e primeiro ocupante da Cadeira 13 na Academia, Cadeira esta que tem por Patrono José Marcelino Pereira de Vasconcelos.

E sempre empolgado pela vida de cultura vai fundar a Arcádia Espírito Santense, sendo dela o primeiro Presidente.

Foi incansável a sua vida de homem de cultura e deixou um bom número de publicações sobre Direito e sobre Literatura.

Assim, são de sua autoria — “A PAIXÃO COLETIVA”, “trabalho jurídico em torno do crime de multidão” (1923) “A NOVA CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL” (1937); “Razões de recursos e trabalhos jurídicos avulsos”.

Não esquecendo a Poesia e a Literatura, deixou publicados — “LENDA DA INDEPENDÊNCIA”, poemeto publicado no Rio de Janeiro em 1912; “ZOROBABEL” (sonetos), publicada a primeira edição, em Cachoeiro de Itapemirim, em 1921 e a segunda edição em Vitória, em 1957; “PRANTO E CANTO DE AMOR FILIAL” (sonetos), em Vitória (1955) “O JUIZ E O ESTETA” (discurso em 1954), editado em 1955, em Vitória; “UMA PÁGINA LITERÁRIA DA HISTÓRIA ESPÍRITO SANTENSE DE NOSSOS DIAS” (conferência), editada pela Prefeitura Municipal de Vitória em 1943”; “MENSAGEM A MULHER BRASILEIRA EM TORNO DAS SUGESTÕES DO HINO NACIONAL”, edição de 1956; “ORDEM EQUESTRE DE SÃO GREGÓRIO MAGNO (discurso), em 1957”;

OLAVO BILAC E O 3º B.C. (conferência) em 1958; “MÃE QUERIDA” (versos), em 1959”; “NO ENLEIO DAS VELHAS MUSAS” (poesia); “VARIÇÕES ESTÉTICAS DO CANAÃ” (versos); “GRAÇA ARANHA” E O “CANAAN” NO ESPÍRITO SANTO (ensaio), obra esta bem volumosa e erudita com 540 páginas.

Jornalista, foi colaborador de "O DIA", "JORNAL DE CANTAGALO", "DIÁRIO FLUMINENSE", "A GAZETA DO TRIANGULO" (Uberaba); emprestou o brilho de sua colaboração às revistas "FON-FON", "O MALHO", "RIO ILUSTRADO" (de Madeira de Freitas), ou seja do capixaba Mendes Fradique; "REVISTA DA SEMANA", "EPOCA", "O JORNAL DO BRASIL", "REVISTA ACADÊMICA", "A LUTA", "TERRA LIVRE", estes do Estado do Rio de Janeiro; no Espírito Santo: — "A FITA DE CASTELO", "O MUNICÍPIO", "O CACHOEIRANO", de Cachoeiro de Itapemirim; "VIDA CAPICHABA", "O ESTADO", "REVISTA CANAAN", desta Capital; "A TARDE", de Castelo e "O PROGRESSO", de Cachoeiro de Itapemirim; usou, muitas e muitas vezes, de pseudônimos que foram JOÃO DO SUL, MATEUS MURAT, PÉRICLES MACIEL e CÉLIO CONDE.

Era membro da Associação Brasileira de Imprensa e da Associação Espírito Santense de Imprensa, notando-se que desta última foi ele Presidente, sucedendo a Ciro Vieira da Cunha.

Professor, Augusto Lins foi um dos fundadores, em Cachoeiro de Itapemirim, da Escola Comercial, depois transformada em Escolas Reunidas PROFESSOR ALFREDO HERKENHOFF.

E não se esqueça que muito incentivou a vida cultural desta cidade de Vitória, quando a Arcádia Espírito Santense levava a efeito, em sua residência, ali na Praça João Climaco, as suas sessões semanais.

E não será demais, nesta hora de evocações, se salientar que Augusto Lins, em Cachoeiro de Itapemirim, sempre preocupado com a cultura, exerceu o magistério na Escola Normal de Cachoeiro de Itapemirim, lecionando Psicologia Experimental e Sociologia Educacional e quando a Faculdade de Direito do Espírito Santo iniciou as suas atividades, neste Estado, nascendo do sonho e do idealismo de alguns Acadêmicos de Direito, dentre os quais estava Heraclito Amancio Pereira, Augusto Lins, já em 1938, emprestava a sua colaboração à Faculdade que nascia, lecionando Direito Constitucional e Teoria Geral do Estado e, quando isso aconteceu, já lá se vão quarenta e cinco anos, os que lhes ouviam as aulas não regateavam elogios à proficiência das suas preleções magistrais e sábias.

Católico Apostólico Romano praticante, não fazendo disso segredo, tanto que em seu Curriculum Vitae está escrito — “Religião do Casal e de todos os seus filhos: Católica Apostólica Romana. Todos são católicos praticantes”, também sempre se proclamou “Membro da Liga Católica Jesus, Maria, José de Vitória”, além de “Sócio Honorário da Sociedade de S. Vicente de Paulo, pelo Conselho Particular de Cachoeiro de Itapemirim” e “Comendador da Classe Civil da Ordem Equestre de São Gregório Magno”, o que bem atesta ter sido ele um homem que possuía sentimentos religiosos e que os vivia com toda a convicção.

Sem dúvida, essa formação religiosa e espiritual do Casal Bráulia/Augusto Lins há de ter concorrido para que os seus filhos Dora, Sara, Fausto, Dalton, Alda, Elza e Cléia hoje aí estejam lhes seguindo os exemplos, com o que propiciaram ao seu ilustre e venerando progenitor alegrias imensas.

E eu, que tive a satisfação de ter sido Professor de Sara e de Dalton, posso atestar como se conduziam os mesmos no antigo Colégio Estadual do Espírito Santo.

Mas o tempo caminha, a idade vai, ano a ano, se acumulando sobre os ombros de cada pessoa e um dia, inesperadamente, se é assaltado por um distúrbio próprio do tempo já vivido, quando os órgãos começam a sentir o desgaste e a se cansarem. Isso aconteceu também a Augusto Lins e, assim, foi ele assaltado por uma trombose e, em consequência, teve as suas atividades profissionais reduzidas, evitava sair de casa, mas Deus foi de extrema misericórdia para com ele, visto como continuava lúcido conversando com os que iam à sua residência, expondo ele a sua opinião sobre os mais variados assuntos, dando sugestões para a solução de problemas e, tudo isso era feito com afabilidade, com bom humor, com bondade, sem reclamar contra o desgaste natural de sua saúde.

A sua querida Bráulia foi incansável na assistência e no carinho com que o confortava; também para as filhas e para os filhos continuou ele a ser o mesmo pai, e, em contra partida, deles sempre recebeu toda a assistência e todo o carinho.

E a vida, a pouco e pouco, se lhe foi extinguindo até que, em 30 de dezembro de 1982, o seu coração boníssimo interrompeu, em definitivo, a sua caminhada, aqui na terra, e ele partiu para a casa do Senhor.

Hoje, podemos todos afirmar que Augusto Emilio Estellita Lins deixou a sua passagem marcada, e bem acentuada, nesta terra que o acolheu de braços abertos e para a qual ele viveu, prestando-lhe um culto de amor e de reverência constantes e permanentes.

Ele, pela vida vivida e como a viveu, não esqueceu nunca que, um dia, aquele Mestre Eminente que se chamou Fernando Magalhães proclamara — “Encontrarás verdadeira alegria na utilidade da tua vida”, e daí aquele bom humor, aquela afabilidade, aquele tratar carinhoso que caracterizaram sempre a vida do nosso consócio ilustre e eminente, que foi Augusto Emilio Estellita Lins, enquanto esteve ele entre nós.

No Brasil ocorrem fatos bem interessantes e assim é que, a cidade de São Luiz, capital do Estado do Maranhão, é conhecida como a Atenas Brasileira, dado o número vultoso de seus filhos que foram elementos destacados da cultura, no Brasil.

Também, aqui no Espírito Santo, temos uma cidade, bem vizinha desta nossa querida Vitória, que se orgulha dos capixabas ilustres ali nascidos, considerando-se mesmo, tantos são eles em número, ser ela, a cidade da Serra, a Atenas Capixaba.

E dentre estes muitos cumpre-me, nesta hora, destacar um nosso consócio ali nascido em 14 de setembro de 1894 e que, embora tenha ele lutado com inúmeras dificuldades, muito influuiu, em seu tempo, na vida cultural de seu Estado, eis que, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, nunca teve a preocupação de exercer a advocacia, visto como as suas vocações o levaram para o Magistério e para o Jornalismo, profissões a que serviu de corpo e alma, além de se interessar pela Literatura e pela História.

Estou, nesta hora, rememorando aquele Jornalista Profissional, Professor por vocação e autor de várias obras, Professor este que, em vida, foi Elpidio Pimentel.

Pertenceu ele, por ser Jornalista Profissional, à Associação Brasileira de Imprensa e aqui, no Espírito Santo, foi fundador da Associação Espírito Santense de Imprensa, emprestando-lhe o seu trabalho eficiente em vários cargos, dentre os quais o de Presidente.

Aqui neste sodalício, nesta Casa de Domingos Martins, foi ele Orador Oficial nos biênios 1933-1935, 1935-1937, 1937-1939-1941, só deixando de exercer essa função por ter transferido a sua residência para o Rio de Janeiro, fato esse que determinou passasse ele a integrar o quadro de Sócio Correspondente, por força de determinações Estatutárias.

Da Academia Espírito Santense de Letras foi ele um dos fundadores, ao lado de D. Benedito Paulo Alves de Souza, Sezefredo Garcia de Rezende, Alarico de Freitas e outros.

Pelo seu valor foi ele Acadêmico Correspondente das Academias Mineira, Matogrossense e Rio Grandense de Letras (Rio Grande do Sul); na Federação das Academias de Letras do Brasil, no Rio de Janeiro, era ele Delegado Vitalício, como representante da Academia Espírito Santense de Letras.

Professor, representou ele, como Delegado único, o seu querido Espírito Santo no Quarto Congresso Nacional de Instrução Superior e Secundário realizado no Rio de Janeiro, ao ensejo do Primeiro Centenário da Independência do Brasil em setembro de 1922; de 1924 a 1931 foi Membro Vogal do Conselho Superior de Ensino em nosso Estado.

Concorreu ao Concurso para Professor Catedrático de Português do antigo Ginásio Espírito Santense, quando concorreram também Jonas Mcira Bezerra Montenegro e Luiz Adolfo Thiers Vellozo, Patronos das Cadeiras Trinta e Vinte e Oito da Academia Espírito Santense de Letras, respectivamente.

Elpidio Pimentel, ao se candidatar no Concurso para provimento da Cátedra de Português do antigo Ginásio Espírito Santense, apresentou tese subordinada ao título "UM PUNHADO DE GALICISMOS"; foi ainda Professor Catedra-

tico em virtude de Concurso, por mais de vinte anos, da Escola Normal Pedro II, em nosso Estado, lecionando Português, Literatura e Caligrafia; ainda na mesma Escola Normal Pedro II ocupou a Cátedra de Pedagogia e História da Educação.

Para a Escola Normal Pedro II, no concurso a que se submeteu para provimento da Cadeira de Português, a sua tese foi subordinada ao título ORIGEM E EVOLUÇÃO DA LINGUAGEM.

Deixou publicados os livros que seguem — NOÇÕES DE LITERATURA, 260 páginas (1918); POSTILAS PEDAGÓGICAS, 775 páginas (1923); CATÁLOGO FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO E ÁLBUM DO ESPÍRITO SANTO (1922) e ainda, em 1927, um livro que, à página 3, tem a “DEDICATÓRIA” consubstanciada nas palavras que seguem “**A mocidade escolar conterrânea para que, iniciando-se na história da terra espírito-santense, saiba tornar-se digna de suas nobres, tradições, defendendo-as e honrando-as, sem desfalecimento**”.

A página 6, na introdução que denominou Elpidio Pimentel, no seu referido livro de “ADVERTÊNCIA”, escreveu ele — “Já me inscrevi, há meia dúzia de anos, com a minha boa vontade de progredir e acertar, no grupo dos colaboradores das letras didáticas nacionais. É bem possível que os meus trabalhos se compreendam naquela percentagem a contra gosto das minhas intenções. Isso porque, no Brasil, os teóricos, os ideologistas doutrinários, quando se referem ao professorado, não têm represas para os gabos, com que mencionam a sua missão, galanteando-a e enguirlandando-a de distinções... estéreis ou platônicas. Mas, na prática, na votação dos orçamentos, na sementeira das posições, na cornucópia dos prêmios, o professorado tem frequentes rebaixamentos, havendo até quem não se recuse em qualificá-lo de classe vadia, parasitária, favorecida! Como se não fossem os governos os maiores culpados de suas inferioridades”.

E, ainda, à página 6, em “ADVERTÊNCIA” está escrito — “E os políticos, que governam a nossa pátria, — se neles o egoísmo não aniquila o senso patriótico — não envergonhem o Brasil, desdenhando-lhe o magistério, inferiorizando-o, esquecidos que a maior grandeza dos povos tem as suas fibras vitais enraizadas na escola”!

Este livro, como já se disse, escrito em 1927 e com 142 páginas, foi denominado, ou intitulado, ou batizado pelo nosso eminente consócio e autor do mesmo, sugestivamente, de **"QUANDO O PENEDO FALAVA..."**.

Quero, aqui, deixar bem patenteado que todas estas obras mereceram encômios de autores de renome nacional, cumprindo salientar os nomes João Ribeiro, Osório Duque Estrada, Afonso Celso, Rocha Ponbo, Coelho Neto, Agripino Grieco, Medeiros e Albuquerque, Tristão de Ataíde, Mario Barreto, Eduardo Carlos Pereira, Carlos Góis, Peregrino Junior, Silveira Bueno, Jaime de Barros, Candido Figueiredo, Maria Eugenia Celso, Antenor Nascentes, Maria dos Reis Campos, além de outros.

No Rio de Janeiro, desde 1939, foi Professor de Português, do Colégio Pedro II, classificando-se em 2º lugar, no Concurso de Títulos; era também Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Geografia.

Em nosso Estado dirigiu a Imprensa Oficial em 1918; e ainda de 1933 a 1938, dirigiu o DIÁRIO DA MANHÃ, jornal que circulou nesta Capital e tinha características oficiais, pois era ele mantido pelas assinaturas dos funcionários públicos estaduais, a cujas residências chegava o referido jornal todas as manhãs, trazendo publicados os atos oficiais.

Idealista e sonhador, aliando-se a outro idealista e sonhador — Manoel Lopes Pimenta —, fizeram ambos circular, nesta Capital, a revista VIDA CAPICHABA, a qual muito influiu na vida intelectual desta cidade e na qual muitos jovens, daqueles velhos tempos, publicavam as suas crônicas, os seus artigos, os seus poemas e, também as suas declarações de amor em verso e em prosa.

E não quero deixar de referir que VIDA CAPICHABA tinha uma secção intitulada ALFINETADAS, que devia ter muitos autores, secção esta que se dava ao gosto de fofocar a vida dos namorados, e dos noivos, e de também fazer um arremedo ao Colunismo Social.

Um dia, no Rio de Janeiro, onde residiu e viveu os seus últimos anos de vida, sofreu Elpidio Pimentel um rude golpe — a sua querida esposa, a sua querida Orminda, a sua querida Santa como era ela, na intimidade chamada, segundo a lei natural da vida, teve de partir.

Ficou ele só, desolado, abatido, embora seus filhos Glauro, Evandro, Nailo, Ilzara Moema e Zenaide, todos já casados e com filhos, lhe dessem muito carinho e conforto.

Não resistiu ele, por muito tempo, à partida definitiva de sua devotada esposa, a sua querida Santa e, passados nove meses de solidão, no dia 19 de outubro de 1971 faleceu, em sua residência, à rua Domingos Ferreira nº 187 — Aptº 49 — Copacabana — na cidade do Rio de Janeiro.

Para nós, os seus contemporâneos, ainda está ele presente e estará sempre presente na vida cultural do Espírito Santo e nos corações de suas ex-alunas e ex-alunos e amigos.

* * *

Em cada 12 de junho de cada ano, nesta Sessão Sole-
ne, tem o meu espírito se voltado para os tempos idos ao
recordar aqueles companheiros que partiram, o que venho
fazendo desde 1944, quando fui eleito para exercer as fun-
ções de Orador Oficial da “Casa de Domingos Martins”, suce-
dendo ao Dr. Des. Celso Calmon Nogueira da Gama.

Agora, quando vou rememorar a vida de mais um ilus-
tre consócio que nos deixou em 27 de novembro de 1971, há
quase doze anos passados, agora quando vou rememorar
aquele que, em toda a sua vida, foi um lutador sempre vi-
vendo e pelejando por ideais, sinto-me transportado ao ano
de 1917, quando ali no fim da atual Avenida Capichaba, pró-
ximo à Chácara do Barão de Monjardim, no alto do morro,
funcionava o venerando e tradicional Ginásio Espírito San-
tense, onde pontificaram professores que exemplificavam pela
sua cultura, pela sua dedicação ao ensino, pela sua conduta
irrepreensível, mestres que ainda vivem nos corações de mui-
tos vultos que, recordam, com saudades, as aulas dos Profes-
sores Adolfo Fernandes de Oliveira, Francisco Climaco Feu
Rosa, Jonas Meira Bezerra Montenegro, Hercules Pena, Ceci-
liano Abel de Almeida, Carlos Mendes e quantos outros.

Aquele tempo, já lá se vão sessenta e seis anos, co-
nheci a Jair Etienne Dessaune, filho de Francisco Etienne
Dessaune e de D. Araudina Santos Dessaune, e nascido em
5 de agosto de 1903 na Fazenda Limoeiro, no Município de
Castelo.

Pelas suas feições, pelo seu rosto bem característico, Jair Dessaune era, para nós os seus colegas de então, o "CHINÊS", apelido que lhe deram pois, naqueles tempos idos, cada colega era conhecido por um apelido.

De sua turma, no Ginásio Espírito Santense, foi ele o Orador na Sessão Solene de conclusão do Curso, em 1919.

A seguir matriculou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e, em 1924, aos vinte e um anos de idade, está ele Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Como Advogado salientou-se, sendo figura de destaque, no Cível e no Tribunal do Júri, para onde muitos acorriam para ouvi-lo nas defesas que fazia de seus clientes, muitos dos quais eram defendidos gratuitamente, eis que àquele tempo se seguia uma profissão por se ter vocação para ela, não se indagando do "mercado de trabalho".

Quando da Revolução de 1930, em 4 de novembro daquele ano foi ele, por indicação unânime do Egrégio Tribunal de Apelação do Estado, nomeado Procurador Geral do Estado, funcionando junto ao referido Tribunal; como político filiou-se, levado pelo ideal de querer um Brasil mais perfeito, à Ação Integralista Brasileira e, pela mesma, foi eleito Vereador à Câmara Municipal de Vitória.

Exercendo o Magistério foi, por Concurso Público de Provas, Professor Catedrático de Direito Romano da Faculdade de Direito do Espírito Santo, quando recebeu elogiosas referências da Banca Examinadora, da qual participaram Professores estranhos à Congregação da Faculdade; aprovado tornou-se "DOUTOR" em Direito.

Antes, entretanto, de se tornar Professor Catedrático de Direito Romano regeu, em caráter interino a Cátedra de Direito Comercial, na mesma Faculdade.

Designado, em 1962, para responder pela recém-criada Universidade do Espírito Santo como Reitor, foi instalar, em caráter provisório, a Reitoria da mesma Universidade, na parte térrea de sua residência, situada à rua do Rosário nº 202, nesta Capital, sem qualquer ônus para o Governo.

Sonhador, como sempre foi, Jair Dessaune sonhou para o seu querido Estado do Espírito Santo, com uma grande Universidade tendo, esse fato contribuído para que esco-

lhesse e promovesse a desapropriação da área onde, nos dias atuais, se localiza o Campus Universitário.

Para tomar essa decisão levou o Reitor Jair Dessaune, fotografias e plantas do que seria o futuro Campus Universitário, à apreciação do Arquiteto Sérgio Bernardes, solicitando, ao mesmo, a sua opinião sobre o local que escolhera. E Sérgio Bernardes, ao examinar o local escolhido, considerou a escolha muito acertada, acrescentando ser “a mais bela do Brasil, e quiçá do mundo”.

No exercício do magistério foi Vice-Diretor da Faculdade de Direito do Espírito Santo, Professor da Escola de Serviço Social; no exercício de atividades relacionadas com a sua profissão de Advogado foi Membro do Conselho Penitenciário do Estado, por mais de trinta anos, e também Vice-Presidente do Conselho Estadual de Cultura.

Quando o Movimento Familiar Cristão se instalou, nesta Capital, foi o seu primeiro Presidente e, em decorrência dessa instalação, coordenou ele os Cursos de Preparação para o Matrimônio, hoje Curso de Noivos em funcionamento em algumas Paróquias, desta cidade.

Interessado pelo esporte, sob as diversas facetas, dirigiu o Clube de Regatas “Saldanha da Gama” e exerceu, no mesmo, os mais diferentes cargos; foi também Interventor do Clube Náutico Brasil.

Jornalista, ao lado de Afonso Lirio, colaborou em “Folha do Povo” quando, em 1924, publicou o seu primeiro artigo, subordinado ao título “Culto do Heroísmo”; colaborou também na “Vida Capichaba” e dirigiu a “Revista Saldanhista”.

Deixou Jair Dessaune a sua vida marcada pela dedicação e lealdade devotadas aquele extraordinário Presidente do Estado do Espírito Santo, que foi Jerônimo Monteiro.

Tão dedicado era ele, a Jerônimo Monteiro, que, ao falecer este, vinha ele, Jair Dessaune, em artigos diários, estampados em “A Gazeta”, publicando a biografia do eminente homem público.

Foi casado com Laurita Calmon, a quem conheci ainda bem menina, e que hoje é a Senhora Laurita Calmon Dessaune, tendo sido o consórcio realizado em 21 de outubro de 1935, durado trinta e seis anos de constantes felicidades, de muita solidariedade e compreensão e de muitas lutas.

Do seu casamento ficaram dois filhos: Luiz Paulo Calmon Dessaune, Engenheiro Arquiteto, residente nesta Capital e Ilza Calmon Dessaune, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, hoje residindo no Rio de Janeiro, onde também está residindo a Viúva Jair Etienne Dessaune, deram-lhe os filhos cinco netos.

Anteriormente já referi que, a 27 de novembro de 1971, faleceu este nosso ilustre consócio que, nesta Casa, participou da Diretoria da mesma nos biênios 1933-1935 — 1.º Secretário; 1943-1945 — 2.º Secretário; 1945-1947 — 1.º Secretário; 1951-1953 — 3.º Vice-Presidente; ainda em 1953-1955, 1955-1957, 3.º Vice-Presidente e em 1957-1959 — 2.º Vice-Presidente; enfim Jair Etienne Dessaune sempre participou, até seu falecimento, de cargos relevantes neste Instituto.

Ao partir desta vida estava ele com sessenta e oito anos de idade completos, tendo sido vitimado por um enfarte do miocárdio.

Deixou, inédito, o seu último trabalho, dedicado à família em geral, trabalho este intitulado "FIDELIDADE CONJUGAL".

Viveu uma vida, plenamente, cristã e, em seus últimos tempos, viveu uma vida de Apóstolo da Família.

A esposa querida Laurita Calmon Dessaune e os filhos Luiz Paulo e Ilza, que aqui ficaram, veneram a sua memória e se honram do nome que herdaram.

Pela sua vida de trabalho, de lealdade, de dedicação e de capacidade de amor ao próximo, Jair Etienne Dessaune foi exemplar.

* * *

Já disse um grande escritor — "Recordar é sonhar de olhos abertos"; e agora recorro, sonho sem estar ador-

mecido e faço uma parada no ano de 1919 quando meu pai — Ceciliano Abel de Almeida — para superar dificuldades de vida e adversidades econômicas decorrentes da Política, fundou, nesta cidade de Vitória, um Colégio — Externato Vitoriense — funcionando este Colégio na sua casa de residência, localizada onde hoje está o “Edifício Ceciliano Abel de Almeida”, ali na Avenida José Carlos e propiciando, aos alunos, os Cursos Primário, Médio e de Preparatórios, este último aos alunos que já estavam na fase do Curso Ginasial; e, em assim recordando, fui encontrar no Livro de Matrículas de Alunos o nome de um estudante nascido em 6 de dezembro de 1892, beirando já os vinte e nome anos de idade e que, no dia 5 de março de 1919, recebendo o número 15 de ordem de matrícula, efetuara a sua no Curso de Preparatórios, objetivando se preparar para fazer, sob o regime de Exames Parcelados, no Ginásio Espírito Santense, o seu Curso Ginasial, assim prosseguindo em seus estudos para chegar ao Curso Superior e realizar o ideal que alimentava de se diplomar como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ou seja se diplomar em Direito, o que efetivamente ocorreu no dia 11 de agosto de 1927, quando no Brasil se comemorou o Primeiro Centenário da Criação dos Cursos Jurídicos, diploma este que foi conquistado na Faculdade de Direito de Niterói quando, o novo Bacharel em Direito, já estava com trinta e sete anos de idade e, sem dúvida, já com família constituída.

Era este novo diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais, o nosso consócio, natural do Estado de Minas Gerais, nascido em Abre Campo, filho do casal Francisco de Assis Pereira/Raymunda Maria de Jesus.

O seu Curso Primário foi iniciado em Ponte Nova, no seu Estado natal e concluído nesta cidade de Vitória, aqui tendo sido aluno do eminente Professor Dr. Archimimo Martins de Matos.

Ao nosso Estado chegou esse nosso confrade em 1906 e, no dia 6 de março de 1908, vai se incorporar, ou Assentar Praça, como então se dizia, no Corpo Policial, ou seja na Polícia Militar do Estado.

Inicia-se, assim, a vida deste consócio, como Militar e, a seguir, a trajetória percorrida pelo mesmo: — 20 de setembro de 1909 é promovido a Cabo de Esquadra; 1910, é

promovido a Furriel e, em junho desse mesmo ano de 1910, é novamente promovido a 2º Sargento sendo, logo depois, agraciado com a promoção a Sargento Ajudante; no ano de 1913 chega-lhe, por merecimento, a promoção a Segundo Tenente; em 1919, ainda por merecimento, foi promovido a Capitão; em 1924, depois de ter servido em S. Paulo, foi promovido, ainda por merecimento, a Major; em 1925 é nomeado Comandante Geral da Corporação a que pertencia, tendo sido reformado em 1928.

Já em 1932, ao tempo da Revolução Constitucionalista de S. Paulo, seguiu, voluntariamente, para dar combate àquele Movimento, integrando a Força Policial do Estado.

Homem de iniciativas, sempre pensando no bem da coletividade e no aperfeiçoamento de sua classe, criou, em 1916, o foot-ball para praças introduzindo as canções militares na Corporação, fundou a Biblioteca da Polícia Militar, e fundou também o "Almanaque Histórico da Força Pública do Espírito Santo".

Nos municípios de Afonso Cláudio, Itaguaçu, Santa Tereza, Alegre, Iúna, Iconha, Cachoeiro de Itapemirim, além de outros, prestou serviços relevantes em missões que lhe foram atribuídas pelo Governo do Estado.

Ainda, organizou o Arquivo do Corpo Policial e catalogou, para atingir esse objetivo, 27.840 (vinte e sete mil oitocentos e quarenta) documentos.

Na Polícia Militar funcionou, depois de se ter Diplomado em Direito, como Advogado de Ofício quando alcançou o posto de Coronel; também a profissão de Advogado foi, em várias comarcas de Estado, por ele exercida.

Jornalista, colaborou em "A Gazeta" em "A Tribuna". Ainda, foi sócio do nosso Instituto Histórico e Geográfico, da Associação Espírito Santense de Imprensa, e promoveu a fundação do Circulo Operário de Santo Antônio, que foi por ele presidido; fundou, também, nesta Capital, a Sociedade de Proteção aos Animais, a Banda de Música de Santo Antônio e, em a cidade de Alfredo Chaves criou a "Tropa de Escoteiros Gururús".

Estudioso e, grande interessado da História e da Geografia do Espírito Santo, Estado que adotou por seu, deixou publicadas as seguintes obras, referentes à esta Unidade da Federação Brasileira: — “Almanaque Histórico Militar da Força Pública do Espírito Santo” (1916), “Dicionário Histórico e Geográfico do Espírito Santo” (1941), “Levante dos Escravos, no Distrito de São José de Queimado” (1948), “Pavonianos no Brasil” (1951), “Historiadores do Espírito Santo” (1947), “Síntese da História de S. Mateus” (1946), “Desagravo à Memória de Vasco Fernandes Coutinho, 1º Donatário da Capitania do Espírito Santo”, “Minha Viagem à Europa” (1957).

Deixou, aguardando publicação, outros trabalhos já concluídos. A sua Biblioteca continha doze mil volumes, incluídos livros, folhetos, revistas; em 1937 foi essa Biblioteca doada à Escola Normal e Liceu “Muniz Freire”, de Cachoeiro de Itapemirim; é de se notar, entretanto, que a parte da Biblioteca relacionada com a Geografia, a História e a Literatura do Brasil e do Espírito Santo foi adquirida pelo Governo do Estado, tendo sido colocada em estantes, no Serviço de Cultura do Estado.

No dia 29 de março de 1974 este nosso consócio, infatigável em lutar pelo bem estar de sua classe e no prestar bons serviços à coletividade, faleceu sendo sepultado no Cemitério Municipal de Santo Antônio, 1º Plano, Carneiro nº 870.

Pela Resolução 1.697, de 4 de abril de 1966, da Egre-gia Câmara Municipal de Vitória, foi ele agraciado com o título de “Cidadão Vitóriaense”.

A seguir, quero revelar aos que, pacientemente, estão me ouvindo, o Ato do Comando da Polícia Militar, dando, à Biblioteca da Corporação, o nome do nosso eminente confrade prestando-lhe, assim, significativa homenagem. Ei-lo: “Considerando os assinalados serviços prestados pelo Ex-Comandante Geral da Polícia Militar Cel. PM/RR Francisco Eugênio de Assis, na pesquisa da história da Corporação; Considerando que o referido Oficial, praça de seis de março de 1908, conta até a presente data mais de sessenta anos de inestimáveis serviços prestados à causa da Polícia Militar

vez que, praticamente, vem servindo à Corporação ininterruptamente desde aquela longa data; Considerando que o Cel. PM/RR Assis foi o primeiro Oficial a Bacharelar-se em Ciências Jurídicas e Sociais o que bem demonstra o seu acendrado amor à cultura intelectual; Considerando que desde longos anos milita assiduamente em nossa Imprensa onde na coluna "Efemérides Capixabas" sempre tem realçado os feitos históricos que dignificam, encarecem e fazem a história da nossa Corporação; Considerando que durante toda a carreira policial militar em todos os postos da hierarquia, inclusive no exercício do cargo de Comandante Geral da Corporação, sempre se distinguiu por seu procedimento correto e digno de ser seguido pelos seus camaradas:

Este Comando, num preito de justiça a quem tem dedicado toda a sua existência à nossa secular Corporação, resolve denominar "Cel. Francisco Eugenio de Assis" à "Biblioteca da Polícia Militar".

Ainda, pelo Decreto nº 1.421, de 16 de junho de 1980, do Governo do Estado foi criado o "Prêmio Cel. Francisco Eugênio de Assis" a ser conferido ao aluno que obtiver o primeiro lugar na conclusão do Curso de Formação de Oficial da Polícia Militar do Estado constituído de uma espada oferecida pelo Governo do Estado do Espírito Santo".

Cumpre-me ainda esclarecer, a este seletto auditório, que os livros da Biblioteca do nosso extraordinário consócio, adquiridos pelo Serviço de Cultura, foram colocados em estantes, as quais tem o seu nome ou sejam "Estantes Francisco Eugênio de Assis", fato este que se deve a intervenção de suas queridas filhas Sras. Acy Assis Ribeiro e Jacy de Assis Lopes'

Aí, em traços rápidos, o nosso estimado consócio Francisco Eugênio de Assis que conheci em 1919, quando estávamos eu, com 14 anos incompletos e, ele, já Tenente da Polícia Militar do Estado, com 29 anos também incompletos.

No dia 5 de março daquele distante ano de 1919, já lá se vão sessenta e quatro anos, repito, se matriculava ele no Curso de Preparatórios do Externato Vitóriaense, Colégio de propriedade de meu pai, Ceciliano Abel de Almeida.

O Tenente Francisco Eugênio de Assis, no Externato Vitoriense, assistia às aulas e, sem sentir diminuído ou inferiorizado, sentava-se nas mesmas carteiras, ao lado de adolescentes de 14, 15, 16, 17 anos de idade e que eram seus colegas de turma.

E ele, sempre sorridente, sempre bondoso, sempre prestativo, sempre modesto, ali estava caminhando em direção do seu ideal — Diplomar-se como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais — e afinal exercer a Advocacia, ser advogado, ideal este que um dia ele viu concretizado.

E para encerrar desejo, neste instante, revelar a todos que o EUGENIO do nosso eminente confrade foi “registrado e grafado em documentos antigos e diplomas” com a letra G mas ele “quando passou a escrever em jornais”, passou a adotar o EUJENIO com J.

Esta curiosidade da vida do nosso consócio me foi revelada, ao solicitar eu, à sua querida filha — Sra. Jacy de Assis Lopes, dados sobre a vida do mesmo no que, presurosamente, fui atendido.

Um fato, entretanto, é certo. O nosso Cel. Francisco Eugênio de Assis viveu a sua vida servindo; e quanto serviu ele à sua comunidade e à História do Espírito Santo!

—o—

Elogios lidos em sessão de 11-6-1983.

DOCUMENTOS PARA NOSSA HISTÓRIA

INFORMAÇÃO

Que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a Província, então Capitania do Espírito Santo, ao Ministro de Estado Antonio de Araujo e Azevedo. (*)

(Oferecida ao Instituto pelo Sócio Correspondente Sr. Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva)

Ilmo. e Exmo. Sr. — Pesar as forças respectivas dos Estados, discutir os interesses dos Soberanos, estudar suas pretensões, observar suas rivalidades, penetrando através do véu que encobre a política dos gabinetes, possuir a fundo os costumes, o carater, o genio das Nações, os talentos e a capacidade dos particulares distinguidos em cada estado, e decidir sabiamente num golpe de vista infalivel, das finanças, da guerra, da marinha, da história, justiça, religião, prerrogativas e direitos do Soberano; eis aqui, Ilmo. e Exmo. Sr., os sinais característicos, que distinguem a V. Exa., e o justo elogio, que lhe consagram todos aqueles que amam o Estado e a Nação.

Certificado pois pela experiência nestes principios, tenho a honra de apresentar a V. Exa. uma verdadeira pintura da Capitania do Espírito Santo, cujo quadro mostra a origem do Rio Doce, onde V. Exa. observará os principais obstaculos, que dificultam a intentada navegação daquele rio, que seria de grande utilidade para as Provincias da Bahia e Minas Gerais, se a mesma navegação tivesse o desejado exito.

O rio Piranga e São José do Sipotó, o Ribeirão do Carmo, que passa pela cidade de Mariana, e que ambos fazem barra no lugar denominado Mathias Barboza, são os progenitores do Rio Doce: alguns pequenos córregos e regatos assoberbam o curso deste rio até o de Antonio Dias, de onde descem as canoas. Não me esquece dizer, Exmò. Sr., que exis-

(*) Publicar na Revista Drimestral da IAGB.

tem várias cachoeiras impraticáveis, antes de chegar a este arraial. Cinco léguas distante do porto de Antonio Dias vê-se a primeira cachoeira, denominada Alegre; oito léguas mais abaixo descobre-se a chamada Escura; aqui, o Rio de S. Antonio dos Ferros (inavegavel) vem depositar as suas águas. D'ali a dez léguas aparecem as duas cachoeiras de Bagari: nesta posição os Rios dos Bugres e da Corrente baralham-se com o Rio Doce. Na distancia de oito léguas acham-se os rochedos de Bituruna, e defronte destes penedos vem desaguar o rio Sussuy grande, tendo pouco mais acima desembocado igualmente o rio Sussuy pequeno. Três léguas depois o havido Mineiro encontra a cachoeira da Figueira, avançando mais oito léguas observa a do Sapê, e dali a sete a do Cuité; aqui entra o rio do mesmo nome. Viajando-se mais quatro léguas acha-se a cachoeira do M, e três léguas avante esta a conhecida pelo nome do Inferno.

O rio Manassú alonga-se outras tantas léguas desta última cachoeira; ali esta o Quartel de Lorena, e navegando-se quase uma légua encontra-se a Ilha da Natividade de onde principiam os pedregulhos conhecidos pelo nome de Escadinhas, que se dilatam até o rio Guandú, nas circunvisinhanças do Porto de Souza, extrema das Capitânias de Minas Gerais e Espírito Santo. Tais são, Exmo. Sr.; os grandes obstaculos, confessados pelos mesmos Mineiros desde a vez primeira que se comunicaram com os Capitanienses por aquele rio, que dificultam, como já disse, a sua frequente navegação; mas obstaculos que foram tão facilmente removido pelo actual Governador da Capitania do Espírito Santo Manoel Vieira de Albuquerque e Tovar, na ligeira e curta viagem que fez por aquele rio; cuja execução ainda se não viu, nem tão pouco a chegada das canoas de Minas, que ali se esperavam dentro de oito dias, com gêneros permutáveis, como dizia o mesmo Governador em um officio, que nesta Corte, logo que chegou da sua viagem, dirigiu ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conde de Linhares.

A navegação do Porto do Souza até a barra é mais cómoda, por se não encontrar tantos penedos; mas o fundo do canal é sempre desigual. Cento e quarenta ilhas, desde o lugar do Cascalho até o Quartel da Begencia Augusta, dividem este rio como em dois, cuja corrente é assas extraordinaria. A sua largura desde a foz até o já dito lugar do Cascalho é quase sempre de um quarto de légua, e cheia de grandes bancos de areia, tanto da parte do Norte, como do

Sul. A barra não é estavel: umas vezes tem dez a treze palmos, outras vezes sete, cinco? Não há ali um surgidouro capaz de ancorar qualquer embarcação, e para escapar à rapidez da corrente é necessário segurar-se com cabos em terra. A entrada da barra é dificultosa, e de grande perigo: esta entrada só com vento feito pode ser feliz, pois nada mais é capaz de vencer a aluvião de tantos rios combinados em um só ponto. Os baixos de um e outro lado impossibilitam as embarcações poderem bordejar; e se quizessem proseguir a viagem pelo rio acima, ão poderiam surmontar pelas diferentes direções do canal, que ora demanda ao Norte e Nordeste, ora a Oeste e Sudoeste, e seriam necessário muitos ventos favoráveis a um mesmo tempo, para que as embarcações evitassem seu naufragio.

Da barra do Rio Doce, onde está o Quartel da Regência Augusta, marchando-se pela praia na longitude de três léguas, está o Quartel chamado dos Comboios, retirado da mesma praia um quarto de léguas: aqui passa o rio, ou para melhor dizer a Lagoa do Campo, e se formos a combinar o tempo que se gasta dali ao lugar do Riacho, seja embarcado por esse pantano, ou vindo pela praia, a viagem sempre é igual. Ainda me recordo, que toda essa praia desde o Rio Doce até o dito sitio do Riacho (onde está um quartel já desamparado) é insuportável; a sua extensão é de sete léguas. A Lagoa do Campo vista deste lugar para o este poucas horas de jornada, tanto por terra, como pelo mesmo rio, que lá vai ter.

Saindo do Riacho, e andando-se três léguas, está a Aldeia-Velha: o rio neste lugar admite em si bergantins, que muitas vezes tem ido carregar madeiras, de que ricamente abundam as suas matas. Cinco ou seis horas de viagem pelo rio acima, a Oeste Noroeste, está o destacamento de Piraqui-Assú, composto unicamente de Indios; e mais abaixo, por um braço do mesmo rio, que demanda ao Sul, vê-se o lugar denominado Piraqui-Merim, onde ha pouco succedeu a catastrophe horrivel, da qual falei na continuação desta memoria. A Aldeia-Velha em se não Inenerece atenção; algumas pequenas casas, e pela maior parte cobertas, de palhas e alongadas uma das outras, formam a totalidade desta chamada povoação, de um e outro lado do rio.

Vila Nova da Almeida vista da Aldeia-Velha tantas léguas quantas achamos do Riacho à mesma Aldeia: esta vila nutria algum comércio antes da proibição do corte, venda e

exportação das madeiras, cujo interdito foi posto pelo atual Governador: os habitantes dela são todos Indios, excetuando alguns Europeus ali estabelecidos. Todas as casas são cobertas de palhas, as paredes de barro; e só o colégio que foi dos proscritos Jesuítas e seis ou sete prédios dos Portuguezes já domiciliados, só vê cobertos de telhas. O rico que dá ou tira seu nome da dita Vila, e que corre ao Norte dela, é de nenhuma consequência, pois que só admite canôas e pequenas lanchas. O Senado da Câmara desta Vila e o Capital-mor são Indios de nação; em uma palavra, Exmo. Sr. eu vejo ali a miséria, como no seu foco paternal.

Agora temos de chegar a vila capital, que mora oito léguas ao Suldoeste da de Almeida. Esta vila denominada da Vitória, está situada em uma espécie de ilha: o barco do mar, que forma o seu ancoradouro, segue o Oeste por mais de légua e meia, e dirigindo-se para o Norte e Leste, torna a engolfar-se no mesmo mar: a largura desta ilha de Norte a Sul será pouco menos de duas léguas, a de Leste a Oeste a sua extensão não é regular. Nove igrejas, e dois conventos de religiosos aparecem no meio desta vila que se estende sobre uma colina, a maneira de um anfiteatro: as casas não são delas, ali não há divertimentos, porque a pobreza da terra assim o permite. O comércio, que consiste em pequenas quantidades de açúcar, aguardente, café, milho, feijão, arroz e algodão, não é bastante para animar os seus habitantes, e as suas pequenas embarcações só navegam ao longo das costas limitropes do Rio de Janeiro e Bahia, e raras vezes se atrevem a viajarem para Pernambuco ou Rio Grande do Sul. A maior parte das mulheres, só seu exercício diário é o algodão. Percebendo este trabalho unicamente três ou quatro vitens: a agricultura está como esquecida; não ha um só negociante capaz de animar ali os diversos generos do comércio, ou seja em artigos europeus, asiaticos, ou africanos, de onde nasce a desgraça e comiserção da aquele pais. de tal sorte a que mesmo arruinando-se qualquer prédio jamais o redificam.

A barra desta vila está na distancia de pouco mais de legua, a nesta extensão apenas dois pequenos fortes; o de S. Francisco Xavier ou Piratininga na dita barra, e o de S. João Dongado pelo rio acima mais de três quartos de leguas: sobre o cimo do monte, em cuja fralda está este monte ainda hoje existe uma pequena muralha, que antigamente serviu de defesa aos Holandeses.

O Rio de Santa Maria, que desagua no braço do mar que forma o ancoradouro da vila da Vitória, é assás belo; as suas margens são cobertas de fazendas, e as matas visinhas compoem-se de preciosas madeiras. A sua navegação é feita por canôas, pois o canal não admite embarcações de maior porte. Se a nova estrada que de Minas Gerais se dirige pela, serra dos Arripiados, e que segundo dizem, vai ter à Capitania do Espírito Santo, por esse rio se efetuasse, seria esta comunicação de maior vantagem que a navegação do Rio Doce, porque desembocando o dito rio quase légua e meia d'istante da vila, no lugar chamado Lamarão, seriam facilmente exportados os generos de Minas, importados diretamente na vila da Vitória.

Pouco acima do forte dito de S. Francisco Xavier da Barra esta a vila do Espírito Santo, a primeira que houve na Capitania; **quarenta casas pouco mais ou menos**, e pe maior parte coberta de palhas, compõem-se essa povoação. Ainda ali se vê os alicerces de uma pequena alfandega, estabelecida logo depois da descoberta da mesma Capitania, e que desapareceu, bem como a antiga navegação, que ela nutria diretamente com a Europa e África, de que hoje não há a mais ligeira sombra.

Desta vila segue a estrada, que vai terá vila de Guarapari, ao Sul desta outra; Guarapari tem um porto capaz de ancorar embarcações sem o menor perigo; esta vila não é grande, e entretanto tem todas as comodidades possíveis para o comércio, e os mesmo generos, que se exportam da vila da Vitória, ali mesmo se acham; além disto as madeiras são mais abundantes. Duas igrejas há nesta vila: e a inercia dos seus habitantes equilibra com os de toda a Capitania. As águas potáveis não são boas; mas o terreno é fértil. Esquecia-me dizer a V. Exa. que vindo da vila do Espírito Santo para esta, não se encontram rios memoráveis; porque uma légua distante da primeira ve-se o rio Jecú, cuja barra é só capaz de receber canôas duas léguas antes de chegar a esta última vila encontra-se o rio da Una; é um quarto o de Perocão, todos semelhantes ao de Jecú.

De Guarapari a vila de Benevente há seis léguas: esta vila demora ao Sul; o seu porto fica no fundo de uma larga enseada que o mar ali forma, semelhante a uma grande baía, e que tem bastante água para nadarem bergantins de maior porte, como por vezes já tem ancorado ali mesmo,

tanto embarcações nacionais como estrangeiras. Aqui fabricam-se sumacas, etc. As madeiras são muitas: Os generos comerciais são os mesmos que os de Guarapari, e uma só igreja (o colégio dos Jesuitas) existe nesta pequena vila. Todavia a pobreza aqui grandemente em sua extensão também aparece. O rio conhecido pelo nome de Aldeia, e que vem banhar o lado meridional da dita vila, é navegável pelo sertão até a última das fazendas situadas pelas suas margens. Duas léguas, seguindo sempre a direção do Sul e distantes de Benevente está o rio Piúma, em tudo igual ao de Jecú. Marchando-se pouco mais de légua, chega-se ao grande monte do Agá, uma das balizas dos navegantes para aquela capitania; nas fraldas deste monte está a melhor água de toda a costa meridional. Dai a pouco mais de cinco léguas acha-se o rio Itapemirim, que dá o seu nome à povoação, que dista da barra meia légua; este rio algumas vezes admite grandes lanchas. É muito digno de notar-se, que ficando a vila do Guarapari ao norte da de Benevente, seja esta povoação sujeita às justiças da primeira vila. O terreno de Itapemirim não deixa de ser fértil: a povoação deste nome é assaz pequena, e sua única igreja, por muito velha, é digna de ser mencionada.

Seguindo pela praia, e passando através das barreiras do Ciri, toca-se em Itabapoana, último lugar da Capitania do Espírito Santo. O rio de Itabapoana é só navegável algumas vezes para pequenas lanchas, e sempre para canoas, aqui nada vejo que mereça atenção. Neste porto, cuja população é composta de oito casas cobertas de palhas, existe um quartel, onde estão destacados um cabo e quatro soldados da companhia de linha, a única que há na vila capital da Vitória; e tanto em Itapemirim e Benevente, como em Guarapari, acham-se outros semelhantes destacamentos. Recordo-me que desde o Rio Doce até Itabapoana a estrada é sempre pela costa do mar, e raras vezes dali se aparta.

Tendo dado esta pequena exposição sobre a Capitania do Espírito Santo, permita-me V. Exa. tratar ainda da guerra que se mandou fazer o gentio Botocudo, estacionado pelos sertões daquele paiz. Esta guerra não teve o exito que se esperava. Algumas divisões, que estavam apó do Botocudo, voltavam em dois ou tres dias sem nada fazerem: as estradas novamente abertas em alguns lugares do sertão daquela capitania, é chamada intermedias pelo Governador atual, tão sómente servem de conduzir o gentio como pela mão aos lugares já povoados. Uma destas estradas que vai sair no Piriqui-Merim, lugar onde os índios domesticados laboram a terra, foi a causa de serem atassalhados alguns dos mesmos in-

digenas ali domiciliados. O chefe de uma das ditas divisões, de nome Miguel da Silva, índio de nação marchando por uma das estradas intermédias, que, do Piraqui-Assú, correndo pelas cabeceiras da Lagoa do Campo, vai ter ao Rio Doce, defronte do Quartel de Contins, hoje Linhares, este comandante foi sempre atacado na sua retaguarda pelos bárbaros; e certamente lhe fariam alguma emboscada, se ele não recebesse algum socorro de Linhares.

A maior parte da freguesia da Serra tem sido enfiada por tais selvagens, que tem chegado até Carapina, lugar que dista duas léguas da vila capital, e cujos habitantes se acham refugiados nela. O Rio de Santa Maria igualmente foi vítima da sua velocidade: eles aí postearam uma mulher ainda viva, devorando-a, depois de haverem cometido outros atentados; e as providências que deram foram quase nenhuma. Certamente a horda Botocuda estaria submetida. Exmo. Sr., se as tribos Tatavó e Manaxó fossem atraídas pela docura e amizade. É assim que Lomlard e Ramette se fizeram amados dos Índios Galibis: é assim que Champelain, remontando o Rio de S. Lourenço, adoptou os costumes dos Algonquins, dos Iluronnes, e dos Iroqueses; mas infelizmente esta tática é desconhecida do Governador actual da Capitania do Espírito Santo. Tal é o estado presente daquela Capitania.

Eu me contemplaria importuno se avançasse a mais na minha narração; e, confundindo no meu próprio nada, espero que v. ex. desculpará os erros da presente memória. Conheço que tenho a honra de falar diante de uma pessoa, que pertence à ordem das intelligencias destinadas a manejar as molas do Estado. Entretanto, queria V. Ex. receber o pequeno serviço da minha gratidão, e a certeza de que sou com o mais profundo respeito. De V. Ex. o mais reverente servo, obrigado e creado, Francisco Manuel da Cunha. Rio de Janeiro, em 23 de junho de 1811. — Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio de Araújo e Azevedo, Conselheiro do Estado de Sua Magestade.

A EXPLORAÇÃO DO RIO DOCE E SEUS AFLUENTES DA MARGEM ESQUERDA

William John Steains

O texto que se segue, de autoria de William John Steains, foi lido em sessão da Royal Geographical Society, de Londres, no dia 16 de janeiro de 1888, e publicado no Boletim de fevereiro do mesmo ano, p. 61-79. Graças ao interesse da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, que adquiriu à Biblioteca Nacional cópia em microfilme do texto original e providenciou sua tradução, se publica pela primeira vez em vernáculo para conhecimento dos interessados. Em correspondência com o Royal Geographical Society, a FCAA obteve também algumas informações sobre o autor:

William John Steains desde criança manifestou vivo interesse pela exploração geográfica e pelos estudos etnológicos. Veio para o Brasil aos 18 anos, e fim de trabalhar como desenhista na construção de uma ferrovia em Alagoas. Aos 22 anos concebeu e realizou a expedição ao rio Doce de que trata o presente relatório. Em 1891 estabeleceu-se na costa ocidental da África, como agente consular junto ao Protetorado da Costa do Níger. Sua saúde sofreu ali os rigores do clima, o que não o impediu de regressar àquela região em setembro de 1894, para ali morrer em novembro desse ano, com a idade de 31 anos.

O texto original, em microfilme, se encontra na Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo à disposição dos interessados. A tradução aqui publicada é de Reinaldo Santos Neves.

Os debates que se seguiram à leitura do relatório de Steains serão publicados no próximo número desta Revista.

EXPLORAÇÃO DO RIO DOCE E SEUS AFLUENTES DA MARGEM ESQUERDA

Tenho a honra, esta noite, de chamar sua atenção para uma pequena região do grande império do Brasil que, atualmente, é muito pouco conhecida — não só dos europeus em geral como também da maioria dos próprios brasileiros. Tendo residido cerca de três anos e meio numa das províncias do norte do Brasil, resolvi, nos primeiros meses de 1885, realizar uma exploração do rio Doce e de seus afluentes da margem esquerda. Essa exploração, que se estendeu de junho de 1885 a janeiro de 1886, foi realizada inteiramente sob minha própria responsabilidade, e por nenhum outro motivo senão pelo “simples amor à tarefa”.

Sendo limitados os recursos de que dispunha, evidentemente eram poucos os homens sob o meu comando, assim como, com relação às nossas provisões, tudo que posso dizer é que eram elas, por vezes, também poucas, e que, em con-

seqüência, nossas refeições eram feitas vez por outra. Contudo, apesar desses e de outros obstáculos, minha pequena expedição prosseguiu teimosamente o seu caminho para, depois de oito meses de sacrifício, retornar ao seio da civilização com a consciência de ter concluído de forma inteiramente satisfatória a missão a que se propôs.

O rio Doce está situado entre os paralelos 19° e 21° de latitude sul, e é formado por vários pequenos cursos d'água que descem da vertente oriental de uma importante cadeia de montanhas conhecida pelo nome de serra da Mantiqueira. (1) Esta cadeia, que se estende em direção nordeste, faz parte do irregular maciço litorâneo do Brasil, formando, por assim dizer, um "muro de arrimo" para a série de ondulosos planaltos que compõem a maior parte da região centro-sul do Brasil. (2) A extensão total do rio Doce é de pouco mais de 450 milhas.

A região da bacia do rio Doce que se situa a leste da serra dos Aimorés é uma planície coberta por densas florestas, que de uma elevação de cerca de 900 pés desce gradualmente até a costa. Próximo à costa essa planície se transforma numa extensa baixada de aluvião, coberta em grande parte por lagoas pouco profundas que se comunicam entre si por meio de longos, estreitos e sinuosos cursos d'água chamados **valões**. (3) A maior dessas lagoas é a Juparanã, que se comunica com o rio Doce, cerca de 30 milhas acima da foz, através de um canal estreito, tortuoso e profundo com sete milhas de extensão. A lagoa tem um comprimento de 18 milhas, e uma largura de aproximadamente 2 1/2 milhas em sua extremidade sul. É muito profunda e, à exceção de certos terrenos baixos de aluvião em suas extremidades norte e sul, está cercada de altos paredões cobertos de matas, compostos principalmente de barro avermelhado sobre uma ca-

(1) O ponto culminante dessa serra é Itatiaia-açu que, de acordo com Wells, está 10.040 pés acima do nível do mar, sendo «o ponto mais alto que se conhece do Brasil».

(2) Vide o interessante trabalho do Sr. Wells sobre a «Geografia física do Brasil», lido perante esta Sociedade em 8 de fevereiro de 1886.

(3) Em português no original, como todas as demais palavras em negro no texto. (N. do T.)

mada de áspero cascalho vermelho. Ao norte da lagoa deságua um rio — O São José, (4) que nasce na serra dos Aimorés e banha um território inexplorado, habitado por grupos nômades de ferozes botocudos. Na totalidade de seu curso, o São José atravessa densas florestas em que se encontra grande quantidade dessa árvore tão procurada que é o **jacarándá** (*Bignonia coerulea* Will).

Com a exceção de dois deles, nenhum dos afluentes do rio Doce é navegável, em razão das numerosas quedas d'água e corredeiras que, em muitos trechos, obrigam o viajante a carregar por terra a sua canoa. Os rios Suçuí-Grande e Santo Antônio são os afluentes que se prestam melhor para a navegação, o segundo apresentando-se livre de obstáculos num trecho relativamente pequeno de 20 milhas de extensão. Já o rio Suçuí-Grande apresenta uma forte queda d'água pouco antes de sua confluência com o rio Doce, mas desse ponto em diante permite uma navegação ininterrupta por várias milhas.

Em seu curso principal, o rio é navegável até Porto do Souza, a 120 milhas de distância de sua foz. Logo acima de Porto do Souza se encontra uma série de fortes corredeiras conhecidas como Escadinhas. Sendo impraticável a sua travessia, nesse ponto as canoas precisam ser puxadas por terra, com o uso de bois, num trecho de 3 1/2 milhas. Daí em diante, sucedem-se, em maiores ou menores intervalos, as quedas d'água e corredeiras.

O grande encanto dessa região do Brasil está nas imensas florestas virgens que cobrem, com grandiosidade sem par, quase a totalidade da área banhada pelo rio Doce e seus numerosos afluentes. Em ambas as margens do rio, e durante a maior parte do seu curso, essas belas florestas, abundantes em uma centena de espécies da melhor madeira, chegam até à beira d'água, formando uma muralha quase im-

(4) Nos mapas dessa região do Brasil até agora publicados, esse rio tem o nome de São Rafael, erro porém que não é muito de admirar, considerando o número de incorreções que se encontra em qualquer mapa que pretenda representar o vale do rio Doce. Um dos mapas que compulsei no Brasil mostrava três ou quatro grandes ilhas na lagoa Juparanã, quando nela só existe uma única ilha, a do Imperador, e por sinal muito pequena.

penetrável da vegetação tropical mais esplendidamente natural que possa ser imaginada. No momento em que o viajante, mediante o uso por assim dizer sacrílego de machado e facão, logra forçar sua entrada nos recônditos sombrios desses vastos templos da natureza, a grandeza e a imobilidade como que de morte que dominam o cenário lhe transmitem a impressão de se encontrar em terreno sagrado.

As vastas áreas de mata virgem que se estendem ao norte do rio Doce mantêm-se até hoje praticamente invioladas pelo homem civilizado, (5) razão por que seus soturnos interiores oferecem refúgio seguro para as numerosas tribos de botocudos, que por ali vagueiam nas mesmas primitivas condições em que viviam seus ancestrais à época do descobrimento do Brasil, cerca de quatro séculos atrás. Vez por outra esses índios assaltam as povoações mais avançadas, ocasiões em que aproveitam para saldar, com juro terríveis, "velhas contas" que ficaram arraigadas no espírito por natureza vingativo desses selvagens. A antropofagia é ainda a ordem do dia entre algumas das tribos mais selvagens, mas é consolador saber que esse hediondo costume está desaparecendo rapidamente, devendo deixar de existir dentro de pouco tempo.

Para que se possa explorar o vale do rio Doce, esses índios, que totalizam, eu diria, cerca de 7.000 indivíduos, precisam antes ser civilizados, ou pelo menos trazidos a um estado parcial de civilização. Os botocudos têm resistido tenazmente a todas as tentativas de civilização feitas nos últimos 380 anos, mas acredito firmemente que uma expedição bem organizada possa realizar essa tarefa em espaço de tempo relativamente curto. Daí adviriam enormes benefícios; as margens do rio Doce poderiam ser não digo colonizadas, mas povoadas, e o Brasil teria aberta e em condições de prosperidade uma das mais ricas regiões de seu vasto império.

-
- (5) Os primeiros colonizadores do Brasil foram atraídos ao interior do país pela esperança de encontrar ouro, e nessa busca sempre utilizavam os rios como vias de penetração. Daí por que em muitas partes do Brasil encontramos regiões inteiramente inexploradas embora exista civilização em torno delas.

Existem hoje somente três pequenas povoações nas margens do rio Doce, nenhuma das quais se pode chamar de próspera. Linhares, situada na margem esquerda do rio, a 30 milhas da foz, é um lugarejo decadente, de que teremos ocasião de falar mais adiante. Guandu, povoado bem próximo à confluência do rio do mesmo nome, não é o que poderia ser, devido às dificuldades de comunicação com outros portos. Todos os produtos, de que o principal é o café, precisam ser levados por terra (6) até Vitória (a capital da província), num percurso de dez dias. Em Guandu vivem quatro ou cinco colonos americanos, miseráveis remanescentes de um grupo que imigrou para o Brasil logo após a Guerra Civil. Estes colonos, assim que desembarcaram no Rio de Janeiro, foram despachados para o rio Doce, a fim de explorarem os recursos naturais do território e, ao mesmo tempo, fazerem suas próprias fortunas. Levados a acreditar que, dentre todas as regiões da terra, o vale do rio Doce era o lar ideal para os sulistas, entregaram-se com entusiasmo à oportunidade que se lhes oferecia. Logo perceberam, todavia, que tinham sido enganados por quem os persuadira a deixar sua terra natal. Os que puderam fazê-lo, partiram daquele pretenso "lar", mas os que permaneceram, por não terem outra alternativa, foram gradualmente de mal a pior, de forma que hoje não há quase um só deles que não daria de bom grado tudo que possui (que, aliás, é praticamente nada) em troca de uma oportunidade de dar as costas para sempre ao rio Doce e à sua triste experiência. A terceira e última povoação às margens do rio é Figueira. Os habitantes, em número de 700 aproximadamente, claro que conseguem subsistir de um dia para o outro, mas além disso não há muito a ser dito.

O sal constitui o principal artigo de comércio no rio Doce mas, devido à dificuldade de seu transporte, em ca-

(6) Quando se tiver inaugurado a navegação a vapor no curso inferior do rio Doce, essa fatigante viagem terrestre se tornará coisa do passado. Um vapor poderia vencer em dois dias, ou no máximo dois dias e meio, a distância que vai de um ponto pouco abaixo de Guandu até a foz do rio. Alguns anos atrás propôs-se construir uma ferrovia de Vitória até Natividade (três milhas além de Guandu), chegando de fato a empresa Waring Brothers, do Rio de Janeiro, a executar os trabalhos de sondagem, etc., mas até o presente momento as obras da ferrovia em si não tiveram início.

noas, do litoral até o interior, se torna, no final da jornada, um artigo de luxo extremamente caro. No Rio de Janeiro uma saca de sal pesando 60 libras custa, por alto, 1s. 8d. Na foz do rio Doce, seu valor se eleva para 3s. 4d. Em Guandu a mesma saca de sal já é vendida por 5s., em Cuté por 13s. e em Figueira por algo em torno de 16s. 8d.

O vale do rio Doce pode ser descrito como uma grande lacuna no edifício de civilização que, nos últimos 370 anos, se vem lentamente erigindo ao longo das 4900 milhas de litoral brasileiro. Há poucas dúvidas de que o Espírito Santo é hoje a mais pobre de todas as províncias do império — ou pelo menos a mais pobre dentre as províncias litorâneas. E no entanto não vejo por que essa pobreza deva continuar numa província que tem condições de gerar os mesmos produtos que as outras. Não existe em todo o Brasil um território mais rico que aquele situado entre os rios Mucuri e Doce, e todavia aquilo é, metaforicamente falando, um deserto. Quase 25.000 milhas quadradas de terra rica e habitável jazem ali inaproveitadas devido ao pavor que aos moradores do Espírito Santo, como também aos de Minas Gerais, os índios inspiram. É mais do que provável que o povo das duas províncias nunca tomará providências para o melhoramento desse território; portanto, se alguma coisa há de ser feita no sentido do progresso dessa rica região do Brasil, terá de ser feita pelo governo imperial.

A propósito, alguns dos **matutos** fazem uma idéia bastante curiosa do significado do termo “governo”. Um deles informou-me que, se lhe acontecesse de ir um dia ao Rio de Janeiro, faria questão de “visitar o cavalheiro”. E com toda a sua simplicidade rústica ainda me perguntou se por acaso eu sabia qual o horário de expediente do cavalheiro (ou seja, do governo).

Não resta dúvida de que a futura riqueza dessa região do Brasil está na imensa reserva de valiosas madeiras que suas matas virgens contêm. Algumas das principais variedades ali encontradas são as seguintes:

Nome Popular	Nome Científico	
	Espécie	Família
Jacarandá	<i>Bignonia caerulea</i> , Willd.	Bignoniaceae
Peroíba	<i>Bignonia similatrapea</i> .	Bignoniaceae
Maçaranduba	<i>Mimusops excelsa</i>	Sapotaceae
Ipê	<i>Tecoma Ipê</i>	Bignoniaceae
Sapucaia	<i>Lecythis ollaria</i> , L.	Myrtaceae
Coração de negro		Leguminosae
Pau d'arco	<i>Bignonia chrysantha</i> , Willd.	Bignoniaceae
Vinhático		Leguminosae
Angico	<i>Acácia angico</i> , Mart.	Leguminosae
Argelim pedra	<i>Andira spectabilis</i> , Sald.	Leguminosae
Braúna		
Bicuiba	<i>Myristica officinalis</i>	Myristicaceae
Araribá		
Sicupira	<i>Robinia coccinea</i> , Aubl.	Leguminosae
Pequiá	<i>Marfim</i>	Leguminosae
Guarabu	<i>Astronium coccineum</i>	Terebinthaceae
Copaíba	<i>Copaifera officinalis</i> , L.	Leguminosae
Andiroba	<i>Carapa guyanensis</i> , Aubl.	Meliaceae
Almecegueiro	<i>Bursera gumifera</i> , L.	Terebinthaceae
Plantas :		
Guaxima	<i>Helicteres meliflua?</i>	Sterculiaceae
Ipecacuanha	<i>Cephoelis Ipecacuanha</i> , Rich.	Rubiaceae
Salsaparrilha	<i>Smilax salsaparrilha</i> , Linn.	Asparagineae
Sassafrás	<i>Ocotea cymbarum</i> , Hunt.	Laurineae
Jumbeba	<i>Cactus opuntia</i> , L.	Cactaceae

O valioso pau-brasil (*Caesalpinia brasiliensis* Linn., Fam. Leguminosae) é encontrado em diversas áreas do rio Doce, sobretudo no curso inferior do São José.

No que se refere às riquezas minerais dessa região do Brasil, não posso informar senão pouca coisa. O ouro existe em vários locais, principalmente nas vizinhanças de Cuité. Em Onça encontramos numerosos espécimes do mineral conhecido como cristal brasileiro, e no curso superior dos rios Pancas e São José encontramos granadas. Sinais da existência de minério de ferro podem ser vistos em quase toda parte, e em muitos pontos do rio descobrimos uma espécie de talco. Segundo se conta, grandes quantidades de ouro teriam sido descobertas, anos atrás, perto das cabeceiras do rio São José.

O clima dessa região é de modo geral saudável. Se não fosse assim, acredito que meu pequeno grupo de exploradores, exposto a ele durante oito meses fatigantes, teria sofrido piores efeitos do que foi o caso. O calor é por vezes bastante forte, mas tornam-no mais tolerável os ventos alísios, carregados de umidade, que provocam uma equilibrada distribuição de chuva ao longo do ano, fazendo do vale do rio Doce um dos pontos mais férteis e luxuriantes do Brasil.

O primeiro explorador que tentou subir o curso do rio Doce parece ter sido Sebastião Fernando Tourinho. No **Dicionário da Província do Espírito Santo** constatamos que, no ano de 1572, Tourinho partiu de Porto Seguro com o objetivo de explorar o rio Doce, mas a insuficiência de meios levou-o de volta a Porto Seguro a fim de renovar suas provisões, retomando a seguir sua jornada. Até que ponto do rio Tourinho chegou, não sabemos; tampouco sabemos, com exatidão, o caminho por ele seguido. Consta, porém, que os índios o teriam ajudado em sua exploração, em mais de uma oportunidade.

O príncipe Maximiliano von Neuwied informa que, durante suas viagens pelo Brasil (1815-17), visitou o curso inferior do rio Doce, embora me pareça que sua exploração se tenha limitado às regiões próximas da vila de Linhares, distante 30 milhas da foz do rio.

A época em que a grande Expedição Agassiz procedia às suas pesquisas no Brasil (1865), o professor Hartt, um dos seus líderes, subiu o rio Doce até Porto do Souza. Em

trabalho valioso intitulado **Resultados científicos de uma viagem ao Brasil**, aquele eminente geólogo americano fez um relato de sua exploração, realizada em companhia de um certo Sr. Edward Copeland, um dos voluntários da Expedição Agassiz.

Algumas tentativas têm sido feitas no sentido de melhorar as condições comerciais dessa rica região brasileira, fracassando todas elas, infelizmente, até o momento. Devo mencionar ao menos uma dessas tentativas, organizada, em 1857, por um filantropo brasileiro, Dr. Nicolau Rodrigues da França Leite. Esse cavalheiro, tendo obtido autorização (e algo mais substancial) do governo imperial, esforçou-se para instalar um certo número de colonos — sobretudo italianos — nas margens do rio Doce, numa localidade conhecida como Fransilvânia e também numa outra chamada Limão. Mas o bem-intencionado trabalho do Dr. França Leite fracassou, e de tal forma que não resta hoje o mais leve sinal de que essa tentativa de colonização tenha sido jamais feita. Não há dúvida de que foi o assassinato, por um grupo de botocudos, do jovem Avelino (parente próximo do Dr. França Leite), a causa principal que levou à dissolução da colônia. Esse lamentável incidente ocorreu em 1860, em circunstâncias realmente trágicas. O Dr. França Leite, supervisor da colônia, foi chamado ao Rio de Janeiro a negócios, sendo substituído em sua ausência por Avelino. Era costume dos *nackinhapmãs* — a tribo de botocudos que habitava as vizinhanças — visitar a colônia de vez em quando a fim de obter um ou dois artigos, como tabaco, além de provar alguma coisa da comida civilizada. As coisas correram assim tranqüilamente durante algum tempo até que, gradualmente, os índios começaram a tomar antipatia por Avelino. Por quê, ou como, não sou capaz de dizer. Um dia os índios vieram à colônia e, na presença de Avelino, mataram o seu cão, deliberadamente, a tiros. Diante disso, dois ou três amigos de Avelino (entre eles o meu intérprete Moreira) aconselharam-no com veemência a deixar a colônia mas o jovem não lhes deu ouvidos e permaneceu corajosamente em seu posto. Passaram-se algumas semanas e os mesmos índios apareceram novamente na colônia. Desta vez, não havendo outros cães para matar, assassinaram o próprio Avelino, golpeando-lhe a nuca com um machado no momento em que ele fazia calmamente sua refeição. Em seguida os índios puseram fogo às poucas choças, cobertas por folhas de palmeira, que compunham a colônia, e, dividindo o corpo do pobre Avelino em postas,

assaram-no e, depois de descansar um pouco para facilitar a digestão, partiram novamente para seus redutos. Esse incidente se torna ainda mais trágico tendo em vista que Avelino deveria casar-se em breve com uma prendada jovem que, na época, vivia em Linhares.

Passo agora a dar um roteiro aproximado de minha viagem:

A 7 de junho de 1885 saí do Rio de Janeiro, num pequeno navio-costeiro brasileiro com destino a Santa Cruz, na província do Espírito Santo. Antes de deixar o Rio de Janeiro, adquiri todas as provisões, munições, etc., que calculei seriam necessárias para a viagem. Prazia então que a exploração do rio Doce exigiria de mim cerca de seis meses. Os principais artigos adquiridos foram **carne seca**, **bacalhau** e **farinha**, compreendendo sessenta grandes pacotes.

Na noite de 8 de junho o pequeno vapor **Mayrink** chegou a Vitória, capital da província do Espírito Santo, e na manhã seguinte fui a terra a fim de cumprimentar o presidente da província, Dr. Laurindo Pitta de Castro, que pareceu interessar-se vivamente por minha exploração. A 10 de junho chegamos ao pequeno porto marítimo de Santa Cruz, onde saltei com minhas provisões. Um pequeno vapor costumava fazer ocasionalmente o trajeto entre Santa Cruz e Linhares, vila às margens do rio Doce, mas por ocasião de minha chegada esse vapor estava quebrado, o que não me deixou alternativa senão dirigir-me a Linhares por terra. Felizmente um certo Senhor Pinto estava se preparando para fazer essa viagem, de forma que pude acompanhá-lo. Deixando Santa Cruz no dia 11 de junho, chegamos ao rio Doce após dois dias de penosa marcha, a cavalo, por um terreno algo montanhoso. Linhares é uma vila insignificante, que consiste em pouco mais do que uma praça, com casas pequenas e, em sua maior parte, habitadas por roceiros que não pareciam ter outra ocupação regular senão a de ficar à toa.

O príncipe Maximiliano, em suas **Viagens** (1815), descreve Linhares como “um lugarejo pobre e insignificante, as casas baixas e modestas (...) feitas de barro, sem reboco, e pequenas. Foi construída em forma de quadrado; não existe igreja ainda, mas somente uma grande cruz de madeira. A missa é rezada no interior de uma pequena casa”. Lamento dizer que, assim como era em 1815, assim é Linhares hoje,

com uma única exceção. Na época da visita do príncipe não havia nem tinha havido igreja, enquanto hoje se pode ver, por suas ruínas, que pelo menos duas igrejas foram iniciadas, em períodos diferentes, sem que nenhuma delas tenha sido concluída. Uma dessas igrejas redundou em malogro total, e a outra, ou melhor, o que dela resta, transformou-se numa ferraria.

O passado histórico de Linhares bem serve para justificar sua condição atual. Segundo lemos no **Dicionário da Província do Espírito Santo** (já citado antes), Linhares foi fundada no ano de 1792, povoando-se com criminosos que, tendo escapado ao braço da lei, encontraram nas regiões banhadas pelo rio Doce uma espécie de refúgio.

Apesar de todas as suas limitações, porém, creio que em alguma época futura Linhares há de tornar-se um próspero centro comercial. O terreno em que se levanta é sem dúvida o local mais adequado para uma cidade em todo o vale do rio Doce, situando-se bem acima do nível do rio e, portanto, fora do alcance das grandes cheias que aí ocorrem anualmente.

Por volta de 28 de junho eu já tinha adquirido minhas canoas e posto a expedição de certa forma em funcionamento. Tinha contratado seis homens (quatro brasileiros, um escocês e um intérprete português) para acompanhar-me. Assim, minha primeira viagem foi até à foz do rio. Chegamos aí ao meio-dia de 1.º de julho, montando acampamento numa longa e arenosa faixa de terra na margem norte do rio, do lado oposto a Regência. Aí o rio Doce tem uma largura de cerca de milha e meia. Era meu desejo demorar-me aí algum tempo, a fim de fazer um exame detalhado do que, segundo se pode esperar, será um dia um importante porto brasileiro. Mas atualmente a Barra do Rio Doce não é incluída na mesma categoria de outros portos do Império, ainda que, em alguns casos, bem inferiores. Além do fato de que alguns pequenos veleiros, vindos do Rio de Janeiro, atracam aí vez por outra com o objetivo de embarcar madeira (principalmente jacarandá), não há atividade comercial nenhuma.

A 9 de julho regressamos a Linhares, partindo de novo a 16 a fim de explorar a lagoa Juparanã e o rio São José. Nessa viagem descobri um erro que tem sido cometido em to-

dos os mapas dessa região até agora impressos, ou seja, o erro que mostra dois rios (o São Rafael e o rio Preto) desaguando na extremidade norte da lagoa Juparanã, quando na realidade existe apenas um rio que deságua nessa lagoa, e esse rio tem o nome de São José. Ademais, esse rio nunca tinha sido explorado antes, (7) até que eu e meus companheiros subíssemos o seu curso. Um mês inteiro foi gasto em subir e descer esse rio.

Nosso maior problema foi a destruição quase total de nossa canoa ao atravessarmos uma corredeira, e o menor foi termos de tomar café sem açúcar durante mais de uma quinzena. Deparamo-nos ao todo com mais de uma dúzia de cachoeiras, e corredeiras em grande número. A primeira **cachoeira**, subindo-se o rio, tinha cerca de 100 jardas de comprimento, com uma queda total de 24 pés, o que representou, no que nos dizia respeito, um dia e meio de ingentes esforços. Refiro-me ao tempo que levamos para subir a cachoeira. Em nossa viagem de regresso, porém, não levamos mais que meio minuto para descê-la. Além das corredeiras, outro tipo de obstáculo com que nos defrontávamos eram as moitas cerradas de uma árvore leguminosa conhecida pelo nome de **ingá**, que abunda no curso superior do rio. Em muitos trechos éramos forçados simplesmente a abrir caminho por entre essas moitas de ingá. (8)

O ponto extremo do rio São José por nós atingido foi uma catarata pitoresca a que chegamos na tarde de 26 de julho. Ficamos dois dias acampados junto a ela, iniciando o regresso na manhã de 29. Dei à catarata o nome de Leila. O aspecto que apresenta é de grande beleza, com cerca de 40 pés de altura e 80 de largura. Estávamos

(7) O Professor Hartt, em seu trabalho **Resultados científicos de uma viagem ao Brasil** (Agassiz), informa: "Ao norte da lagoa (Juparanã) deságua um pequeno rio. (...) Ele nasce na floresta, em plena região dos botocudos, e nunca foi explorado".

(8) Existem cerca de 140 espécies de ingá. Aqui se trata da espécie conhecida pelo nome de **Ingá bahiensis** Benth. Essa árvore é notável devido à maneira como se espalha. Só é encontrada nos trechos em que os rios atravessam terreno pantanoso. Nos pontos em que os rios se estreitam (18 pés de largura, por exemplo) os ingás, cujas raízes principais crescem nas margens, lançam um sem número de ramos que se estendem sobre as águas e dentro delas, entrelaçando-se de maneira muito cerrada, o que cria obstáculos à navegação.

então no centro do território habitado por uma tribo de botocudos, os pojicha. A certa distância da catarata Leila, bem no meio da floresta, descobrimos uma choça desabitada, pertencente a esses índios. Mais tarde fui informado de que, enquanto estávamos subindo o São José, esses índios pojicha estavam rondando a vila de São Mateus, levando pânico, às vezes, aos fazendeiros instalados nos pontos mais distantes daquele lugar. Os índios roubaram gado e além disso, tendo desaparecido as duas filhas de um rico fazendeiro, supõe-se que teriam sido levados pelos índios, bem para o interior da região, onde seria impossível resgatá-las.

Foi então que tive de enfrentar o pior problema que se me deparou durante toda a minha exploração, que reduzia a nada, em comparação, todo e qualquer perigo representado pelas cachoeiras, pelos índios, pelas feras, febres ou malária.

Pouco depois de meu regresso a Linhares descobri que, em razão de despesas imprevistas, esgotara-se todo o dinheiro que trouxera comigo do Rio de Janeiro. O que fazer? Não pude admitir a idéia de vender — e certamente com prejuízo — as provisões, munições, etc., destinadas à expedição, e abandonar assim o meu projeto; resolvi portanto expor aos meus homens o estado de coisas, e, reunindo-os, informei-os de que não havia como receberem seu pagamento até que a expedição retornasse ao Rio de Janeiro. Os homens já estavam preparados para tal notícia, pois sua contratação tinha sido feita nesses termos. Informei-os ainda de que não receberiam nem um centavo de adiantamento, além do que já lhes fora pago; em suma, que o dinheiro de que dispunha se esgotara inteiramente. Os homens ficaram um tanto chateados, e um ou dois começaram a resmungar que, nesse caso, eles não iriam adiante. Apelei então para os seus bons sentimentos num discurso estudado, e minhas palavras produziram o efeito desejado. Eles ficaram sentados em silêncio alguns momentos, entreolharam-se como ovelhas desgarradas e depois disseram em coro: "Doutor! nós vamos com o senhor até o fim." Não houve necessidade de mais palavras: com um cordial aperto de mão selou-se o contrato de fidelidade. Tendo assim conquistado a lealdade dos homens, decidi partir de Linhares o mais breve possível. Deste modo, a 31 de agosto iniciamos nossa longa e árdua jornada.

A 3 de setembro alcançamos a confluência do rio Pancas, um dos afluentes da margem esquerda do Doce, a 54 milhas acima de Linhares. Era minha intenção subir esse rio da mesma forma como subira o São José; assim, no dia seguinte, quatro dos homens, juntamente comigo, partiram na canoa menor, a **Lily**, deixando Adriano e William por conta do acampamento principal e do grosso das provisões. Pouco depois do meio-dia chegamos à primeira cachoeira do rio Pancas (cachoeira dos Bugres). Aí tivemos de descarregar a canoa a fim de transportá-la através das pedras. As cinco horas da tarde tivemos a satisfação de acampar acima da cachoeira.

No dia seguinte passamos por duas corredeiras, a pequena distância uma da outra, e para vencê-las tivemos novamente de retirar a carga da canoa. As 2 da tarde chegamos a mais uma corredeira, com cerca de 200 jardas de comprimento, muito estreita e violenta. Descarregamos a canoa para transportá-la pelas pedras da margem oriental da corredeira, num percurso de 160 jardas. O resto da tarde velejamos com tranqüilidade, à exceção de um trecho do rio que estava mais ou menos bloqueado por ingás.

A 6 de setembro percebemos as primeiras pegadas de índios e, no dia seguinte, após superarmos outras quatro corredeiras, encontramos uma ponte usada pelo índios — um estreito tronco de árvore caído através do rio — com um longo cipó esticado de fora a fora e atado a uma árvore de cada lado de forma a servir como uma espécie de corrimão; os índios tinham utilizado essa ponte natural a fim de permitir a passagem de suas mulheres e filhos. Outras evidências da presença dos índios nas proximidades apareciam à medida que continuávamos subindo o rio. Passamos por outra ponte rústica, percebendo nítidas pegadas em quase todos os bancos de areia. Fizemos a medida de algumas dessas pegadas e constatamos que os índios (quaisquer que sejam seus outros defeitos) em todo caso possuem pés pequenos. Descobrimos também um aparato de pesca. Era coisa simples, consistindo de algumas estacas enterradas no leito de um trecho raso do rio, formando assim uma espécie de cerca ou armadilha.

Próximo ao entardecer nosso progresso foi impedido por um grande jequitibá que tinha tombado sobre o rio. Tivemos de esperar cerca de um quarto de hora até que os

homens cortassem a machado o obstáculo. Foi nesse momento que tivemos a certeza de que os índios ou **bugres** estavam bem próximos de nós, pois, quando os homens pararam um pouco para descansar, pudemos ouvir distintamente um ruído como se alguém estivesse fugindo pela floresta. Mandeí que Moreira gritasse ao fugitivo para se mostrar, que não havia perigo; mas o fugitivo, quem quer que fosse, não obedeceu. Removida a árvore, continuamos nossa viagem rio acima. O rio, aliás, começava a fazer-se muito estreito, e nosso avanço era com frequência dificultado por troncos caídos e por densas moitas de ingá.

Às 5:30 da tarde, os homens já inteiramente exaustos, avistamos um pequeno banco de areia, onde passamos a noite, dormindo em terreno coberto por grande número de pegadas recentes dos **bugres**.

No dia seguinte tivemos nosso primeiro encontro com os índios. Tínhamos acabado de dobrar uma curva do rio quando percebi uma figura avermelhada espiando por entre as árvores, a uma distância de não mais que dez jardas da canoa. Isso foi o bastante. No profundo silêncio daquele local primevo, a voz do velho Moreira, em obediência a ordem minha, soou forte e claramente, gritando: "Juck-jum-nook Jacarung!... ning amancoot... ouroohoo-o-o-o!" — o que significa: "Somos amigos; venham comer alguma coisa conosco". Durante muito tempo não houve resposta, embora pudéssemos distinguir os sussurros de uma conversa que se processava na floresta. Os **bugres** estavam, evidentemente, consultando-se uns aos outros sobre o que fazer. Mas foi preciso Moreira renovar o convite para que então nos respondessem que viriam até nós se prometêssemos que não lhes faríamos mal. "Fazer-lhes mal, Moreira? Eu diria que não. Diga-lhes que se aproximem como homens, que os trataremos como irmãos". O velho Moreira interpelou-os mais uma vez, e subitamente vimo-nos face a face com oito homens esguios, fortes, inteiramente nus, levando nas mãos um arco e várias flechas; dois ou três deles usavam, em torno do pescoço, pedaços de **imbira** dos quais pendiam pequenas facas de fabricação grosseira.

A tribo (9) a que pertenciam esses selvagens contava

(9) Essa tribo de botocudos é conhecida pelo nome de **nackinhapmá**, que significa **linda terra**.

cerca de setenta almas. Estivemos na companhia deles durante quase um mês, e nesse período tive a oportunidade de estudar seus modos e costumes, diariamente, desde o amanhecer até tarde da noite. Pela aparência física os botocudos (10) dificilmente poderão ser tidos como atraentes. Algumas das jovens, é verdade, são bonitas e bem formadas, mas essa beleza menineira não é duradoura, uma vez que, entre os botocudos, persiste o costume (provocado pela necessidade) de as moças casarem muito cedo. Foi-me dado ver um exemplo impressionante de um desses casamentos prematuros, em que o marido já tinha os seus vinte anos, enquanto sua companheira, que ficaria com ele por toda a vida, mal chegara à idade de nove anos. A altura média dos botocudos é cinco pés e quatro polegadas. Têm o peito muito largo, o que explica a facilidade com que envergam os arcos, que são muito rijos, sendo feitos da madeira dura e flexível da palmeira *airi* ou *brejaúba* (*Astrocaryum Ayri Mart.*). Os pés e mãos dos botocudos, embora pequenos, não são delicados, mantendo-se porém proporcionais às suas pernas e braços, que são finos mas musculosos. Quanto à cor da pele, encontram-se os mais variados matizes, sendo alguns indivíduos de um marrom-avermelhado escuro, enquanto outros, sobre-

-
- (10) Os colonizadores portugueses, no começo do presente século, deram a esses índios o nome de **botocudos** em razão de usarem eles o ornamento labial chamado **botoque**. Os botocudos anteriormente eram conhecidos pelo nome de **aimorés** ou **aimurás**. Martius classificou seis tribos (ou clãs) de índios, que encontrou nesta região do Brasil, sob uma só denominação, chamando-os **crens**, devido ao fato de essa palavra, que significa **cabeça**, estar presente em todos os vocabulários das línguas faladas pelas seis tribos, a saber, botocudos, puris, coroados, malalis, araris e xumetos. Descobriu-se também uma semelhança craniológica entre os sambaquis, uma nação pré-histórica que habitava o Brasil, e os botocudos. Essa descoberta levou algumas pessoas a imaginar serem os botocudos, possivelmente, os últimos remanescentes de uma época remotíssima. Usei aqui o termo **sambaquis** como se fosse o nome dessa nação pré-histórica. Na realidade, porém, o termo serve para designar apenas os amontoados de conchas, ou túmulos, em que são encontrados com frequência os crânios e instrumentos de pedra, etc., desses homens e mulheres (?) primevos. No Brasil esses restos humanos passam por pertencer ao **homem dos sambaquis**. As conchas mencionadas em relação a esses amontoados são conchas de ostras.

tudo as mulheres, são bastante claros. Com respeito às feições, impressionou-me o fato de esses botocudos mostrarem notável semelhança com os chineses, de modo que, se em vez de cortarem o cabelo em forma de cuia eles usassem um rabicho, quem os olhasse superficialmente mal poderia distinguir a diferença entre uns e outros.

Os botocudos são conhecidos principalmente pelo horrível costume de usar nos lábios e nas orelhas enormes ornamentos de madeira, costume que está desaparecendo rapidamente, e que atualmente só se encontra entre alguns dos índios mais velhos, que preservam inalterados todos os hábitos e costumes de seus antepassados.

Esses ornamentos labiais são feitos de uma madeira leve, a da barriguda (**Bombax ventricosa**, fam: **Bombaceae**). Há todo um processo a ser seguido, que se estende por toda a vida do indivíduo, para que o botocudo possa exibir um ornamento labial de, digamos, três polegadas de diâmetro. Aos três anos de idade tem início o processo, quando os pais fazem uma pequena perfuração no centro do lábio inferior da criança e em cada um dos lóbulos das orelhas, inserindo nos orifícios um pequeno tarugo de madeira com o diâmetro aproximado de um lápis. Daí a algumas semanas esse tarugo é substituído por outro maior, e assim por diante, até que o lábio (tendo-se esticado gradualmente) possa receber um **botoque** com a dimensão acima referida, ou seja, três polegadas de diâmetro. É comum ocorrer, com o passar do tempo, que o lábio, esticando-se em torno do botoque como se fosse uma tira de elástico, acaba por partir-se. Isso, porém, não impede que se continue a usar o botoque. Nesse caso o índio limita-se a atar as duas pontas de seu lábio por meio de um pequeno pedaço de imbira, solucionando o problema de uma forma muito mais prática do que ornamental.

De modo geral os botocudos vivem até uma idade avançada. Aquele que se reúne aos antepassados aos setenta anos é lamentado por seus parentes por ter falecido na flor da juventude, o que, porém, não impede os parentes de abandonar o moribundo no meio da mata se acontecer de estarem em viagem. Argumentam dizendo que, se o doente se recuperar, sempre poderá levantar-se e alcançá-los outra vez. E esse é realmente o caso, ainda mais que, quando viajam, os **bugres** têm o costume de marcar o caminho para quaisquer membros da tribo que se tenham atrasado na marcha, o que é feito quebrando-se ramos de árvores ao logo do trajeto.

Os botocudos se alimentam principalmente da noz de duas ou três espécies de palmeiras. Essas nozes (cuja casca é quebrada com o auxílio de pedras) são extremamente duras, e assim, para que os mais idosos e as crianças possam digerir adequadamente o alimento, as mulheres precisam mastigar as nozes até transformá-las numa polpa, que então retiram da boca e oferecem aos pais ou aos filhos, conforme o caso. Uns e outros aceitam com avidez esse alimento assim preparado e, além disso, parecem apreciá-lo bastante. As principais palmeiras que fornecem alimento aos botocudos são a airi (*Astrocaryum Ayri* Mart.) e a indaiá (*Attalea compta* Mart.). As nozes desta última são, porém, mais apreciadas pelos índios do que as da airi, que têm um sabor um tanto amargo. As nozes da indaiá contêm ainda uma grande quantidade de óleo.

Esses índios passam os dias caçando, pescando e cuidando de seus arcos e flechas, enquanto as mulheres cuidam das crianças, juntam nozes e outros frutos para o consumo diário e executam o grosso do trabalho pesado para os seus senhores. Sempre que se precisa erguer uma nova choça, as mulheres é que se fazem de arquitetas e construtoras, e sempre que a tribo está em mudança, as mulheres se transformam simplesmente em veículos de transporte, já que os homens não se dignam a carregar nada a não ser seus arcos e flechas. Vestimentas de qualquer tipo são inteiramente desconhecidas por esse povo selvagem.

Os bugres não têm hora certa para as refeições, não sabendo, aliás, se de uma hora para outra encontrarão alguma coisa para comer. Dessa forma não estão sujeitos a nenhuma lei ou norma doméstica. Dormem à hora que lhes apraz; caçam, pescam, cantam e dançam sempre que lhes der vontade, e comem quando podem.

Entre os botocudos é permitida a poligamia, embora raramente se encontre quem se dê ao luxo de ter mais de uma esposa, sabendo-se muito bem que teria de obter comida (através da caça, etc.) não somente para uma outra esposa mas, com toda a probabilidade, para uma outra família; e isso representa uma grande preocupação, já que as florestas virgens não contêm de forma alguma uma reserva inexaurível de caça; muito pelo contrário, a caça é extremamente rara, e exige um trabalho de rastreamento muito cuidadoso da parte do caçador. Essa escassez de animais, contudo, se verifica apenas nos setores da mata mais freqüentados pelos índios. Daí por que encontramos em certos locais (no trecho su-

perior do rio Tambaquari, por exemplo) grande quantidade de caça, enquanto em outros locais ela se acha quase extinta. (11)

Os botocudos não dispõem de nenhuma forma de governo, embora cada tribo tenha o seu chefe (**capitão**). O chefe, porém, não exerce nenhuma autoridade real sobre sua tribo. Geralmente é ele o melhor caçador e, sendo assim, cabe-lhe em grande parte a responsabilidade de obter caça, principalmente em períodos difíceis.

A religião desses índios é primitiva ao extremo. Acreditam na existência de um certo grande espírito que criou o mundo (o mundo deles), mas não lhe oferecem nem preces nem sacrifícios. Sobrevindo uma tempestade, interpretam-na como um sinal de que o grande espírito (cupã) está furioso, o que lhes provoca em consequência um grande temor. Alguns dos membros mais corajosos da tribo, porém, atiram tições para o ar, na crença de que esse gesto aplaca a fúria do grande espírito, amainando-se então a tempestade. Acreditam que, quando um homem morre, seu fantasma fica errando pela terra como se à procura de alguém a quem possa devorar, isto é, o fantasma do **bugre** causará danos a todos os que o maltrataram em vida ou, por outro lado, trará benefícios aos que lhe possam ter feito bem neste mundo. Esses índios fazem apenas uma vaga idéia do maligno, que acreditam residir no corpo de um certo pássaro noturno, que tem o hábito de guinchar durante as mais absurdas horas da noite, despertando o **bugre** de seu sono.

A 27 de setembro continuamos nossa viagem rio acima, chegando no dia seguinte a uma localidade chamada Mutum. Aqui, na margem direita do rio, existe uma peque-

(11) A escassez de animais nos territórios índios será sem dúvida a causa principal para o futuro desaparecimento dos índios selvagens nessa região do Brasil. Tome-se como exemplo o caso da tribo **nackinhapmá** do rio Pancas. Esses índios dominam uma certa área que percorrem livremente sem serem incomodados por nenhuma outra tribo. Suponha-se porém que, devido à falta de caça, os **nackinhapmás** penetrassem no vizinho território dos **incutcracks**. Qual seria a consequência? Assim que os **incutcracks** tivessem conhecimento da invasão, pegariam em armas para se entregarem a um renhido conflito, de que resultaria o completo extermínio de uma ou outra das duas tribos.

na aldeia de índios semi-civilizados, compreendendo vinte e quatro almas, sendo seis homens (com calças), oito mulheres (com anáguas), e dez crianças (com coisa alguma). Essa aldeia está sob a supervisão do governo imperial. Na margem esquerda — bem em frente à aldeia — estão as ruínas de uma missão fundada, cerca de quinze anos atrás, por um digno monge capuchinho, Frei Bento. O objetivo da missão era civilizar os índios das vizinhanças de Mutum, mas em razão de um desentendimento surgido entre os índios civilizados da missão e a tribo selvagem conhecida pelo nome de incutcrack, todo o projeto fracassou; o intérprete de Frei Bento, Daniel, foi morto, e os demais membros do pequeno núcleo, se não tivessem fugido para o outro lado do rio, teriam sem dúvida partilhado o mesmo destino. A partir desse episódio trágico a missão foi relegada ao mais completo abandono, dela restando hoje apenas as ruínas desoladas de algumas moradias e uma grande cruz de madeira a assinalar o local em que a filantropia tentou fixar residência, mas sem ter êxito.

A 6 de outubro chegamos a Guandu. Estávamos então ao pé das imensas quedas d'água chamadas Cachoeira das Escadinhas. Fui obrigado a abandonar a pequena canoa em Guandu, já que teria sido absurdo tentar transportá-la mais além, devido ao ímpeto das águas que nos seria dado enfrentar pelo restante da viagem.

Com certa dificuldade providenciámos com um natural de Guandu a utilização de seis bois e, com a ajuda deles, conseguimos arrastar nossa canoa grande por terra — uma distância de três milhas — até um lugar chamado Natividade. Aí pudemos retomar o rio, só que antes disso foi preciso trazer de Guandu também o nosso acampamento. Essa tarefa não contou com a ajuda dos bois, pois já não tínhamos condições de pagar novo aluguel. Da primeira vez tivemos de lançar mão de nossas provisões a fim de recompensar o dono dos bois pelo serviço de forma que não nos era possível ceder nada mais em forma de alimento. Quanto a pagamento em dinheiro, estava fora de questão. Começamos a 12 de outubro a mudança do acampamento, e somente após uma semana de tediosas marchas pela floresta densa é que tivemos a satisfação de acampar acima das quedas que tanto problema nos tinham causado.

Na cachoeira chamada do Inferno, e na do M, fomos obrigados a puxar a canoa por meio de cordas feitas de ci-

pós. Amarra-se uma corda à proa da canoa e dois homens, segurando-a com firmeza, pulam de uma pedra para outra e vão assim rebocando a canoa. Um terceiro homem permanece à proa da canoa, evitando por meio de uma longa vara que a canoa se choque contra as pedras; ao mesmo tempo o piloto, com seu pesado remo de largas pás, dirige a canoa através das estreitas passagens entre as pedras, gritando ordens para os homens de uma tal maneira que leva a pensar que a canoa e toda a sua carga estão à beira de uma perda inevitável. O ruído da correnteza vem completar o quadro de confusão que sempre prevalece durante a subida de uma corredeira.

A 29 de outubro atingimos a confluência do Suçuí-Grande, um dos principais afluentes do rio Doce. Nele penetrando, verificamos ser um afluente largo e profundo. Nosso percurso foi fácil por cerca de duas milhas ou mais, até que tivemos de parar. Como de regra, o obstáculo era uma cachoeira. Logo abaixo dela, num banco de areia, armamos o acampamento. Nossas provisões tinham-se finalmente esgotado, e lá estávamos nós, ao pé dessa primeira cachoeira do Suçuí-Grande, dependendo de nossas armas para futura subsistência. A última colher de açúcar se tinha dissolvido, a última caneca de café tinha sido servida, o último grão de farinha já se fora, e o único pedaço que restava de **carne seca**, com suas três polegadas de tamanho e meia polegada de espessura, dera bolor naquela manhã mesma. Os homens se comportaram admiravelmente nessas circunstâncias, deixando escapar pouquíssimas queixas, embora bem sei que os coitados se sentiam por vezes tentados ao motim. Apesar de tudo subimos o Suçuí-Grande e, a 5 de novembro, penetramos no Tambaquari, afluente daquele.

Decidi subir o Tambaquari da mesma forma como subira os rios São José e Pancas. Os homens, contudo, embora eu os tivesse por mais de uma vez inteirado da minha intenção de explorar esse rio, fingiram não saber nada a respeito, perguntando, após termos remado uma curta distância, se já não era a hora de voltar. “Não, adiante, até que eu diga que é hora de voltar” respondia eu a essa insinuação da parte deles. Os homens prosseguiram comigo; e não foi senão a partir de 24 de novembro que começamos a regressar.

A 12 de novembro, tendo chegado a uma cachoeira que a canoa grande não tinha condições de ultrapassar, começamos a construir uma canoa menor, tarefa que nos ocupou

durante três dias, ainda mais porque só dispúnhamos de machados para trabalhar. Terminada a canoa, que foi feita de uma madeira um tanto macia, descobrimos que nela só cabiam cinco pessoas, e mesmo assim o nível da água ficava a apenas três polegadas da amurada. Assim, foi necessário deixarmos dois homens no acampamento de Cachete, enquanto os outros cinco partiram nesse arriscado meio de transporte, continuando nossa exploração do rio Tambaquari. A 24 de novembro regressamos dessa exploração, que nos levou até um ponto à distância de 32 milhas de sua confluência.

À vezes dispúnhamos de comida até de sobra, enquanto outras vezes a nossa dispensa (a proa da canoa) se mantinha completamente vazia.

Como substituto para o pão, recorriamos a um vegetal chamado **palmito**, que é constituído pela polpa de uma espécie de palmeira (**Euterpe oleracea** Mart.) que cresce em abundância nas densas florestas do rio Tambaquari. A fim de obter o palmito éramos obrigados a cortar a árvore inteira, daí por que, durante nossa exploração do Tambaquari, fizemos enorme devastação entre essas belas e esguias palmeiras. Abatíamos cerca de quinze árvores em média por dia, e posso calcular em torno de 450 o número de palmeiras que derrubamos durante aquela incursão, a fim de prover de alimento nosso pequeno e faminto grupo. É claro que não subsistimos unicamente à base do palmito, que, como indiquei, era um mero substituto do pão. Nossas armas nos prestavam um bom serviço abatendo uma variedade de caça.

Alguns dos animais, como macacos, pacas, cotias, capivaras, etc., constituíam uma deliciosa alimentação, enquanto outros eram inteiramente o inverso. O mesmo se aplica aos vários tipos de pássaros que caçávamos. No que se refere aos animais, os macacos eram os que mais apreciávamos, sobretudo os da espécie conhecida por "barbados" (**Myctes ursinus**). Entre os pássaros, nossa carne preferida era a de patos selvagens, mutuns, jacus, jacutingas e jacupembas (**Penelope marail** L.). Em uma ocasião tentamos comer uma arara, mas não foi possível. Chegamos à metade do que pensávamos que ia ser um bom petisco, e então resolvemos dar a sobra ao cachorro. Capivara também não é uma comida gostosa, por ser dura a carne e de sabor muitíssimo forte.

As vezes fazíamos boa pescaria, sendo surubim o maior peixe que pescamos, e piauí, piaba e piabanha os mais saborosos.

A 10 de dezembro atingimos mais uma vez a confluência do Suçuí Grande, chegando no dia seguinte ao povoado de Figueira. O percurso de oito milhas entre a confluência do Suçuí Grande e Figueira apresentou extremas dificuldades. Vimo-nos forçados a navegar junto à margem, com a ajuda de ganchos, para podermos fazer algum progresso. A época das cheias estava começando, e o rio Doce estava cheio. Devido à profundidade da água e à corrente extremamente forte, o uso de varas ou de remos estava fora de questão. Por conseguinte só nos restava puxar a canoa com a ajuda de ganchos presos às forquilhas das árvores que cresciam abundantemente nas margens do rio junto à água. Esse é um processo tedioso, mas ao mesmo tempo é o único processo seguro que se pode adotar em certos trechos do rio durante as cheias.

Demoramo-nos em Figueira alguns dias, em vista de estarem doentes três dos meus homens, mas a 18 de dezembro a expedição prosseguiu rio acima, procurando adiantar-se o mais possível antes que as cheias chegassem ao seu nível mais alto. A viagem foi relativamente fácil até que chegamos à cachoeira de Baguari, vinte milhas acima de Figueira. Essa foi a primeira cachoeira pura e simples que encontramos no rio principal, e por sinal muito bonita — não muito alta (30 pés), porém alta o bastante para nos dar muito trabalho em ultrapassá-la. Tivemos a sorte de encontrar, ao pé da cachoeira, um pequeno grupo de pescadores vindos de Figueira e, com sua ajuda, obtida em troca de alguma pólvora e balas, conseguimos carregar a canoa sobre a cachoeira em menos tempo do que normalmente nos seria possível.

No dia de Natal chegamos à confluência do rio Santo Antônio. Penetramos nele e acampamos cerca de seis milhas rio acima. O rio Santo Antônio foi o mais fácil dos afluentes do Doce que tínhamos explorado, sendo largo, profundo, e bastante apropriado à navegação numa distância de 20 milhas a partir de sua confluência. Depois disso, porém, o rio perde inteiramente essas características, e, como tantos dentre os pequenos rios brasileiros, torna-se uma sucessão de quedas d'água e de corredeiras. Cerca de 10 milhas rio acima existe uma pequena povoação chamada Naque, assim chamada em virtude de ter havido aí anos atrás uma aldeia da tribo nckerehé, dos botocudos. Permanecemos em Naque algum tempo, já que o meu intérprete (Moreira) tinha ali alguns

parentes que ele não via há vinte anos. O que serve para demonstrar como são raros os contactos entre um lugar e outro nesta parte do mundo. Moreira vivia em Guandu e (embora a distância entre Naque e Guandu, em linha reta, seja de apenas 85 milhas) nunca tivera oportunidade de visitar aqueles parentes.

Percebi que um grande número dos moradores de Naque apresentavam bócios no pescoço. Por vezes todos os membros de uma família possuíam uma dessas excrescências disformes, e em alguns casos o bócio atingia tão grandes dimensões que pendia do pescoço da pessoa. Disseram-me que esses bócios são causados pela falta de água das redondezas conter muita cal.

Outra doença muito comum entre essas pessoas é a lepra. Ouvi de fonte segura que, na cidade de Joanésia, uma pessoa com o corpo sadio é uma ave rara. A lepra é causada talvez pela comida de muita caloria que os mineiros, por ignorância, estão acostumados a comer, ou seja, **toucinho** e **farinha de milho**. Os lavradores fazem questão de criar porcos com o único objetivo de obterem seu tão cobiçado toucinho.

A 29 de dezembro partimos de Naque, chegando no dia seguinte diante da cachoeira do Escuro. Essa cachoeira pareceu-nos muito semelhante, por seu tamanho e aparência, à de Baguari, só que um pouco menos larga. A expedição prosseguiu viagem rio acima no dia de Ano Novo.

Há algum tempo vínhamos sofrendo terrivelmente com mosquitos e outros insetos. Durante o dia todo, **mutucas** (grandes moscas marrons de índole muito malévola), **capotes** (moscas menores, cujas asas parecem ter sido cortadas nas pontas) e **borrachudas** (pequenos mosquitos) não nos davam descanso; e à noite, depois que esses insetos deixavam o campo, grandes reforços de mosquitos chegavam para terminar o que seus aliados tinham começado.

A 5 de janeiro a expedição atingiu a cachoeira do Surubim, a pior de quantas encontramos desde as Escadinhas, agora 150 milhas às nossas costas. O trabalho de transportar a canoa por terra até o alto da cachoeira foi longo e tedioso. Tiramos a canoa da água na manhã de 6 de janeiro, e somente no final da tarde do dia 11 conseguimos colocá-la de novo flutuando.

Nesses seis dias não fizemos mais do que um progresso de cerca de 80 jardas.

Essa foi a última cachoeira por que passamos no rio Doce, e nossa exploração daquele rio selvagem e estranho estava chegando ao fim. Um dia depois meu pequeno grupo acampou ao pé de outra cachoeira, a da Ponte Queimada, mas não chegamos a ultrapassá-la. Os homens, coitados, devido aos sacrifícios e privações dos últimos dois meses e meio, não tinham perdido apenas as forças, mas também o ânimo, e eu mesmo sofri um ataque de febre, que me deixou fraco e inerte, a que se seguiu quase imediatamente um agudo ataque de malária.

Num povoado chamado Sacramento (13 milhas a lés-sueste de Ponte Queimada) foram tomadas providências para uma tropa de mulas transportar minha exausta expedição até São Geraldo, onde havia uma estação da Estrada de Ferro Leopoldina. A viagem durou doze dias, abrangendo uma distância de cerca de 160 milhas. Passamos por três ou quatro vilarejos, cujos habitantes nos olhavam com aquelas expressões suaves que os **matutos** brasileiros sempre assumem quando não compreendem inteiramente as coisas.

Chegamos a São Geraldo no dia 30 de janeiro. No dia seguinte tomei um trem para o Rio de Janeiro, onde cheguei após uma viagem de 16 horas. Minha primeira visita foi ao London and Brazilian Bank. Quatro dias depois retornei a São Geraldo, acertei as contas com o digno proprietário da tropa de mulas, e a 6 de fevereiro trouxe meus homens até a capital do país, de onde regressaram por mar às suas namoradas e esposas em Linhares. Nossas andanças, sacrifícios, tribulações e aborrecimentos estavam terminados, mas minha malária não. Ela não me deixou senão às vésperas de meu retorno à **velha Inglaterra**, onde cheguei no dia 29 de maio de 1886.

Nesses seis dias não fizemos mais do que um progresso
na cerca de 30 jardas.

Passa-se a última semana da nossa progressão no rio.
Desde a nossa exploração daquele rio selvagem e estéril esta-
va chegando ao fim. Um dia depois a nossa progressão con-
tinuava a milharas de jardas. Os homens, contados, deitados e en-
carrados e privados dos últimos dois meses e meio, não tinham
quase apenas as forças, mas também o ânimo e o espírito
de luta. Um ataque de febre, que me deixou fraco e inerte, e que
as vezes quase imediatamente me aguçava a fome de maldade.

Um dia mais tarde, quando o sol estava a se levantar,
este de Paulo Quintana, foram tomadas providências para
que a nossa progressão continuasse. A nossa progressão
continuou, e depois de mais alguns dias, alcançando uma dis-
tância de cerca de 100 milhas. Passamos por três ou quatro
vilarejos, alguns habitados nos edifícios com algumas ex-
pressões, e outras que os habitantes brasileiros sempre costumam
usar, mas compreendendo intimamente as coisas.

Chegamos a São Geraldo no dia 30 de janeiro. No dia
seguinte fomos ao rio de São Geraldo, onde chegou
agora uma viagem de 16 horas. A nossa progressão ali foi ao
fim, e Paulo Quintana, depois de mais alguns dias, chegou ao
fim da progressão. A nossa progressão ali foi ao fim, e Paulo
Quintana, depois de mais alguns dias, chegou ao fim da progressão.
A nossa progressão ali foi ao fim, e Paulo Quintana, depois de
mais alguns dias, chegou ao fim da progressão. A nossa progressão
ali foi ao fim, e Paulo Quintana, depois de mais alguns dias,
chegou ao fim da progressão. A nossa progressão ali foi ao fim,
e Paulo Quintana, depois de mais alguns dias, chegou ao fim da
progressão. A nossa progressão ali foi ao fim, e Paulo Quintana,
depois de mais alguns dias, chegou ao fim da progressão.

NOTICIÁRIO

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, no período de junho/1983 a maio/1984, realizou 36 reuniões de diretoria e 5 sessões solenes, sendo que, a 12 de junho de 1983, prestou-se homenagem aos sócios falecidos através da palavra do orador oficial Nelson Abel de Almeida, seguida de romaria cívica ao busto de Domingos José Martins, ali discursando o secretário adjunto Gabriel Augusto de Mello Bitencourt.

— A secretaria, durante aquele período, expediu 337 comunicações diversas e recebeu 192 expedientes vários, encaminhando-se à biblioteca, aproximadamente, 200 publicações, incluindo livros, revistas e jornais, cuja catalogação vem sendo feita, em caráter experimental, por computador, de acordo com entendimentos com professores das disciplinas: Introdução à Ciência dos Computadores, classificação e catalogação do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

— Realizadas as seguintes conferências na sede do IHGES:

15 de junho: — **O franciscanismo na Idade Média**, pelo professor Nachman Falbel, da Universidade de São Paulo;—

28 de junho: **O projeto cultural reformador do Recife**, pelo professor Antônio Paim;

24 e 25 de agosto: **Simon Bolivar**, pelo professor Carlo Bussola, e **Caxias e Bolivar**, pelo escritor Adelpho Poli Monjardim;

21 de setembro: A problemática ferroviária no Espírito Santo: a fase inicial da Vitória-Minas, pela professora Léa Brígida Alvarenga Rosa;

19 de outubro: A personalidade de Celso Calmon Nogueira da Gama, pelo professor Nelson Abel de Almeida;

O homem

09 de novembro: Wagner, pelo embaixador Mellilo Moreira de Mello;

21 de março/84 — O Santo Anchieta, pelo fisiólogo Dr. Jayme dos Santos Neves;

25 de abril — Nietzsche, no centenário de “Assim falou Zaratustra” pelo professor Carlo Bussola.

— Lançamento do livro A presença de missionários capuchinhos no Espírito Santo, de autoria da sócia efetiva Sônia Maria Demoner.

— Realização de Seminário sobre o ensino da História e da Geografia nos 1º e 2º graus, de 7 a 11 de maio, do qual participaram outros órgãos.

Lançamento, em março/84, da Medalha Padre Anchieta, comemorativa dos 450 do nascimento do Apóstolo do Brasil, — iniciativa do IHGES.



Medalha Padre Anchieta, instituída pelo IHGES, comemorando o 450º aniversário de nascimento do Apóstolo do Brasil.

Conferido o prêmio de Cr\$ 100.000,00 à escritora Lúcia Casteilani Nunes, vencedora do Concurso de Monografia Professora Judith Leão Castello Ribeiro, tendo a comissão julgadora como integrantes os consócios Carlos Teixeira de Campos e Elmo Elton.

Tomaram posse, em junho de 1983, 14 (catorze) sócios efetivos e foram eleitos 12 (doze) sócios correspondentes e 3 (três) sócios beneméritos.

Ativada, no exercício de 1984, a cobrança de anuidades de sócios, com resultado satisfatório.

Doações em dinheiro:

- a) Florestal Nova Almeida (do Grupo Dalla Bernardina) — Cr\$ 1.200.000,00;
- b) Comendador Camilo Cola — Cr\$ 2.000.000,00;
- c) Chocolates Bombons Garoto S/A — Cr\$ 500.000,00;
- d) Construtora Itapé Ltda e Dadalto Financiamento

S/A — Cr\$ 100.000,00;

e) Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) — Cr\$ 100.000,00.

Outras doações:

Biblioteca do saudoso consócio Augusto Emílio Estellita Lins;

Objetos e fotografias de família que pertenceram aos arcebispos espírito-santenses Dom Helvécio Gomes de Oliveira e Dom Emanuel Gomes de Oliveira;

Diversas peças de uso do ex-Governador João Punaro Bley, doação da esposa do saudoso militar;

Comenda e farda completa da Ordem de São Silvestre conferida pela Santa Sé ao saudoso consócio Desembargador João Mancel de Carvalho;

Farda (incompleta) da Ordem Equestre de São Gregório Magno conferida pela Santa Sé ao eminente escritor Augusto Emílio Estellita Lins.

Todas estas peças foram colocadas em vitrinas, recentemente restauradas e que se encontram no salão nobre do Instituto.

Reexaminando o ante-projeto para a criação do Museu da Imagem e do Som — MIS-ES, constituiu-se, para apreciação do documento uma Comissão Especial, integrada pelos sócios Sonia Maria Demoner, Elmo Elton e Sebastião Augusto Valle Guimarães, cujo parecer teve aprovação em Assembléia Geral. Os estatutos já foram registrados e o museu começa a funcionar.

* * *

Pede-se permuta. Please send us your publication in exchange. Rogamos enviar-nos en canje suas publicaciones. Mandateci vostre publicazioni. Nous prions de nous envoyer en échange vos publications. Wir danken fur Austausch.

Normas para publicação.

A Revista publicará, prioritariamente, artigos sobre o Espírito Santo e/ou de autores capixabas. Os originais devem ser encaminhados à Comissão Editorial, datilografados, em papel ofício e espaço duplo, observando rigorosamente as Normas ABNT sobre documentação, Rio de Janeiro, 1978. A Revista não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados. Não se devolvem originais.

Impresso nas oficinas do
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL
Av. Beira Mar, 2375 - Vitória - Esp. Santo
NOVEMBRO DE 1984